

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: abril de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural

Índice

Pará, a sombra de um Estado sem lei – Ibiapaba Neto – Dinheiro rural – abril 2009	7
Países de aluguel – Lívia Andrade – Dinheiro Rural – Abril de 2009-04-27	8
Elas já plantaram? – Dinheiro – abril de 2009-04-27	10
Transnacional Bunge é acusada de reter carteiras de trabalho – Sítio Eletrônico do MST – 02/04/2009	11
Ruralistas e aliados disputam cargos-chave da Agricultura – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política – 02/04/2009	14
Até quando a ofensiva anti-reforma agrária? – Osvaldo Russo - Sítio Eletrônico do MST – 03/04/2009	16
Reforma agrária, falácias e preconceitos – Guilherme Cassel – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 06/04/2009	18
MST ocupa sede do Incra no Recife – Estado de São Paulo – Nacional – 17/04/2009	20
Valor da terra surpreende e volta a subir – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/04/2009	20
Ruralistas querem rever lei da demarcação – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 07/04/2009	22
“Em defesa do direito de propriedade”, por Mailson da Nóbrega - Sítio eletrônico da CNA - 08/04/2009 Revista Veja	23
CPI das ONGs aprova quebra de sigilo de entidades ligadas a MST – Folha de São Paulo – Brasil – 08/04/2009	25
Justiça anula julgamentos do caso Dorothy Stang – Pedro Paulo Blanco - O Globo – O País – 08/04/2009	26
CPI aprova quebra de sigilo de ONGs ligadas ao MST – O Globo – O País – 08/04/2009	27
Leva índios à periferia de Boa Vista – Mauro Zanatta – Valor Econômico – 08/04/2009	27
Criação de nova reserva é tema polêmico – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 08/04/2009	29
CPT diz que acusado de morte de freira pressiona ex-assentados – João Carlos Magalhães - Folha de São Paulo – Brasil – 09/04/2009	30
MST invade fazenda na Bahia – O Globo – O País – 09/04/2009	31
Fazendeiro do caso Dorothy volta a ser preso no Pará – Folha de São Paulo – Brasil – 11/04/2009	31
Abril Vermelho realiza uma série de atividades em favor da reforma agrária no MT – Sítio Eletrônico da CPT – 13/04/2009	33
Concentração de terra resiste a ação de governo, diz atlas – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 13/04/2009	33
Sem Terra ocupam área da Votorantim em Pernambuco – Sítio eletrônico do MST – 13/04/2009	35

Um mar de barracos de lona – Sítio Eletrônico do MST – 13/04/2009.....	36
Justiça do Trabalho proíbe Bunge de praticar jornada exaustiva em Minas – Pablo Solano – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/04/2009.....	38
MST invade prédio público e engenho no Nordeste – Letícia Lins e Tássia Correia – O Globo – O País – 14/04/2009	39
Sem Terra ocupam sede da Secretaria de Agricultura da Bahia – Sítio Eletrônico do MST – 14/04/2009.....	40
Famílias Sem Terra ocupam fazenda no norte de Roraima – Sítio Eletrônico do MST – 14/04/2009.....	40
MST bloqueia rodovia no DF para exigir Reforma Agrária – Sítio eletrônico do MST – 14/04/2009.....	41
Parlamentares debatem questão agrária e relembram Carajás – Sítio Eletrônico do MST – 14/04/2009.....	41
Ações por Reforma Agrária e justiça mobilizam 8 estados – Sítio eletrônico do MST – 15/04/2009.....	42
MST inicia "abril vermelho" com invasões em 4 Estados – Folha de São Paulo – Brasil – 16/04/2009.....	45
Dilma é ignorante em questões rurais, diz MST – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 16/04/2009	46
MST mobiliza 11 estados por Reforma Agrária e contra a crise – Sítio eletrônico do MST – 16/04/2009.....	47
Para senador, as causas da violência contra os Sem Terra permanecem "intactas" – Sítio Eletrônico do MDA – 17/04/2009	51
MST denuncia cortes no orçamento com ações em 7 estados – Sítio eletrônico do MST – 17/04/2009.....	52
Entidades denunciam “farra da terra” da MP 458 – Sítio eletrônico do MST – 17/04/2009.....	55
Agronegócio envenenado ganha mais recursos – Sítio eletrônico do MST – 17/04/2009	57
BALANÇO DA POLÍTICA AGRÁRIA DO GOVERNO FEDERAL – Sítio eletrônico do MST – 17/04/2009.....	60
Sem-terra promovem invasões em pelo menos cinco Estados – Folha de São Paulo – Nacional – 18/04/2009	62
Confronto envolvendo MST fere cinco no Pará – João Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 19/04/2009	63
Conflito deixa 9 feridos em fazenda de Dantas - Tatiana Farah e Jailton de Carvalho – O Globo – O País- 19/04/2009	65
MST bloqueia estradas e faz ameaça, após conflito no PA –Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 20/04/2009	66
Estado vive acirramento fundiário – Folha de São Paulo – Brasil – 20/04/2009.....	67
Após conflito, MST fecha acesso a fazenda de Dantas- Tatiana Farah e Catarina Alencastro – O Globo – O País – 20/04/2009	67

Polícia ouve membros do MST após confronto em fazenda de Dantas _ Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 21/04/2009	68
Sem-terra puseram jornalistas na linha de tiro – O Globo – O País – 21/04/2009	70
Kátia Abreu vai à Procuradoria-Geral da República e pede intervenção federal no Pará – Sítio Eletrônico da CNA – 22/04/2009	71
Pará rejeita ajuda da Força Nacional – Estado de São Paulo – Nacional – 22/04/2009 .	72
Governo enviará tropa da Força Nacional ao Pará - Regina Alvarez e Wagner Gomes – O Globo – O País – 22/04/2009	72
CPT reafirma compromisso com a luta pela terra – sítio eletrônico do MST – 22/04/2009	73
MST ESCLARECE ACONTECIMENTOS OCORRIDOS NO PARÁ – Sítio Eletrônico do MST – 20/04/2009	75
CNA pede intervenção federal no PA – MAuro Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 22/04/2009	77
Kátia Abreu pede que mandados de reintegração de posse no Pará sejam cumpridos – Sítio Eletrônico da CNA – 23/04/2009	78
CPT divulgará os dados dos conflitos no campo de 2008 – Sítio Eletrônico do MST – 23/04/2009	79
Senadores discutem Reforma Agrária após conflitos no Pará – Sítio Eletrônico do MST – 23/04/2009	81
Ruralista quer impeachment no Pará – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 23/04/2009	82
CNA age para isolar governadora do Pará – Raymundo Costa e Mauro Zanatta - Valor Econômico – Brasil – 23/04/2009	83
CNA quer identificar principais problemas da população do campo – Sítio Eletrônico – 24/04/2009	85
Mais de 200 processos de desapropriação de terras estão parados no Judiciário – Sítio Eletrônico do MST – 24/04/2009	87
"Violência agrária no PA teve queda recorde" – Caio Junqueira – Valor Econômico – Política – 24/04/2009	89
Justiça inermeno Pará – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 25/04/2009.....	91
CPT acusa empresa de ‘enganar’ Justiça para tirar sem-terra – Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 25/04/2009	92
‘MST é uma organização paramilitar’ - Elder Ogliari- Estado de São Paulo – Nacional – 25/04/2009	93
Arrozeiros ainda resistem a deixar reserva indígena – Roldão Arruda – O Estado de São Paulo – Nacional – 26/04/2009	95
‘O pessoal está saindo aos poucos’, diz delegado – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 26/04/2009	97
Líder do MST é indiciado por incitação à violência – Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 26/04/2009	98

Arrozeiro pede mais prazo para deixar reserva em RR – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 26/04/2009	99
Arrozeiro destrói tudo antes de sair – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – 27/04/2009	100
Senadores discutem regularização de terras na Amazônia – Sítio eletrônico da CNA – 28/04/2009	101
Mendes veta curso só para assentados - Mariângela Gallucci – Estado de São Paulo – Nacional- 28/04/2009	102
STF mantém suspenso curso para assentados - Carolina Brígido – O Globo – O País – 28/04/2009	103
"A diminuição da violência no campo passa impreterivelmente pela Reforma Agrária" – Sítio Eletrônico do MST – 28/04/2009.....	104
Deputado vê cenário de terrorismo em ação de milícias no Paraná – Sítio Eletrônico do MST – 28/04/2009.....	110
CPT divulga o relatório Conflitos no Campo de 2008 – Sítio Eletrônico do MST – 28/04/2009	112
Gilmar Mendes mantém veto à criação de turma de assentados em universidade – Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Política – 28/04/2009.....	113
Delegado indicia dois do MST por execuções - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 29/04/2009	114
Reserva corta ‘raízes’ de casal – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 29/04/2009	115
Sobe número de assassinatos no Norte, diz CPT – Folha de São Paulo – Brasil – 29/04/2009.....	116
Polícia indicia 7 por conflito em fazenda em PE – Folha de São Paulo – Brasil – 29/04/2009	117
Polícia: MST agiu como grupo de extermínio - Letícia Lins – O Globo – O País – 29/04/2009.....	117
Clima tenso marca véspera da desocupação de terra indígena – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 29/04/2009	118
Entre os arrozeiros ainda há os que pensam em resistir – Valor Econômico – Brasil – 29/04/2009.....	119
Justiça avisa que vai tirar à força arrozeiro que não deixar reserva - Mariângela Gallucci – Estado de São Paulo – Nacional – 30/04/2009	120
Multas a arrozeiros já somam R\$ 40milhões - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 30/04/2009	122
Juiz vai acompanhar saída de não índios da Raposa – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 30/04/2009	123
MST invade e governo da Bahia paga a viagem - Lília de Souza e Tássia Correia – O Globo – O País – 30/04/2009	124
Grito da Terra tem 200 reivindicações em pauta – Paulo de Tarso Lyra - Valor Econômico – Política – 30/04/2009	125

Países discutem ética na compra de terras – Javier Blas – Valor Econômico – Internacional – 30/04/2009.....	126
Governo do Japão fomenta agricultura de emergentes - Michiyo Nakamoto e Javier Blas – Valor econômico – agronegócios - 30/04/2009	128
País financia pesquisa da Embrapa com transgênicos – Bettina Barros – Valor econômico – Agronegócios – 30/04/2009.....	129

Pará, a sombra de um Estado sem lei – Ibiapaba Neto – Dinheiro rural – abril 2009

Conivência do governo estadual com a onda de invasões e o não cumprimento de ordens judiciais geram revolta no norte do Brasil

Um clima tenso paira sobre o norte do Brasil. Com um dos maiores rebanhos bovinos do País, estimado em mais de 20 milhões de cabeças, o Estado do Pará vive um grave momento de insegurança jurídica. Desde que assumiu o governo em 2006, a governadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) tem sido acusada de ignorar ordens de reintegração de posse. Segundo dados da Federação Agrícola do Estado do Pará (Faepa), há mais de 111 processos dessa natureza parados. Alguns desde o começo do governo Ana Júlia. Mas o problema vai muito além. **"Fora essas ações, há mais de 300 ações correndo e não contamos com o menor apoio da governadora", lamenta Francisco Xavier, presidente da Faepa.** A situação ganhou ares de guerra política quando, no mês passado, agricultores capitaneados pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) entraram com um pedido de intervenção federal no Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo é obrigar o Executivo paraense a cumprir o que já determinou a Justiça local. "Não podemos tolerar um desrespeito às instituições de nosso País, como acontece no caso do Pará", diz a senadora Kátia Abreu, presidente da CNA.

Em entrevista à DINHEIRO RURAL, a governadora Ana Júlia Carepa negou que o Estado seja complacente com a ilegalidade. Segundo ela, desde que tomou posse havia 173 mandados de reintegração a serem cumpridos. "Hoje, eles não chegam a 100", destaca, contestando os números apresentados pela CNA. Ana Júlia argumenta que as ordens judiciais têm sido executadas mediante a possibilidade logística do Executivo. "A lei no Pará vale para todos, mas é cumprida de forma responsável e não basta desalojar as pessoas de uma propriedade e jogá-las na estrada porque elas voltam", avalia. Contudo, cabe a pergunta: o que faz um governo que não tem capacidade de cumprir a lei?

Ana Júlia também admite incapacidade em relação ao domínio de seu Estado. "Às vezes recebemos um pedido de reintegração para uma determinada fazenda em um município, mas os documentos mostram que ela está em outro", diz. Bom, mas e daí?

Para Kátia Abreu, da CNA, não há desculpas. "Um governo não pode escolher qual ordem judicial deve cumprir", diz. Por isso, com base no artigo 34 da Constituição Federal, que trata das possibilidades de intervenção federal, ela recorreu ao Supremo Tribunal Federal, solicitando a interferência do Judiciário. Referindo-se às declarações do presidente do STF, Gilmar Mendes, acerca da onda de violência que assola o campo brasileiro, ela se

diz confiante. "O presidente do STF, Gilmar Mendes, tem ficado do lado da legalidade. Porque o silêncio do ministro significaria também a parcialidade para o lado do crime, do descumprimento da lei. Ele tem defendido o que ele representa que é a Constituição e as leis deste País", explica.

Para Francisco Xavier, da Faepa, o que se procura é uma solução rápida. **Segundo ele, inicialmente, o caminho da intervenção federal não era tido como a melhor solução.** Mas, diante das negativas do governo em cumprir o que determina o Poder Judiciário, não sobrou outra alternativa. "Por aqui, em função de todas essas barbaridades, acabamos por viver um Estado sem lei", lamenta

Países de aluguel – Livia Andrade – Dinheiro Rural – Abril de 2009-04-27

O temor de uma escassez de alimentos está levando nações como Catar e Coreia do Sul a arrendar terras em países em desenvolvimento

O revés do mercado de alimentos no início do ano passado deixou muitos países com receio de uma futura crise de abastecimento interno. Essa preocupação tem levado nações como Catar e Coreia do Sul a tomar a decisão de arrendar terras em países em desenvolvimento, medida que tem causado polêmica. Um dos argumentos contrários à iniciativa veio do diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Jacques Diouf. Ele tem chamado o movimento de "neo colonialismo", por temer que tal resolução transforme os países pobres em fornecedores de alimentos para as nações ricas, em detrimento de sua própria população faminta. O primeiro arrendamento foi feito, em novembro do ano passado, pelo conglomerado sul-coreano Daewoo na ilha africana de Madagascar. O contrato é de 99 anos e a área é de 900 mil hectares, o equivalente a metade do território belga. A meta sul-coreana é produzir cinco milhões de toneladas de milho por ano e ter 120 mil hectares de palma dentro de 15 anos. Se o plano se concretizar, a Coreia do Sul se tornará bem menos dependente das importações, já que a quantidade de milho prevista representa mais da metade do que o país importa do cereal anualmente. Para isso, o país deve desembolsar US\$ 6 bilhões nos primeiros 20 anos, pagamento que irá custear portos, rodovias, sistemas de irrigação, implantação da lavoura, bem como a construção de escolas e hospitais para os locais.

O Catar, pequeno Estado independente localizado na Península Arábica, também quer trilhar o mesmo caminho. Por estar em uma região petrolífera, o gás natural e o

petróleo dominam 85% das exportações do Catar, que tem uma das maiores rendas per capita do mundo. No entanto, o Estado importa quase toda comida que consome, já que apenas 1% de seu território são áreas com aptidão para a agricultura. Este contexto levou a decisão de arrendar 40 mil hectares de terras agricultáveis no Quênia, que seriam usadas para produção de hortaliças e frutas. Segundo o presidente queniano, Mwai Kibaki, a região que o Catar tem interesse é o delta do rio Tana, que contabiliza 500 mil hectares de terras não cultivadas e se situa ao sul da ilha de Lamu. **Para Diouf, a grande controvérsia é a possibilidade de estes arrendamentos criarem ilhas de pobreza, locais muito prósperos em contraste com outros paupérrimos.** Há motivos para a preocupação, afinal no Quênia as terras férteis não estão igualmente distribuídas. Além disso, o país teve problemas com a alta do preço dos alimentos no ano passado, o que obrigou o governo a subsidiar o preço do milho. "Um negócio desse, de uma nação comprar terras em um outro país, não seria interessante para o Brasil, mas pode ser para o Quênia. Se o país for capaz de fazer uma troca que beneficie a população", comenta André Nassar, diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). É esse o pensamento das autoridades quenianas. **"Nada vem de graça. Se quisermos pessoas investindo em nosso país, teremos que fazer concessões", comentou Isaiah Kabira, porta-voz da presidência do Quênia.** A contrapartida neste caso seria o investimento de 2,4 bilhões de libras em um porto na ilha turística de Lamu e também em um segundo porto, complemento do porto de Mombasa. O primeiro tem o início da obra previsto para 2010.

A China é outra nação que está de olho em terras agricultáveis em outros países. Embora tenha um vasto território, seus recursos dricos estão ficando escassos. Tanto é que seu ministro da Agricultura está incentivando as empresas a comprar fazendas em outras nações. **Já houve uma tentativa no Laos; os chineses queriam três milhões de hectares, mas o país asiático não assinou o contrato.** No entanto, no ano passado, a China firmou um tratado de cooperação com o Sudão para construir uma espécie de fazenda piloto em terras africanas. Além disso, os chineses têm manifestado interesse em fazendas de soja no Brasil, já que a oleaginosa é o carrochefe das importações. Os Emirados Árabes também têm divulgado planos de investir em plantações de arroz na Indonésia, mas ainda não há nada de concreto.

No contexto brasileiro, Nassar não é contra o investimento estrangeiro. "Aqui há vários grupos privados formando empresas agrícolas. Eles vieram por entender que o Brasil é uma ótima oportunidade de negócio. Isso está acontecendo no Brasil e em países do Leste Europeu, locais que têm uma infraestrutura mínima", diz. O professor do Núcleo de Economia Agrícola da Unicamp, Antônio Márcio Buainain, é da mesma opinião. "Desde

que haja regras, não há problemas, pelo contrário. Devíamos usar plenamente este potencial de atrair investimentos", finaliza.

Elas já plantaram? – Dinheiro – abril de 2009-04-27

Movimento ligado ao MST no Brasil reinventa sua forma de vestir, mas segue agindo com o mesmo atraso de sempre

Os lenços coloridos cobriam o rosto, enquanto outros panos adornavam o cabo das enxadas. As camisetas coloridas e os pares de tênis calçavam os pés no lugar das botas tão comuns no campo, indicando que algo estava fora de lugar. Em alguns casos era possível ver unhas bem cuidadas em delicadas mãos que se erguiam diante de palavras de ordem ensaiadas contra o agronegócio brasileiro. **O fato, acontecido em Brasília, chegou a chamar a atenção do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que classificou a atuação das manifestantes da Via Campesina como “inadequadas”.** Afinal, entre as exigências constava o fim do financiamento a produtores profissionais. Houve também protestos contra a lentidão nos processos de reforma agrária e, “claro”, contra as exportações das commodities agrícolas, assunto que nem sequer é cogitado pelo governo ou por setores mais equilibrados da sociedade.

Antes, porém, de forma “pacífica”, as mulheres invadiram canteiros experimentais da Votorantim Celulose e Papel, destruindo 1.600 árvores. “É uma ação ilegal, visto que a propriedade é protegida legalmente contra invasões, possuindo até um interdito proibitório”, destacou a companhia em nota oficial. O motivo da invasão? O movimento se diz contra o plantio de variedades geneticamente modificadas. Sete pessoas foram presas e responderão por vandalismo.

Mas há dois pontos que merecem destaque nessas ações. O primeiro diz respeito à capacidade de mobilização do MST, que utiliza a Via Campesina como seu braço “feminino” no Brasil. Afinal, coincidentemente, as ações aconteceram dias depois da péssima repercussão dos assassinatos ocorridos em Pernambuco, praticados por integrantes do movimento. O segundo é que, a exemplo do MST, que recebe recursos do governo, a Via Campesina também é subvencionada pelo Estado. **Assim como os sem-terra arrebanham para suas trincheiras pessoas sem nenhuma identificação com a causa fundiária, a Via Campesina tem trazido para suas colunas simpatizantes oriundas de ONGs e outras entidades ligadas à luta fundiária.** Com a nova apresentação, o

movimento está mais bonito, é verdade. Mas por baixo dos lenços e chapéus coloridos não esconde os rostos de mulheres, trabalhadoras do campo. Esconde, sim, a face mais atrasada da esquerda brasileira que luta contra o avanço do agronegócio nacional.

Transnacional Bunge é acusada de reter carteiras de trabalho – Sítio Eletrônico do MST – 02/04/2009

Ação civil proposta pelo MPT (Ministério Público do Trabalho), baseada em fiscalizações feitas em parceria com o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), acusa a multinacional Bunge de reter 50 carteiras profissionais na Agroindustrial Santa Juliana, no sudoeste de Minas Gerais, entre maio e junho do ano passado. Segundo o MPT, a medida tornou os cortadores de cana temporariamente "cativos" da usina em pleno período da safra.

"Há pelo menos um fato tão grave quanto trabalho escravo. Pelo menos uma turma de trabalhadores foi chamada pela Santa Juliana por um "gato". Fizeram construir uma empresa de fachada para aliciar a mão-de-obra, com a promessa de que iriam trabalhar em seguida. Ficaram mais de um mês aguardando. Não permitiram que o pessoal fosse buscar outro emprego na época da colheita. Isso é inatividade forçada", afirma o procurador do Trabalho Rafael de Araújo Gomes, autor da ação. Segundo a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o empregador é obrigado a efetuar a devolução da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) dentro de um prazo de 48 horas.

A usina, adquirida em setembro de 2007, foi o primeiro grande investimento industrial da Bunge (bastante atuante no segmento de grãos, especialmente na soja) no setor de açúcar e etanol no Brasil. O município de Santa Juliana (MG), com cerca de 10 mil habitantes, fica entre Uberlândia e Araxá, no Triângulo Mineiro, a 453 km de Belo Horizonte.

A localidade é considerada estratégica. Próxima a importantes mercados domésticos, a usina está conectada por ferrovia aos portos de Santos (SP) e Vitória (ES).

Há carência de mão-de-obra na região e a utilização de "gatos" (aliciadores intermediários) é uma prática recorrente. A maioria dos trabalhadores trazidos a Santa Juliana, por exemplo, vieram da Região Nordeste, principalmente dos estados do Maranhão e Bahia.

Na prática, como o grupo de trabalhadores também assumiu dívidas com habitação e alimentação durante o tempo de espera, eles não poderiam ir embora sem quitá-las. "Ela [a Bunge] pode estar interessada em manter um estoque de trabalhadores pertencentes [ao seu quadro de funcionários] em prejuízo dos demais [trabalhadores da região]", observa o procurador Rafael. "Eles não são tratados como escravos, pois não são obrigados a trabalhar. São tratados como insumos da produção".

Após o imbróglgio, todos foram contratados - as carteiras foram devolvidas no dia 9 de junho. No entanto, no dia 17 do mesmo mês, esse grupo sofreu um grave acidente num ônibus da Santa Juliana, no qual eram transportadas 42 pessoas. O veículo colidiu com um caminhão, ocasionando lesões em vários empregados. As ferramentas estavam sendo transportadas na área interna do ônibus, que funcionava em condições precárias. Segundo o relatório do MPT, a empresa havia falsificado os contratos de transporte.

Há diversas outras irregularidades identificadas na Santa Juliana. Entre elas, existem casos de jornada excessiva, não-pagamento das horas in itinere (período de percurso de ida e volta das residências para o trabalho), inobservância do descanso semanal e dos intervalos inter e intrajornada, além da celebração abusiva de contratos de experiência.

Liminar

Após verificar a existência das infrações trabalhistas no empreendimento, o MPT ajuizou uma ação civil pública (ACP) em fevereiro de 2009 contra a Bunge Alimentos S/A e a Agroindustrial Santa Juliana S/A. No último dia 11 de março, o juiz do Trabalho Edmar Souza Salgado concedeu liminar favorável à ação. O valor inicial atribuído à causa é de R\$ 10 milhões.

Na liminar, o juiz Edmar Souza Salgado cita o "comportamento recalcitrante e reincidente" da Bunge em relação ao desrespeito às normas trabalhistas. "A presente ação civil pública pede, em essência, a observância daquilo que se encontra expressamente previsto na CLT e normas que regulamentam as relações laborais, coibindo as requeridas de adotar práticas lesivas ao regramento trabalhista", afirma o magistrado.

A ação também cita a "inoperância" da CIPATR (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural) e a inexistência do SESTR (Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural). Já a liminar concedida pelo juiz condena ainda a "generalização despropositada" da comprovação de antecedentes criminais, documento exigido pela empresa. Segundo o magistrado, isso configura discriminação dos empregados.

O procurador Rafael ainda não definiu se irá aceitar um acordo com os advogados da Bunge. "Não estou com nenhuma pressão", afirma. "Se houver acordo, vou exigir os valores considerados e a qualificação dos trabalhadores rurais", afirma o representante do MPT. O juiz concedeu um maior prazo para a defesa preparar a argumentação, transferindo a audiência inicial, que seria inicialmente em março, para o dia 15 de abril.

Greves

A denúncia sobre as condições de trabalho na Santa Juliana veio do SER (Sindicato dos Empregados Rurais) de Araxá (MG). Em dezembro passado, uma greve chegou a reunir 350 pessoas, paralisando as atividades da usina por dois dias. Eles questionavam o cálculo de verbas rescisórias apresentadas pela empresa. Na ocasião, também denunciaram a falta de Equipamentos de Proteção Individual e condições inadequadas do alojamento.

Já tinham ocorrido pelo menos outras três greves na usina. Nessa última paralisação, a empresa ameaçou converter a rescisão contratual em dispensa por justa causa. "Os problemas lá são constantes. Quando há greve e paralisação total é porque a situação ficou insustentável", explica Lucelena Braga Felício, presidente do referido sindicato.

Lucelena reconhece que há uma parte dos trabalhadores que não está preparada para atuar no setor sucroalcooleiro. "As usinas caíram de pára-quedas aqui". O sindicato discute a construção de um centro de formação da mão-de-obra rural para qualificar empregados e diminuir a migração.

Player

Criada em 2003, a Agroindustrial Santa Juliana começou a operar em 2006, quando ainda pertencia ao grupo alagoano Olival Tenório. Na época da aquisição, a Bunge chegou a divulgar que o negócio representava um importante passo na estratégia da companhia para se consolidar como um "player global" no setor. A gigante norte-americana, que atua no país desde 1905, é uma das maiores processadoras de grãos do mundo.

Lucelena, presidente do SER de Araxá, afirma que os trabalhadores receberam com surpresa a notícia da aquisição. "Houve uma expectativa por ser uma empresa conceituada. Até ficamos um pouco tranquilos. Mas foi totalmente ao contrário. Ela comprou junto os problemas", diz Lucelena.

A Bunge, de acordo com Rafael Gomes, não realizou as mudanças necessárias para garantir o cumprimento da legislação trabalhista no local. "Nas audiências realizadas comigo, eles falaram que adquiriram há pouco tempo e que os problemas já existiam. Mas todos os problemas continuaram em 2008, como o excesso de jornada, o acidente no transporte e a retenção de CPTS. Não houve mudança significativa nessa troca", critica.

A Bunge Alimentos assinou o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo desde 2006. Criado em 2005, o pacto consiste no compromisso do setor empresarial de restrição de relações comerciais com pessoas físicas e jurídicas relacionadas com casos de trabalho escravo. O 2º Seminário do Pacto Nacional, realizado na Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) no último dia 18 de março, reuniu signatários e buscou reforçar o envolvimento do empresariado com o combate à escravidão contemporânea.

Mecanização

O relatório do MPT também analisa os possíveis impactos sociais gerados pela mecanização "acelerada e desordenada" da colheita na Agroindustrial Santa Juliana, que pode resultar na eliminação de diversos empregos diretos e indiretos. As mudanças afetariam, sobretudo, os trabalhadores que possuem menor nível de qualificação. De acordo com o depoimento da Bunge ao MPT, a produção na usina já está 60% mecanizada.

Na expectativa de aumentar a produtividade, a Santa Juliana planeja que, até o final de 2010, a sua mão-de-obra estará 85% mecanizada (excluída apenas a área com topografia limitante, ou seja, áreas com declives que dificultam a utilização de maquinário). Com esse planejamento, a usina está se antecipando aos demais concorrentes. O Protocolo de Intenções de Eliminação da Queima da Cana, firmado em 2008 entre o setor e o governo de Minas Gerais, estipula o ano de 2014 como prazo para a mecanização.

De acordo com dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), a Santa Juliana reunia, em janeiro de 2008 (fora de safra), 565 trabalhadores. Em julho do mesmo ano (época da safra), o quadro de empregados saltou para 1.477. A empresa estava em dezembro do ano passado com 1.279 trabalhadores.

A Repórter Brasil entrou em contato com a assessoria da Bunge para ouvir a posição da empresa sobre as condições de trabalho na Santa Juliana. As questões foram encaminhadas à empresa no dia 23 de março, mas não houve retorno da assessoria até o fechamento desta matéria.

Ruralistas e aliados disputam cargos-chave da Agricultura –Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política – 02/04/2009

O Ministério da Agricultura está no centro de uma acirrada disputa partidária por dois cargos estratégicos. A saída do secretário-executivo, Silas Brasileiro (PMDB-MG), para assumir o mandato do deputado cassado Juvenil Alves (PRTB-MG) e a licença temporária do presidente da Embrapa, Sílvio Crestana, abriram o apetite da influente bancada ruralista e de alguns partidos da base política do governo.

O PMDB tem nomes para os dois cargos, mas o ministro Reinhold Stephanes reivindica a indicação para a secretaria executiva e o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), tenta emplacar um aliado no comando da Embrapa. Ao Palácio do Planalto, interessa "blindar" a principal instituição nacional de pesquisa contra eventual loteamento partidário. E o PT quer manter alguns postos-chave na estatal.

A saída de Silas Brasileiro estimula um enfrentamento entre o ministro e a cúpula do PMDB. Apoiados em parte da bancada, dirigentes do partido querem escolher um nome

afinado com o presidente da Câmara, Michel Temer (SP). O nome mais forte, e que tem até lista de apoio, é Francisco Jardim, atual superintendente do ministério em São Paulo. Por fora, corre o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Wagner Rossi. Mas Stephanes reuniu força política para ter direito de indicar um nome de sua estrita confiança, o que não ocorreu na escolha de Silas. O preferido seria seu braço direito Newton Pohl Ribas.

As divergências já chegaram ao Planalto, mas ainda não há definições. Com prazo até 1º de maio para voltar à Câmara, Silas ainda tenta ficar no cargo, à espera de um "fato novo", mesmo sabendo da estreita margem interna de manobra. "Um fato novo poderia ser um apelo do partido ou do ministro para eu ficar. Mas ele disse que era minha oportunidade de assumir", disse ontem Silas Brasileiro ao Valor. "Ou um apelo do Palácio, que dissesse que era mais importante eu ficar aqui". Nesse caso, informa-se nos bastidores, haveria interesse de auxiliares do presidente Lula em trazer à Câmara o próximo da fila, o influente petista mineiro Paulo Delgado. Mas teria que haver uma "compensação" a Silas.

Ele despista: "Isso seria um 'fato novo'. Não podemos descartar nada. Mas não teve nada. Ele me fez uma visita, é um parlamentar extraordinário, mas veio só cumprimentar". Se dependesse de Silas, a opção seria permanecer. "Gosto muito de ficar aqui. Se fosse para optar, ficaria aqui sempre. Me faz bem e posso ajudar estando aqui. Aqui, o campo tem mais abrangência". Em último caso, Silas quer influir na sucessão. "Se eu pudesse ser ouvido pelo partido e o ministro, gostaria de participar", diz. E quem seria seu preferido? "O Gerardo (Fontelles) seria um bom nome", afirma, em referência ao seu braço direito na secretaria.

A poucos quilômetros do gabinete de Stephanes, a disputa política pela presidência da Embrapa foi aberta pela saída "temporária" do físico Sílvio Crestana, indicado pelo ex-ministro Roberto Rodrigues e chancelado pelo PT de São Carlos (SP). O PMDB tende a apoiar o ex-diretor da estatal Dante Scolari, um experiente pesquisador e atualmente assessor da Comissão de Agricultura da Câmara. Mas o governador Eduardo Campos joga pesado para emplacar o aliado José Geraldo Eugênio de França, um dos três atuais membros da diretoria executiva da Embrapa. Entre as preferências, está o pesquisador Francisco Reifschneider, que tem apoio de setores do Itamaraty e a simpatia da "velha guarda" da Embrapa. Mesmo de saída, Silas Brasileiro dá uma dica da posição interna no caso: "Há muita especulação, lógico. Mas o Sílvio deve voltar".

Até quando a ofensiva anti-reforma agrária? –Osvaldo Russo - Sítio Eletrônico do MST
– 03/04/2009

Alguns estudiosos que se apresentam donos da verdade científica, como se a ciência fosse desprovida de ideologia e de política, consideram irracional a condução da Reforma Agrária no Brasil, seja no governo atual, com Lula, seja no governo anterior, com FHC, que, com maior ou menor ênfase, aceitaram, cada qual ao seu modo, o debate da agenda agrária colocada pelo movimento sindical e pelos movimentos sociais.

A argumentação de que pesquisadores defensores da Reforma Agrária são cooptados pelo governo não parece justa e verossímil, pelo menos entre aqueles que se destacam no meio acadêmico pela sua produção científica independente ou mesmo pela sua militância política engajada, da mesma forma que não seria aceitável a tese de cooptação entre aqueles que prestavam consultoria ao governo FHC, ao criticarem a bandeira da Reforma Agrária defendida pelo movimento sindical e pelos movimentos sociais, quer por sua "desatualização" histórica, quer por sua radicalidade e amplitude.

Ao contrário, em relação à questão agrária, é notório o afastamento do chamado mundo acadêmico do debate agrário, mas não só dele, como também de outros temas polêmicos associados diretamente à política, onde pelejam idéias, projetos e interesses de classe antagônicos. O protagonismo político das mudanças sociais ou do desenvolvimento não está como nunca esteve com as universidades e os pesquisadores, mesmo reconhecendo a relevância e indispensabilidade de sua contribuição científica nessas mudanças.

A tática, no entanto, de ofensa à independência ou ao engajamento político de pesquisadores parece somar-se, de boa ou má fé, à nova ofensiva contra o governo Lula e os movimentos sociais que lutam pela Reforma Agrária, com a tentativa de sua criminalização pelos setores conservadores, que procuram impor a sua agenda política para 2010. Há pesquisadores que não fazem coro com o governo, mas fazem coro com a Reforma Agrária. Estes também estariam cooptados pelo poder de sedução do governo?

A ausência de política seria a negação do debate ideológico e da própria democracia. Não há encenação de "pressões", ninguém encena com fome ou debaixo da lona. Há, sim, interesses, idéias e projetos em disputa, o que não significa o "ou tudo ou nada" ou o assalto ao Palácio de Inverno. Os consensos e os dissensos se fazem a cada realidade e circunstância histórica e não ao sabor de algum pensador brilhante, que queira impor o seu consenso ou o seu pensamento exclusivo, ainda que sob inspiração científica.

Ao se focar o debate na suposta cooptação e no privilégio do poder e de apropriação de recursos públicos pelos movimentos sociais reduz-se o debate à dimensão penal pautada pela direita ideológica, perdendo-se a oportunidade de se debater sobre qual Reforma Agrária nos entendemos ou divergimos. Ou, ainda, se é possível e necessária ser feita

alguma Reforma Agrária e qual? A crise do capital muda alguma coisa? A persistência de mobilizações, acampamentos e conflitos no campo sinaliza o que? O sistema predatório do agronegócio é sustentável? O desenvolvimento com desigualdade é aceitável? A agricultura camponesa está fadada à economia de subsistência ou isso está mais associado ao modelo de sociedade imposto por uma classe ou grupo social? As políticas públicas de educação e de acesso à pesquisa e à tecnologia podem alterar o modo e a escala da produção camponesa, as formas associativas podem cumprir uma função econômica diferenciada e competitiva? As políticas públicas são equitativas?

Hoje, trata-se de discutir as alternativas para o desenvolvimento. Por que o Brasil é um dos raros grandes países onde a Reforma Agrária continua na agenda nacional? Será obra da irracionalidade coletiva? A crise alimentar pode não produzir o ressurgimento da Reforma Agrária como opção, mas quem disse que isso é inexorável? A ciência apartada da ideologia?

A agricultura tecnificada já existe, a modernização conservadora já ocorreu e não foi capaz de superar a crise alimentar e, na atual crise financeira e econômica internacional, está se afundando junto com o seu príncipe encantado, o capitalismo em sua versão neoliberal.

Por isso está no rumo certo a direção do PT em querer aprofundar o embate ideológico. É verdade que o agronegócio aumentou a produtividade, só que esse segmento é o primeiro a barrar a atualização legal dos índices de produtividade para fins de desapropriação. Será que as reformas agrárias que não deram certo se preocuparam com produtividade, planejamento, sustentabilidade, educação, cultura, capacitação, gerenciamento, assistência técnica, pesquisa e tecnologia? Será que não podemos estar formando um novo setor agrícola a partir de uma Reforma Agrária de novo tipo? O desmatamento na Amazônia está associado não à pequena unidade produtiva, mas à expansão do agronegócio e à penetração indiscriminada da pecuária extensiva na região.

A crise do capital é também uma crise do seu modo de produção, que concentra renda, desemprega e compromete o meio ambiente e a soberania alimentar dos povos. Os instrumentos jurídicos são resultantes do caminho que será hegemônico na sociedade. No passado, a Bolívia fez uma Reforma Agrária minifundiária ineficiente, mas agora retoma o processo reformista em novas bases políticas, sociais, econômicas e jurídicas. É preciso reconhecer que já existem, no Brasil, quatro milhões de pequenas unidades produtoras agrícolas, entre as quais um milhão nos assentamentos, que respondem pela maior parte da produção de alimentos que abastecem o mercado interno.

Enquanto houver demanda social e realidade objetiva que sustente a coexistência conflitiva do agronegócio e da agricultura familiar e camponesa, haverá necessidade política e institucional de convivência de dois ministérios. Essa contradição só poderá ser superada pela política e não com o autoritarismo do pensamento único. A Reforma Agrária é a opção

democrática e sustentável para um desenvolvimento com equidade social.

É bom saber, no entanto, que mesmo entre os que acham a Reforma Agrária em desuso, há os que a admitem, ainda que regionalizada ou só no Nordeste. Nesse debate não cabe a polarização maniqueísta entre ciência e ideologia, pois o Brasil precisa de ambas para avançar. A eleição de 2010 será uma ótima oportunidade para debatermos as alternativas do Brasil. Iremos nos envergonhar se cada um de nós não fizer a sua parte.

** Osvaldo Russo, ex-presidente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), é estatístico, diretor da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e coordenador do Núcleo Agrário Nacional do PT*

Artigo publicado no Correio da Cidadania e no Portal do PT, em resposta ao texto "Até quando a desrazão agrária?", de Zander Navarro, publicado na Folha de S. Paulo (30/03).

Reforma agrária, falácias e preconceitos – Guilherme Cassel – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 06/04/2009

O PROFESSOR Zander Navarro escreveu um artigo surpreendente nesta **Folha** ("Tendências/Debates", 30/3) decretando que as políticas de reforma agrária são irracionais e desapareceram da agenda dos debates sobre desenvolvimento. A surpresa fica por conta do alto grau de desinformação expresso no texto de um pesquisador ligado à área do desenvolvimento rural.

Navarro faz denúncias genéricas sem apresentar um só dado para sustentar suas posições. E aponta uma suposta interdição do debate, atacando colegas pesquisadores. O que fica evidente na sequência de ataques disfarçados de argumentos é que o olhar do autor é que parece estar fora do debate. Ele procura fazer da desinformação uma virtude e mal consegue disfarçar seu preconceito ideológico em relação a um problema histórico do Brasil.

Essa mistura de desinformação e preconceito aparece, por exemplo, quando reclama que o Brasil é o único país que ainda realiza reforma agrária. O que não diz é que isso ocorre porque nossa elite urbana e rural nunca permitiu que ela fosse feita antes. A esmagadora maioria dos países enfrentou esse tema ainda no século 19 ou no início do século 20. É sintomático que a resistência expressa no artigo seja maior em países como Brasil, ainda marcados por profundas desigualdades sociais. Também é sintomático que os adversários da reforma agrária separem essa agenda do

debate sobre o modelo de desenvolvimento rural dominante nas últimas décadas. Um modelo que empurrou milhares de pessoas para as periferias pobres das grandes cidades e trouxe graves problemas ambientais.

Desde os anos 1970, as políticas voltadas para a agricultura obedeceram a uma lógica específica de modernização tecnológica. Por meio dela, procurou-se aumentar a produtividade da força do trabalho empregada no cultivo e na criação de animais mediante o uso de tecnologias que substituíram o trabalho humano pelo emprego intensivo de máquinas e insumos. Essa concepção favoreceu o monocultivo em grandes extensões de terra.

A combinação de uma estrutura agrária concentrada, políticas agrícolas e padrão tecnológico excludentes gerou o empobrecimento de milhares de famílias de pequenos e médios agricultores, a perda de biodiversidade e a contaminação de rios e pessoas pelo uso intensivo de agrotóxicos.

É curioso que Navarro reclame de uma suposta "interdição" do debate e proponha exatamente isso. A proposta não é nova. Em 1992, a FAO foi pressionada pelos EUA para retirar o tema da reforma agrária de sua agenda. Essa pressão se deu no contexto da hegemonia das políticas do chamado Consenso de Washington. Na América Latina, a maioria dos países adotou esse receituário com resultados desastrosos. Duas décadas depois, esse modelo que se reivindicava como porta-voz da modernidade acabou mergulhando o mundo em uma crise gravíssima. Se há algum debate interdito é sobre essa história que muitos hoje tentam sepultar. O governo brasileiro, com o apoio de organismos internacionais como a FAO, está debatendo propostas para um novo padrão de desenvolvimento rural. Em 2006, após 27 anos de silêncio sobre o tema, foi realizada em Porto Alegre a segunda Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Em junho de 2008, realizamos a primeira Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, em Olinda. Esses debates, com ampla participação de agricultores, quilombolas, povos indígenas e suas entidades, estão ajudando na implementação de políticas de combate à pobreza no campo e de construção de um rural com gente, trabalho e renda.

O Brasil já contabiliza 43 milhões de hectares destinados à reforma agrária nos últimos seis anos, dado que o transforma no país com a maior área de assentamentos em todo o mundo. De 2003 a 2008, 519.111 famílias foram assentadas e 3.089 assentamentos foram implantados.

Segundo dados preliminares do Censo Agropecuário 2006, houve um aumento do número de estabelecimentos rurais nos últimos dez anos, passando de 4.859.865 para 5.204.130, um crescimento de 7,1%.

Os dados apontam o avanço da democratização do acesso à terra, uma tarefa obrigatória de qualquer país, assim como a escolha de uma forma de desenvolvimento capaz de fazer do campo um espaço de paz, produção e justiça social, incompatível com práticas como o trabalho escravo e a destruição do meio ambiente. Esse é o caminho que estamos buscando, não o de arautos de uma falsa modernidade que se perderam no tempo e não conseguem mais definir quem são nem para onde vão.

GUILHERME CASSEL, 52, engenheiro civil, é o ministro do Desenvolvimento Agrário.

MST ocupa sede do Incra no Recife – Estado de São Paulo – Nacional – 17/04/2009

Como parte da ofensiva do chamado "abril vermelho", cerca de cem pessoas ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST) ocuparam ontem a sede do Incra no Recife. Os sem-terra querem a instalação de assentamento no Engenho Planalto, de cerca de mil hectares, localizado no município de Paudalho. O Incra deu imissão de posse da área em 2003, mas as famílias ainda não foram assentadas. As mobilizações do "abril vermelho" ocorreram ontem em 5 Estados. As ações marcam o aniversário do massacre de Eldorado de Carajás (PA), ocorrido há 13 anos.

Valor da terra surpreende e volta a subir – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/04/2009

Com alta da soja e maior interesse de investidor estrangeiro, preço médio do hectare no país bate novo recorde nominal

Cotação chega a R\$ 4.373; desvalorização do real dá competitividade a produtos de exportação e contribui para recuperar mercados

Nada de crise no preço das terras. A valorização das commodities neste começo de ano e a retomada do interesse de investidores internacionais, que voltaram a prospectar negócios, repercutiram favoravelmente no mercado. A média nacional do preço do hectare, que ensaiou retração na virada de 2008 para 2009, surpreendeu com registro de alta.

De acordo com o mais recente Relatório de Terras, divulgado bimestralmente pela consultoria AgraFNP há mais de três anos, o preço médio do hectare no país alcançou o recorde nominal de R\$ 4.373.

No último bimestre do ano passado, a cotação era de R\$ 4.330, menor que os R\$ 4.341 de setembro/outubro.

Jacqueline Bierhals, gerente da AgraFNP, aponta a volta do investidor estrangeiro, que se retraiu no fim de 2008, como um dos principais fatores para a valorização. Segundo ela, no começo deste ano, comitivas de empresários chineses, americanos, alemães e holandeses visitaram as principais regiões produtoras de grãos do país.

Não há registro de que negócios tenham sido fechados -até pela época, de proximidade da colheita da safra de verão. Os agricultores se concentram na produção e deixam para depois o investimento em novas áreas ou a análise de propostas pelas suas propriedades.

Ainda de acordo com a AgraFNP, a recuperação dos preços agrícolas devolveu vigor ao mercado de terras.

A valorização da soja na Bolsa de Chicago no primeiro bimestre, em relação aos dois meses anteriores foi de 1,95%. No mercado interno, chegou a 7,45%, afirma Bierhals.

Novo patamar

A diferença se explica pela mudança de patamar do real ante o dólar desde setembro do ano passado, com o agravamento da crise financeira.

Para quem conseguiu escapar dos problemas climáticos -também eles um dos motivos para que os preços agrícolas se recuperem- e manter a produtividade, cada saca de produto exportado agora propicia obter mais reais que antes.

O dólar atualmente na casa de R\$ 2,20 nem se compara às mínimas de 2008, quando ficou abaixo de R\$ 1,60.

O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho, afirma que era de esperar outro comportamento do mercado. A expectativa era a de quedas abruptas no valor do hectare, principalmente pelas restrições de crédito, capazes de inibir o financiamento para a aquisição de novas áreas.

"Mas, com a soja na faixa de R\$ 40 a R\$ 42, a saca e produtividade de 50 sacas por hectare, é possível obter renda acima do custo de produção", diz o presidente da Rural. Com isso, tornou-se natural que o preço da terra se sustente.

Ramalho ressalva que a valorização, no entanto, não se dá em todos os lugares. Perto de Bauru e Marília, no interior paulista, região em que o espaço agrícola se divide entre grãos, cana-de-açúcar, pastagens e reflorestamento, os preços não se mostram tão firmes, afirma ele.

Frederico Fonseca Lopes, sócio da Markestrat, centro de pesquisas de Ribeirão Preto (SP), afirma que no interior paulista há poucos negócios, principalmente em áreas destinadas para a citricultura e a cana-de-açúcar, lavouras que já passaram por períodos de preços mais favoráveis.

Ruralistas querem rever lei da demarcação – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil
– 07/04/2009

Dona de 230 cabeças de gado nelore, a pecuarista Nair Ribeiro exibe o "título definitivo" de posse de uma fazenda de 11 mil hectares na localidade de Conceição do Maú, no município de Normandia (RR). A área, dividida com seus dez irmãos, pertencia ao pai desde 1901. O documento de 1981 garantiria, segundo ela, o direito de ficar onde está. Mas a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de retirar os "não-índios" das terras da reserva Raposa Serra do Sol ratificou a caducidade do documento.

Na mesma situação, estão as produtoras Ila Hartz Santos e seus nove irmãos, que têm 450 reses, e Regina Barili e seu marido, que se dedicavam a plantar arroz em Normandia, a 200 km de Boa Vista. "Não nos disseram para onde ir, mas deram um prazo para sair das terras. Nós não existimos para o governo, nossa história não é contada", resume Nair Ribeiro.

Com histórias semelhantes a essas, um grupo de produtores de arroz e pecuaristas fez ontem duras críticas à decisão do STF de manter 30 de abril como prazo final para a retirada de máquinas, equipamentos e rebanhos da reserva espalhada por 1,75 milhão de hectares ao longo da fronteira brasileira com a Venezuela e a Guiana.

Entre citações a grandes batalhas militares da história e apelos à "resistência", os líderes ruralistas afirmaram, durante reunião na sede da federação estadual da agricultura e pecuária, sofrer ações de "perseguição" e "revanchismo" do governo federal. Em tom de campanha eleitoral, prometeram "sobreviver, manter a cabeça erguida" e "refazer" o Estado de Roraima. "O governo federal colocou a semente do ódio na nossa sociedade. Jogou índio contra índio e quem tem contra quem não tem. É um legado terrível", discursou o líder dos arroteiros Paulo César Quartiero. Ex-prefeito da fronteira Pacaraima pelo DEM, o agrônomo gaúcho é apontado como candidato ao governo do Estado.

Em discursos para uma plateia de cem pessoas, composta inclusive por alguns índios, os ruralistas insistiram na necessidade de parar processos de novas demarcações de áreas indígenas no Estado e pregaram a urgência de pressionar o governo para alterar a legislação em vigor. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve visitar Roraima no fim deste mês para inaugurar a ponte de ligação com a Guiana e o aeroporto de Boa Vista. Os

produtores querem o apoio dele a um projeto de lei da Câmara que modifica o rito de demarcações e homologações em terras indígenas, levando as decisões para o Congresso Nacional.

As declarações inflamadas foram reforçadas pela "posição nacionalista" do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), defensor de primeira hora da permanência de produtores e "não-índios" na Raposa Serra do Sol.

Apresentado aos produtores como o "9º deputado de Roraima", Rebelo criticou, durante sua palestra, o processo de demarcação das terras indígenas e acusou ONGs ambientalistas como Greenpeace e WWF de "sequestrar a agenda do Ministério do Meio Ambiente" para impedir o desenvolvimento da agricultura, da mineração e da infraestrutura no país. "Há uma guerra de contenção da nossa expansão", acusou. "Os países financiadores dessas ONGs devastaram, enquanto nós protegemos. Não vamos sacrificar o bem-estar material e espiritual por pressão de ONG estrangeira nenhuma", bradou. Ele disse que a decisão do STF segregará os índios e não ajudará em sua integração. "Não há lugar para o índio fora do Estado brasileiro. Eles não podem virar uma nação autônoma."

De origem alagoana, o deputado afirmou também que os países da Europa e os Estados Unidos têm interesse em patrocinar um "neomalthusianismo travestido de política ambiental" no Brasil. "Somos bons e cordatos, mas não vamos entregar isso aqui para ninguém", afirmou, lembrando da tentativa dos Estados Unidos de "comprar" do governo da Bolívia as terras onde hoje está o Estado do Acre.

Contestado pelo próprio partido, que publicou uma nota contrária à sua posição nos jornais locais do último sábado, Aldo Rebelo argumentou que as "nações mais fortes" usam pretextos de preservação da Amazônia para lutar contra as "nações que querem ficar fortes". "Não vejo com desespero, mas sem ingenuidade. Não censuro a cobiça, mas nossa incapacidade de perceber isso."

“Em defesa do direito de propriedade”, por Mailson da Nóbrega
- Sítio eletrônico da CNA - 08/04/2009 Revista Veja

"Ocupar fazenda de banqueiro bandido é dever do povo brasileiro." Assim falou o delegado Protógenes Queiroz, que chefiou a Operação Satiagraha, da Polícia Federal. Com a tirada, em evento do PSOL, ele defendeu as ações do Movimento dos Sem-Terra (MST), que já invadiu pelo menos oito fazendas de Daniel Dantas.

Pior do que o soneto foi a emenda. "Não estou fazendo apologia criminosa de nada. Não estou incentivando ninguém a invadir terra produtiva. Estou falando que vou revelar

em que condições essas terras foram adquiridas e quais os interesses escusos por trás disso." Conclusão: ele será a fonte do direito de esbulho de propriedade alheia.

O direito de propriedade tem papel fundamental na promoção do desenvolvimento, mas ele só existe se for garantido pela lei, contra a ação predatória de governantes e saqueadores, açulados por visões arbitrárias como a do delegado.

O direito de propriedade está na origem do fascinante processo de crescimento e bem-estar dos últimos dois séculos. Antes, a propriedade (e não o direito a ela) havia sido discutida por distintos filósofos: Platão, Aristóteles, Santo Tomás de Aquino, Hegel, Hobbes, Locke, Hume, Kant e outros.

Já havia venda de propriedades na Suméria. Textos anteriores ao Código de Hamurabi previam penalidades contra o roubo. A ideia de propriedade está implícita no sétimo mandamento: "Não furtarás".

A propriedade é um conceito abstrato, que implica a posse de riqueza. Ela existe sobre um imóvel, um automóvel, um título de crédito ou uma invenção patenteada (propriedade intelectual). Seu complemento é o direito de propriedade, aquele reconhecido pelo ordenamento jurídico, que um Judiciário independente faz cumprir.

Segundo Armen Alchian, o direito de propriedade é uma forma de "atribuir a indivíduos a autoridade para escolher, em relação a bens específicos, qualquer utilização entre as classes de uso não proibidas". Não é permitido cultivar maconha, estacionar um veículo em qualquer lugar e assim por diante.

O atual direito de propriedade nasceu nos séculos XVII e XVIII na Europa, na esteira de mudanças institucionais que aboliram o poder dos reis de confiscar bens ou de limitar o seu uso legítimo. Antes, os indivíduos não tinham segurança em relação a seus bens e respectivos frutos. Era baixo ou inexistente o incentivo ao investimento.

Com o direito de propriedade, os benefícios da atividade econômica, depois de pagos os tributos legítimos, passaram a pertencer inequivocamente a quem assume o risco de empreender. Pesquisas mostram que o acesso à casa própria constitui a maior aspiração das famílias pobres e de classe média.

Karl Marx e seus seguidores defenderam a abolição da propriedade privada, identificando-a como a fonte de todos os males sociais. A adoção dessa equivocada ideia foi, como se sabe, um enorme desastre. Daí o restabelecimento do direito de propriedade após o fracasso do socialismo soviético. Na China, mudança constitucional recente qualificou de sagrado esse direito.

A importância do direito de propriedade não foi de todo assimilada nos países de tradição ibérica. No Brasil, a Constituição menciona a "função social da propriedade", conceito inexistente nos países anglo-saxônicos. Nestes, entende-se que a propriedade cumpre função social quando o direito a ela cria incentivos para sua utilização nos melhores e legítimos usos, produzindo o máximo de crescimento e bem-estar.

O conceito de "função social da propriedade" pode prestar-se a interpretações absurdas e criar riscos para quem empreende e investe. O mesmo se pode dizer da ideia de "propriedade rural improdutiva", que tem permitido ao MST se arvorar no direito de invadir fazendas. Mesmo que uma propriedade seja "improdutiva", a desapropriação é uma violência exclusiva do estado, de acordo com a lei e mediante justa indenização.

O mesmo raciocínio se aplica aos imóveis de Daniel Dantas. Se provado que a propriedade deles é indevida, cabe ao estado, observado o devido processo legal, reparar o erro. Imaginar que um delegado teria o poder de autorizar o esbulho constituiria um desprezo a uma das grandes conquistas da civilização.

*Maílson da Nóbrega é economista

CPI das ONGs aprova quebra de sigilo de entidades ligadas a MST – Folha de São Paulo – Brasil – 08/04/2009

Após quatro meses desativada, a CPI das ONGs aprovou ontem quatro requerimentos de quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal de entidades ligadas ao MST.

Os pedidos foram feitos pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI), que convocou a reunião da CPI na tarde de ontem, surpreendendo os senadores governistas que integram a comissão.

Na justificativa dos requerimentos, ele diz que "o Tribunal de Contas da União divulgou relatório informando haver suspeitas de que o MST recebe indiretamente do governo federal recursos financeiros por meio de entidades criadas para esse fim".

A Folha ligou para assessores de imprensa do MST, mas até a conclusão desta edição eles não haviam telefonado de volta.

Entre as entidades que tiveram o sigilo quebrado está o Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo, que captou R\$ 4 milhões do governo entre 2006 e 2007. Em março, a Folha mostrou que ele assumiu o lugar de outras ONGs ligadas ao MST que eram investigadas por desvio de recursos.

Justiça anula julgamentos do caso Dorothy Stang – Pedro Paulo Blanco - O Globo – O País – 08/04/2009

Vitalmiro Moura, que havia sido inocentado da acusação de mandar matar missionária, voltará ao banco dos réus

BELÉM. O Tribunal de Justiça do Pará anulou ontem o julgamento que absolveu, em maio do ano passado, Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da missionária americana Dorothy Stang, executada a tiros em fevereiro de 2005. Na mesma sessão, os desembargadores anularam o julgamento de Rayfran das Neves Sales, pistoleiro condenado pela morte da freira — sob a alegação de que o júri não levou em consideração o agravante de promessa do pagamento pelo crime. O órgão também votou pela prisão preventiva de Bida, expedida ainda ontem. Ainda não há data para o novo julgamento.

Na decisão, a Câmara Criminal Isolada (órgão especial do TJ), aceitou a apelação do Ministério Público estadual segundo a qual a decisão dos jurados foi contrária às provas nos autos. De acordo com o promotor Edson Cardoso, responsável pela apelação, o principal motivo que levou os jurados a cair em contradição foi a exibição de um vídeo, no dia do julgamento. Nesse vídeo, Clodoaldo Batista, o Tato, também acusado de envolvimento no crime, inocenta Bida.

Essa prova foi mantida em sigilo durante todo o processo, ferindo o princípio do contraditório, já que Ministério Público e o próprio juízo não tiveram acesso ao material.

Recompensa de R\$ 50 mil pelo assassinato A anulação do julgamento de Bida foi proposta pela relatora do processo, desembargadora Vânia Silveira, que reconheceu “a materialidade e a autoria do crime diante de provas irreputáveis”.

O voto da relatora foi acompanhado pelos desembargadores Milton Nobre, revisor do recurso, e Brígida Gonçalves (o quarto desembargador faltou à sessão). No caso de Rayfran, a anulação foi deferida diante da “não aceitação da qualificadora de promessa ou paga de recompensa”.

Segundo o Ministério Público, o pistoleiro executou a missionária em troca de R\$ 50 mil, prometidos por Bida e pelo fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão, o “Taradão”. Rayfran foi condenado a 27 anos de prisão.

Agora, ele poderá ser condenado a uma pena maior.

O Ministério Público espera que os novos julgamentos sejam realizados este ano. O advogado de Bida, Eduardo Imbiriba, disse que vai recorrer da decisão, em Brasília.

Irmão de Dorothy elogia decisão da Justiça A decisão da Justiça foi recebida com entusiasmo pelos representantes de entidades que acompanharam o julgamento da apelação, no prédio do TJ. O coordenador do Comitê Dorothy Stang, Dinailson Benassuly, disse que o resultado “traz de volta a esperança de que a Justiça realmente prevaleça”. Para ele, o Pará tem a chance de quebrar um estigma que mancha a reputação do estado: não punir mandantes de crimes no campo.

— Além de Bida, também exigimos a punição de Regivaldo, outro responsável pelo crime e que até hoje não sentou no banco dos réus — afirmou.

As irmãs da Congregação de Notre Dame de Namur, a qual pertencia a Dorothy, comunicaram a decisão aos parentes da missionária nos Estados Unidos.

Por telefone, David Stang, irmão de Dorothy, disse que ficou feliz com a decisão.

CPI aprova quebra de sigilo de ONGs ligadas ao MST – O Globo – O País – 08/042009

Quatro entidades terão dados bancários e telefônicos divulgados

BRASÍLIA. Num cochilo do governo, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) conseguiu aprovar ontem na CPI das ONGs requerimentos autorizando a quebra dos sigilos bancários e telefônicos de quatro entidades ligadas ao Movimento dos Sem Terra (MST): o Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itac), o Centro de Formação e Pesquisa Contestado (Cepatec), a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) e a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca).

A Anca é apontada pelo site Contas Abertas como a entidade ligada ao MST que mais recebeu recursos do governo federal. Desde 2002, teria recebido R\$ 22,3 milhões.

A Concrab aparece logo atrás, tendo recebido R\$ 14,8 milhões. No caso do Itac, Heráclito argumentou que a entidade, criada em 2006, conseguiu fechar naquele ano “convênios milionários” com os ministérios da Educação e do Desenvolvimento Agrário.

No ano seguinte, teria conquistado a liderança na captação de verbas federais entre entidades que prestam serviço ao MST.

leva índios à periferia de Boa Vista – Mauro Zanatta – Valor Econômico – 08/04/2009

Na periferia de Boa Vista, a agradável capital de Roraima, é possível comprovar um reflexo direto da arrastada disputa pelas terras na área indígena de Raposa Serra do Sol. A oito quilômetros do centro, acomodados entre os bairros de Nova Cidade e Brigadeiro, há centenas de famílias indígenas que deixaram a reserva por causa de incidentes derivados da briga pela posse da terra, cuja extensão total soma 1,75 milhão de hectares espalhados pela fronteira brasileira com a Venezuela e a Guiana.

A família de Pedro de Souza, 73 anos, é um exemplo da "diáspora" dos índios macuxi, etnia dominante nas 200 comunidades da Raposa Serra do Sol. Primeiro do clã a sair da reserva, há dez anos, o índio afirma ter cansado das disputas e da pressão interna na comunidade do Contão, a 240 km de Boa Vista, para que abandonasse o trabalho com pecuaristas "não índios" estabelecidos na região. "Eles diziam que eu não podia mais trabalhar para os brancos, que estava sendo explorado e os brancos iam ter que sair da Raposa", diz. "Achei melhor sair, trazer a família e ficar em paz, sem confusão nem briga com os irmãos". Mesmo ressentido com a maneira como saiu das terras dos antepassados, Pedro não pretende voltar. "Agora, não dá mais. Eles que fiquem lá, que eu fico aqui".

Depois de conseguir a aposentadoria, Pedro trouxe a mãe nonagenária, dois filhos, uma irmã e três sobrinhas para morar na capital. Vive em uma casa de madeira na rua Natal do bairro Nova Cidade, um localidade de 15 mil habitantes criada em 1992 para abrigar militares do Batalhão de Engenharia e Construção do Exército. Mesmo com a determinação de deixar para trás as contendas indígenas e inter-raciais, o índio não conseguiu convencer outros três filhos a acompanhá-lo na retirada. "Eles estão lá, vivendo do que dá. Mas agora que o governo vai tirar os brancos da Raposa, quero ver como eles vão fazer", diz. "Quero trazer os três, mas é difícil".

A família se sustenta com a aposentadoria de Pedro, de sua mãe e de sua irmã. O filho caçula, Rangel Cruz de Souza, 25 anos e quatro filhos, trabalha como servente de pedreiro e auxiliar de serviços gerais desde 2002, quando deixou a reserva para "melhorar de vida". "Mas trabalho só quando aparece um servicinho. Nessa Semana Santa está tudo parado", diz o índio que estudou até a 4ª série do ensino fundamental ainda na escola da Raposa Serra do Sol.

Algumas ruas adiante, mais precisamente na avenida Porto Velho, uma estreita passagem de chão batido e arenoso, moram a índia macuxi Fátima Gonçalves e o piauiense Luiz Gonzaga da Conceição. Garimpeiro, o homem conhecido como "Piauí" trocou a maloca onde vivia com a mulher, na comunidade de Mutum, próxima ao rio Maú, marco da fronteira entre Brasil e Guiana, para virar dono de um bar no Nova Cidade. "Saímos de lá em 1997 por causa de uma briga em que tocaram fogo nas balsas do pessoal", lembra Fátima, 45 anos e quatro filhos.

Mesmo tendo saído da reserva, Fátima tem parentes na região da Reserva. A prima é "tuxaua" (líder) em Mutum e outras duas irmãs permanecem em Raposa. "Minha prima esteve aqui na semana passada e disse que a polícia está tirando todos os brancos de lá", relata. Para ela, a situação da reserva deveria ser resolvida com uma solução pacífica. "Eles deram prazo para os brancos saírem de lá, mas acho que vai continuar a ter problema porque tem uma parte dos índios que quer os brancos lá e outra parte que não quer de jeito nenhum".

O presidente da associação dos moradores do bairro Nova Cidade, o maranhense Miguel Alves do Nascimento relata que toda semana aparecem novas famílias indígenas em busca de casa e abrigo na região. "Eles se instalam na beira de umas lagoas que têm aí, mas a prefeitura vem e tira o pessoal porque é área de preservação", diz. O líder afirma que a situação preocupa a todos porque as condições de vida nessas áreas marginais são mínimas. "Eles vivem na beira da lagoa, sem água nem luz". A reportagem abordou moradores das áreas em dois dias diferentes para saber se as pessoas tinham vindo recentemente da região do conflito, mas os moradores desconversavam, não admitiam conhecer ninguém da Raposa. "É o medo da prefeitura vir e retirar quem já está aqui", diz Nascimento.

Mesmo assim, há quem se arrisque. Ex-vice-prefeito de Uiramutã, município situado dentro da reserva, João Tropeiro coordena uma espécie de abrigo para índios recém-chegados de Raposa. Sem muito contato com a população local, o político auxilia os indígenas a encaminhar papéis e a pedir benefícios como o Bolsa-Família.

O presidente da federação das associações de bairro de Boa Vista, Faradilson Mesquita, entende que o governo federal desconsiderou essa "diáspora" ao tomar medidas de apoio aos índios. Ligado a grupos políticos favoráveis à permanência de "não índios" na Raposa, ele critica o Supremo Tribunal Federal (STF), os governos estadual e federal. "Essas medidas compensatórias deveriam ser tomadas por quem tem conhecimento de causa, não de gabinetes de Brasília."

Criação de nova reserva é tema polêmico – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 08/04/2009

O Estado de Roraima tem a maior parte do seu território ocupado por áreas indígenas. São 46% do total. Mas o tamanho das terras indígenas pode aumentar ainda mais. Dos 6 milhões de hectares destinados pela União ao governo estadual para "compensar" a criação da Raposa Serra do Sol, pelo menos 2 milhões podem ser reivindicados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para eventual demarcação da terra indígena Anaru, que reuniria parte das etnias originárias do Estado.

A simples possibilidade de criação de uma nova reserva levanta enorme polêmica. As feridas do complexo processo de homologação de Raposa Serra do Sol seguem abertas. "Não podemos nem pensar em engessar ainda mais o Estado. Basta dessas amarras", diz o presidente da federação estadual de Agricultura e Pecuária, Almir Sá. Os 1,75 milhão de hectares da área demarcada na Raposa equivalem a mais de dez vezes o tamanho do município de São Paulo. E a reserva Ianomâmi é ainda maior: quase 10 milhões de hectares. "Direito é direito", diz o bispo de Roraima, dom Roque Paloschi.

O secretário estadual do Índio, Jonas Marcolino, entende que a demarcação não garante qualidade de vida para os índios. Fundador da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima, ele prega a melhoria da infraestrutura e das condições de saúde e educação dos povos indígenas da região. "Criar reservas e deixar os índios amontoados, isolados, não resolve. Os ianomâmi estão lá para provar a falência desse modelo de colonização feito pela Funai."

Em 1991, o governo federal já havia homologado a reserva São Marcos, uma área contígua às terras Ianomâmi e da Raposa Serra do Sol. De lá para cá, porém, ainda perduram questionamentos jurídicos e disputas na Justiça. O município de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, deixaria de existir, segundo as regras da demarcação em vigor desde então. "Já imaginou retirar aquelas nove ou dez mil pessoas de suas casas?", pergunta o ex-prefeito Paulo César Quartiero, líder da "resistência" dos produtores rurais à homologação da Raposa Serra do Sol. (MZ)

CPT diz que acusado de morte de freira pressiona ex-assentados – João Carlos Magalhães - Folha de São Paulo – Brasil – 09/04/2009

Durante os 11 meses em que esteve em liberdade, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de mandar matar a missionária Dorothy Stang, em 2005, voltou à região de Anapu (PA), onde negociou a compra de lotes de terra de ex-assentados da reforma agrária, segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o Ministério Público Federal.

Anteontem, o Tribunal de Justiça paraense anulou o júri que o havia absolvido em maio, mandou prendê-lo e marcar novo julgamento. Até a conclusão da edição, ele não havia sido encontrado e é tido como foragido.

Para José Amaro, antigo aliado de Dorothy, padre de Anapu e representante da CPT na cidade, a atuação de Bida configura "pressão" sobre pequenos proprietários.

Apesar de não serem ilegais, já que os donos das terras tinham os documentos, as negociações são demonstração de poder, disse Amaro. Segundo ele, ao fazer as aquisições Bida estava com Dezinho, conhecido como pistoleiro, e Délio Fernandes (PRP), vice-prefeito de Anapu e que chegou a ser citado pela PF como cúmplice, mas nunca foi acusado. A **Folha** não conseguiu localizá-lo.

Para Felício Pontes, procurador da República, Bida pode ser testa-de-ferro de Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, outro acusado de mandar matar a freira e que deve ser julgado neste semestre. Em 2008, Taradão foi preso sob a suspeita de tentar comprar

ilegalmente lotes de assentados do projeto sustentável fundado pela freira. Ele está em liberdade.

A possibilidade de Bida ameaçar testemunhas foi um dos motivos alegados para sua prisão, na decisão de anteontem. Para anular a absolvição, eles consideraram que a principal prova em favor de Bida, um vídeo no qual outro acusado diz inocentar o fazendeiro, foi produzida sem autorização judicial, o que impediu contestações da Promotoria.

Eduardo Imbiriba, advogado de Bida, disse não ter detalhes da vida do cliente e chamou Amaro de "fanfarrão". Refutou a possibilidade de Bida ser testa-de-ferro de Taradão, cujo advogado, Jânio Siqueira, reafirmou a inocência de seu cliente. Ontem, a ONG Anistia Internacional comemorou a reabertura do caso, chamando-a de "rara oportunidade para se fazer Justiça" no Pará.

MST invade fazenda na Bahia – O Globo – O País – 09/04/2009

SALVADOR. Cerca de 200 integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) ocuparam na madrugada de ontem uma fazenda de eucaliptos no distrito de Mundo Novo, em Eunápolis, no Sul da Bahia.

Com 4.700 hectares, a Fazenda Putumuju pertence a Flamarion Matos.

A produção vai para a Veracel Celulose, empresa que planta eucaliptos na região para produzir celulose.

Os sem-terra derrubaram dezenas de pés de eucalipto da fazenda, e disseram que a ocupação faz parte das ações do abril vermelho do MST.

Márcio Matos, do MST, disse que 1.500 pessoas irão para o acampamento.

O objetivo é pressionar o governo do estado a acelerar desapropriações.

Fazendeiro do caso Dorothy volta a ser preso no Pará – Folha de São Paulo – Brasil – 11/04/2009

Bida teve absolvição anulada pela Justiça na terça

Um dia depois de a Justiça anular o júri que o absolveu da acusação de mandar matar a missionária Dorothy Stang, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, foi preso na noite de anteontem. Ele estava em uma fazenda da família, em Pacajá (PA), e foi levado para a penitenciária de Altamira, onde está em uma cela comum.

A ordem de prisão foi dada pelo Tribunal de Justiça do Pará, que considerou inválido o julgamento de maio de 2008, quando Bida foi solto, e mandou marcar seu terceiro júri.

Os desembargadores consideraram que a principal prova a favor do fazendeiro foi incluída no processo de maneira irregular, pois havia sido produzida sem autorização judicial, o que impediu o Ministério Público de contestá-la. A prova é um vídeo de outubro de 2006, no qual Amair Feijoli da Cunha, o Tato, acusado de ser o intermediário e já condenado a 17 anos de prisão, diz que o crime, ocorrido em fevereiro de 2005, não foi ordenado por ninguém.

A versão contrariou vários depoimentos dados por ele. No primeiro júri de Bida, em maio de 2007, quando o vídeo não foi usado pela defesa, o fazendeiro foi sentenciado a 30 anos.

Logo após a absolvição, em 2008, um radialista e um diretor de televisão que haviam trabalhado no vídeo afirmaram à Folha que houve participação de Jânio Siqueira - então advogado de Bida e hoje defensor de outro acusado de mando, Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão- na pré-produção do filme. Regivaldo aguarda julgamento em liberdade.

O vídeo foi gravado em outubro de 2006, dentro da prisão onde Tato estava. A entrevista foi conduzida por Edgar Marinho Ferreira, radialista conhecido em Belém (PA) como Big Pantera. Primeiro, por telefone, ele disse que "[o cliente] foi a defesa. Foi o doutor Jânio Siqueira".

Depois, em conversa gravada, afirmou ter havido uma "confusão" e que o cliente de fato era a RTP (Rede de Televisão Paraense), canal de televisão de Castanhal (PA) afiliada do SBT.

O diretor da RTP, Rogério Bulhões, disse à **Folha** que Siqueira foi consultado e indicou Tato para falar, "apenas isso".

Ele disse que a entrevista, editada, foi transmitida à época no telejornal que o canal tem no início da noite. Mas não falou por que não tentou dar mais visibilidade ao vídeo, dada sua importância.

Para a Promotoria, se a participação de Siqueira se confirmar, aumentam as suspeitas de que a gravação foi encenada.

Siqueira negou que tenha pago, ordenado ou intermediado a gravação. Eduardo Imbiriba, atual advogado de Bida, também negou que seu cliente tenha sido favorecido por um vídeo encenado.

Abril Vermelho realiza uma série de atividades em favor da reforma agrária no MT – Sítio Eletrônico da CPT – 13/04/2009

A edição 2009 do Abril Vermelho conta com uma série de atividades em favor da reforma agrária no estado do Mato Grosso. No dia 14 de abril será realizada a principal manifestação do Abril Vermelho, a “Marcha por Reforma Agrária, Emprego e Defesa do Meio Ambiente” onde 300 trabalhadores e trabalhadoras rurais caminham os 100 quilômetros entre as cidades de Jangada (MT) e Cuiabá. No dia 17 de abril, será lançada a campanha “Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar”, que é uma proposta de limitação da propriedade rural para, no máximo, 2mil hectares. No dia 22 de abril será realizado um ato público, no centro de Cuiabá, em aliança com os movimentos do campo e da cidade que respeitam a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No dia 23 de abril, um dos diretores nacionais do MST, João Pedro Stedile, participará de um seminário no auditório da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso. Além dessas atividades, o MST convocou uma coletiva de imprensa, em Cuiabá (MT) para tratar a questão da reforma agrária no estado do Mato Grosso. No estado, três mil famílias aguardam assentamento e as famílias assentadas reivindicam recursos dos programas federais para manter o trabalhador rural na terra.

Concentração de terra resiste a ação de governo, diz atlas – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 13/04/2009

Estudo mostra onde está o País moderno e as áreas em que se explora até trabalho escravo

O Brasil agrário é um mundo ainda marcado por grandes fluxos migratórios, disputas territoriais e contradições. O moderno e o arcaico convivem nessa parte do País, que abriga 16,4 milhões de pessoas e onde a concentração da propriedade permanece alta, apesar das políticas de redistribuição de terras. É isso o que sinaliza o recém-lançado Atlas da Questão Agrária Brasileira - conjunto de quase 300 mapas, acompanhados de análises, resultante da tese de doutorado do geógrafo Eduardo Girardi, desenvolvida no Núcleo de

Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Poucas vezes um conjunto tão abrangente de informações sobre a questão foi reunido num estudo. Ele mostra que em determinadas partes do Brasil predominam relações trabalhistas avançadas, em termos capitalistas, envolvendo assalariados com altas rendas, enquanto em outras é possível encontrar empregados submetidos a condições de trabalho sub-humanas, semelhantes às da escravidão. Existem zonas de alta produtividade agrícola, com notável índice tecnológico, ao lado de terras sub-exploradas, mantidas como reserva de valor.

A movimentação de dinheiro, tecnologias e pessoas é tão grande que, em dez anos, entre 1996 e 2006, a área de agropecuária na Amazônia Legal cresceu 23 milhões de hectares - vastidão maior que a do território do Paraná. No mesmo período, os assentamentos da reforma agrária receberam 3,2 milhões de pessoas; e, no sentido inverso, 1,5 milhão de brasileiros foram obrigados a deixar o campo, por causa do desaparecimento de seus empregos.

É uma realidade complexa, difícil de ajustar num retrato. Mas é justamente essa a proposta do Atlas, cuja feitura contou com recursos da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Combinando informações conhecidas com outras inéditas e utilizando, exaustivamente, técnicas cartográficas, ele procura flagrar o que ocorre nesse mundo, que abrigava 44% da população do País 30 anos atrás e hoje contém o equivalente a apenas 8,2% do total.

O foco principal de Girardi, que defende franca e abertamente a reforma agrária, é a questão da propriedade da terra. Um dos capítulos mais detalhados do Atlas é o que trata da estrutura fundiária do País - com mapas inéditos sobre a situação dos Estados e municípios. Fica-se sabendo ali que, ao contrário do que acreditam líderes dos movimentos de sem-terra, a propriedade da terra não ficou mais concentrada nos últimos anos. Utilizando os dados disponíveis, Girardi mostra que houve até uma alteração para menos no chamado índice de Gini - critério de avaliação que varia 0 a 1, sendo que quanto mais alto maior é o grau de concentração de terras. Entre 1992 e 2003, o índice nacional baixou de 0,826 para 0,816 - uma variação de -0,010.

Não se trata, porém, de motivo para comemorar. Segundo Girardi, a marca de 0,816 é das mais altas, sinalizando que a terra continua concentrada nas mãos de poucos proprietários. Por outro lado, ela indica também o fracasso das políticas de reforma agrária desenvolvidas por sucessivos governos.

Entre 1979 e 2006, foram criados 7.666 assentamentos da reforma agrária, cobrindo uma área de 64,5 milhões de hectares. Era de se esperar que isso tivesse um impacto maior do que o registrado nos índices de concentração fundiária. Por que não teve? Em entrevista ao Estado, Girardi observou que nenhum dos governos esteve realmente interessado na reforma agrária, preocupando-se sobretudo em conter as pressões dos movimentos sociais e os conflitos no campo.

"Eles fazem isso sem alterar a estrutura fundiária", disse Girardi. Como é possível? Segundo o pesquisador, quem olhar o mapa da estrutura agrária verá que as ocupações de

terras ocorrem numa área do País, no Centro-Sul e Nordeste, enquanto os assentamentos são concentrados na Região Norte: "Desde o regime militar, assentam-se pessoas nos confins da Amazônia, com o objetivo de não alterar a estrutura do Centro-Sul."

Outro objetivo dos governos, ao fincar assentamentos na Região Norte, seria engordar estatísticas: "O reconhecimento de posses, antigos projetos de colonização e unidades de conservação de uso sustentável são contados como assentamentos."

Girardi se opõe ao modelo agrário baseado no agronegócio, especialmente o da monocultura de soja, que atingiu seu ápice em Estados como Mato Grosso e Goiás. Recomenda uma intervenção maior do Estado, para impedir que terras continuem a ser usadas com fins especulativos e para incentivar o que chama de agricultura camponesa - aquela baseada no sistema familiar de produção.

Sem Terra ocupam área da Votorantim em Pernambuco – Sítio eletrônico do MST – 13/04/2009

Dando início à Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária em Pernambuco, cerca de 100 famílias do MST ocuparam, na madrugada desta segunda-feira (13/4), o engenho General, localizado no município de São Lourenço da Mata, Zona da Mata Norte de Pernambuco.

O Engenho faz parte do complexo da usina Tiúma, do Grupo Votorantim, constituída por outros sete engenhos. Um deles, o Engenho São João, foi desapropriado para Reforma Agrária em 2008, depois de quatro anos de luta, e hoje é o Assentamento Chico Mendes.

A Usina Tiúma foi uma das maiores do estado de Pernambuco e faz parte da história de ocupação das terras da Zona da Mata pela cana-de-açúcar. Com o fim do Pró-Álcool e dos subsídios governamentais a usina, junto com muitas outras da região, entrou em processo de falência. Em 2004, quando foi ocupada pela primeira vez, estava abandonada há 17 anos, falida e com dívidas com a Previdência Social. Mas com a revalorização da cana-de-açúcar para produção de etanol e a entrada de novos subsídios governamentais, o Grupo Votorantim voltou a ter interesse na área.

Desde essa primeira ocupação os trabalhadores rurais reivindicavam a desapropriação de pelos menos três engenhos: General, Tapacurá e São João. Infelizmente o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) só conseguiu até agora a desapropriação do São João, que teve capacidade para assentar apenas 50 famílias. Por isso, tanto as famílias hoje assentadas, como todas as outras, continuam lutando pela desapropriação dos outros engenhos da usina.

Reforma Agrária parada

A Reforma Agrária no Brasil está praticamente parada. O II Plano Nacional de Reforma Agrária tinha a previsão de assentar 550 mil famílias entre 2003 e 2007. No entanto, segundo dados da UNESP (Universidade do Estado de São Paulo), apenas 163 mil famílias desta meta foram assentadas, ou seja, o Incra cumpriu apenas 29,6% da Meta.

Em Pernambuco a meta de assentamentos do Incra está muito aquém da necessidade dos trabalhadores rurais. São 35 mil famílias Sem Terra acampadas em todo o Estado, e a meta do Incra para 2008 foi de assentar apenas 2.050 famílias. Além disso, no ano passado não houve nenhuma nova área desapropriada. Todas as famílias assentadas em 2008 viviam em áreas que já haviam sido vistoriadas há anos, muitas já possuíam decretos de desapropriação, que estavam emperrados na justiça.

Semana de Luta por Reforma Agrária

A Jornada Nacional de Lutas acontece em todo o Brasil durante toda esta semana. Ela é realizada desde 1997 em memória dos 19 companheiros assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em operação da Polícia Militar, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, no dia 17 de abril. Em 2002, o presidente FHC instituiu a data como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Depois de 13 anos de um massacre de repercussão internacional, o país ainda não resolveu os problemas dos pobres do campo, que continuam sendo alvo da violência dos fazendeiros e da impunidade da justiça.

Um mar de barracos de lona – Sítio Eletrônico do MST – 13/04/2009

O que começou com 150 famílias, na madrugada do dia 9/4, já alcança a marca de 978 barracos cadastrados e numerados até a tarde desta segunda-feira (13/04). Batizada de Dandara, em homenagem a companheira de Zumbi dos Palmares, a ocupação rururbana, em Belo Horizonte (MG), foi realizada conjuntamente pelo Fórum de Moradia do Barreiro, as Brigadas Populares e o MST. A ação reforça as lutas sociais pela função social da propriedade (previsto no inciso 23 do artigo 5º da Constituição Brasileira) e inaugura em Minas Gerais a aliança entre os atores da Reforma Agrária e da Reforma Urbana.

As famílias ocupam 10% de um terreno de mais de 40 hectares, supostamente pertencente à Construtora Modelo. Os manifestantes apontam que o terreno, localizado no bairro Céu Azul, está abandonado há muitos anos e possui dívida de mais de R\$ 18 milhões, por não

pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

Na noite de quinta-feira (9/4), sem mandato de reintegração de posse, a polícia tentou despejar as famílias, com a atuação violenta de mais de 150 homens, e usando de artifícios como explosão de bombas, gás de pimenta e destruição de barracos.

Mas as famílias resistiram e outras vieram se somar à ocupação. “Foi chegando gente da comunidade do entorno, e outras pessoas que foram mobilizadas pelo trabalho de base. E as ameaças da polícia não pararam. Apesar de a empresa não ter conseguido liminar na primeira instância, por não ter sua posse comprovada, a polícia não sai daqui. Agora mesmo, tem um microônibus do choque, mais uns dez homens da cavalaria e um helicóptero rondando”, conta Joviano Mayer, das Brigadas Populares.

As famílias exigem uma reunião com o governo Aécio Neves, para discutir uma política de moradia para a população de baixa renda. “Em sete anos, esse governo não construiu uma casa para os sem-teto da capital. Não há uma política habitacional para quem recebe menos de dois salários mínimos”, aponta Joviano.

A idéia é pedir a divisão em lotes que ajudem a solucionar o passivo de moradia de Belo Horizonte, hoje avaliado em 100 mil unidades, das quais 80% são de famílias com ganhos abaixo de três salários mínimos. E também contribuir na geração de renda e na segurança alimentar, ao adotar-se um sistema de agricultura periurbana, em que cada lote destine uma área de terra possível de se tirar subsistência ou complemento de renda e alimentação saudável.

A ocupação Dandara já possui seu próprio canal de comunicação. [Clique aqui](#) e confira o blog com mais informações o acampamento.

OCUPAÇÃO DANDARA MORADIA, TRABALHO E DIGNIDADE

A cada dia que passa, a cidade fica mais cara para os trabalhadores que nela vivem. Os salários não acompanham o valor dos aluguéis, o reajuste anual das passagens de ônibus, o aumento do preço dos alimentos, da conta de luz, água, remédios etc.

No campo, a situação também não é boa. O governo abandonou a promessa da reforma agrária. Por outro lado, a ação das grandes empresas que atuam no campo obriga cada vez mais famílias saírem de suas terras para vir morar nas periferias da cidade. Essas terras, antes usadas para produzir alimentos que também alimentavam a população urbana, agora serão usadas para produzir produtos de exportação.

Em tempos de grave crise econômica, essa situação piora muito, pois milhares de

trabalhadores do campo e da cidade perdem seus empregos. Além disso, o capitalismo, para manter seus lucros, joga as conseqüências das crises que ele mesmo cria nos ombros dos trabalhadores. Assim, o que já era difícil, fica pior ainda.

Diante dessa situação, em resposta à crise econômica e à inércia do Governo Estadual em garantir políticas que atendam às demandas dos trabalhadores, as Brigadas Populares, o MST e o Fórum de Moradia do Barreiro, ocuparam, no dia 09 de abril de 2009, um latifúndio urbano de 40 hectares que jamais cumpriu sua função social.

Nesse novo acampamento, além de garantir moradia adequada, trabalho e dignidade para as famílias, queremos construir a necessária aliança entre a luta pela Reforma Urbana com a luta pela Reforma Agrária.

Que o nosso exemplo frutifique nas árvores do bem-virá!

Contamos com a solidariedade das pessoas, organizações, entidades e movimentos comprometidos com a luta social.

Justiça do Trabalho proíbe Bunge de praticar jornada exaustiva em Minas – Pablo Solano – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/04/2009

PABLO

DA

AGÊNCIA

SOLANO

FOLHA

A Justiça do Trabalho de Minas Gerais proibiu a primeira usina de álcool da Bunge no mundo, em Santa Juliana (MG), de submeter trabalhadores a jornadas exaustivas e de reter carteiras de trabalho além do prazo de 48 horas. A Bunge -líder brasileira em exportações do agronegócio- é dona desde 2007 da usina Santa Juliana, que fica na cidade do mesmo nome, a 449 km de BH. No total, o juiz Edmar Salgado expediu 25 determinações à empresa com base em ação civil pública do MPT (Ministério Público do Trabalho). O procurador do Trabalho Rafael Gomes diz que a Bunge não melhorou as condições de trabalho quando assumiu o controle da Santa Juliana, em 2007. O diretor corporativo de comunicação da Bunge no Brasil, Adalgiso Telles, contesta (leia texto a lado). Segundo o MPT, cartões de ponto entregues em junho de 2008 pela Santa Juliana mostravam que trabalhadores continuaram sendo submetidos a jornadas de trabalho de mais de dez horas diárias. A usina também desconsiderava nos pagamentos as horas gastas pelos trabalhadores no itinerário entre a cidade e a área rural, segundo o procurador.

Segundo o MPT, cortadores de cana foram mantidos em cidades próximas sem apoio para estadia e alimentação enquanto aguardavam convocação para a lavoura. No período de inatividade, de acordo com o procurador, eles ficaram com a carteira de trabalho retida e, com isso, foram impedidos de trabalhar para outras empresas.

MST invade prédio público e engenho no Nordeste – Letícia Lins e Tássia Correia – O Globo – O País – 14/04/2009

Abril vermelho começa com atos em Pernambuco e Bahia, onde BR-101 foi bloqueada

RECIFE e SALVADOR. Com invasões a um engenho, em Pernambuco, e à sede da Secretaria estadual de Agricultura, em Salvador, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começou ontem o abril vermelho, em memória do Massacre de Eldorado de Carajás, onde 19 pessoas foram mortas, em 17 de abril de 1996, no Pará.

Em Recife, cerca de cem famílias ocuparam de manhã o Engenho General, em São Lourenço da Mata, a 22 quilômetros de Recife. Em Salvador, cerca de 800 manifestantes ocuparam de manhã as instalações da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri).

Segundo a coordenadoria regional do MST em Pernambuco, a ocupação do engenho deu início à “Jornada nacional de lutas por reforma agrária”, que irá até o dia 17. Segundo o coordenador do acampamento, Cícero Oliveira, no fim da tarde as famílias no local já somavam mais de 150.

Os sem-terra informaram em nota que o engenho pertence ao complexo da usina Tiúma, do Grupo Votorantim. Mas a empresa informou que a sede da indústria e as terras já foram vendidas pela família Ermírio de Moraes. Mais tarde, o Sindicato da Indústria do Alcool e do Açúcar informou que a Tiúma e seus engenhos foram vendidos em 2005 à Usina São José, que fica no município de Igarassu, a 30 quilômetros de Recife.

A usina Tiúma foi desativada há mais de 15 anos e, desde então, seus engenhos vêm sendo disputados por movimentos sociais que realizam ocupações de terra em Pernambuco.

A empresa informou ainda que o engenho tem 350 hectares, e não 400, como afirmou o MST.

— Por enquanto, a gente só está acampado. Mas, a partir de amanhã (hoje), vamos começar a discutir a substituição dos canaviais pelo plantio de nossas lavouras — afirmou o coordenador do acampamento.

Em Salvador, a ocupação da secretaria também não tem prazo para terminar. Entre as reivindicações do MST está a aquisição de terras pelo estado para realização de reforma agrária e para obras de infraestrutura, como rodovias e escolas, nos acampamentos. Integrantes do movimento também bloquearam de manhã a rodovia BR-101, no Km 694, entre Eunápolis e Itagimirim. O bloqueio acabou por volta de 15h

Sem Terra ocupam sede da Secretaria de Agricultura da Bahia – Sítio Eletrônico do MST – 14/04/2009

Cerca de dois mil trabalhadores rurais do MST ocuparam, nesta segunda-feira (13/4), a Seagri (Secretaria de Agricultura da Bahia), na capital do estado da Bahia, com o objetivo de pressionar o governo estadual a cumprir a pauta assumida em 2007, ano em que se estabeleceu a reforma de cinco mil casas, a construção de 1.200 quilômetros de estradas nos assentamentos, a vistoria de áreas em todo estado e a infra-estrutura dos assentamentos.

Ao mesmo tempo, 1.500 famílias de Trabalhadores e Trabalhadoras continuam ocupando a área de 4.700 hectares de terras devolutas - utilizadas ilegalmente pela Veracel Celulose para o plantio de eucalipto -, no município de Eunápolis. Já foram derrubados dois hectares do monocultivo para no lugar ser plantado milho e feijão.

Também nesta segunda-feira (13/4), os Sem Terra interditaram a BR 101, que fica em frente ao acampamento, com o objetivo de pressionar o governo a discutir o monocultivo de eucalipto com a sociedade, para que sejam resgatadas as terras devolutas que estão nas mãos da empresa Veracel Celulose e destinadas para Reforma Agrária. "Há dois anos o Estado não promove desapropriações. Enquanto isso, uma empresa possui mais de 20 mil hectares das terras que deveriam ser utilizadas para acabar com pobreza e a fome na região", afirma Márcio Matos, integrante da direção regional do Movimento.

Famílias Sem Terra ocupam fazenda no norte de Roraima – Sítio Eletrônico do MST – 14/04/2009

Na última sexta-feira (10/4), 70 famílias do MST ocuparam a fazenda Autarraia, localizada no município de Bonfim (125 km de Boa Vista), em Roraima. Os Sem Terra reivindicam a criação de um projeto de assentamento na área e mais agilidade do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no processo de criação de outros assentamentos no estado.

A fazenda, que tem aproximadamente cinco mil hectares, é reivindicada pelas famílias há mais de um ano. No estado de Roraima, há três anos o Incra não cria novos assentamentos ou atua naqueles que já estão criados. Faltam estradas, habitação, energia, crédito de apoio à produção, demarcação e licenças que permitam a exploração de territórios liberados pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

MST bloqueia rodovia no DF para exigir Reforma Agrária – Sítio eletrônico do MST – 14/04/2009

Cerca de 200 trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra bloqueiam, desde o início da manhã desta terça-feira (14/04), o trecho da rodovia BR-020, na altura do entroncamento com a DF-110, na região de Planaltina, no Distrito Federal.

A mobilização, que integra a Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária de abril, exige o assentamento das 1.800 famílias acampadas no Distrito Federal e Entorno, assistência técnica para 1.200 famílias assentadas, investimentos em educação, recuperação de assentamentos e a reestruturação da Superintendência Regional do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a SR 28.

Segundo os Sem Terra, não houve nenhum retorno da audiência realizada com o superintendente regional do Incra no final de março deste ano, após a ocupação da sede da SR 28. "A reforma agrária está parada no Distrito Federal e Entorno, não sai do lugar. Na região de Unai, por exemplo, cerca de 200 famílias do acampamento Índio Galdino aguardam há mais de sete anos pelo assentamento", afirma comenta Joel Silva, da direção do MST no DF.

Semana de Lutas por Reforma Agrária

A Jornada Nacional de Lutas acontece em todo o Brasil nesta semana. Ela é realizada desde 1997 em memória dos 19 trabalhadores Sem Terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em operação da Polícia Militar, no município de Eldorado dos Carajás (PA), em 17 de abril de 1996. Em 2002, o presidente FHC instituiu essa data como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Depois de 13 anos de um massacre de repercussão internacional, o país ainda não resolveu os problemas dos pobres do campo, que continuam sendo alvo da violência dos fazendeiros e da impunidade da Justiça.

Parlamentares debatem questão agrária e relembram Carajás – Sítio Eletrônico do MST – 14/04/2009

Nesta quarta-feira (15/04), os deputados e senadores que compõem a Frente Parlamentar da Terra promovem, em Brasília, um debate sobre os 25 anos do MST, os 13 anos de impunidade do episódio conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, a Reforma Agrária e a soberania alimentar no Brasil.

A atividade terá início às 9h, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. Além

do coordenador da Frente Parlamentar da Terra, deputado Dr. Rosinha (PT/PR), o debate contará com as participações dos coordenadores das Frentes Parlamentares: em Defesa da Economia Solidária no Brasil, deputado Eudes Xavier (PT/CE); Segurança Alimentar e Nutricional, deputado Nazareno Fonteles (PT/PI); Agricultura Familiar, deputado Anselmo de Jesus (PT/RO); Defesa dos Quilombolas (PT/SP), deputado Vicentinho; Defesa dos Povos Indígenas, deputado Eduardo Valverde (PT/RO), e o presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo no Senado Federal, senador José Nery (PSOL/PA). João Pedro Stedile, economista e integrante da direção do MST, completa a mesa do debate.

Paralelamente à atividade, haverá a exposição de publicações, painéis fotográficos, cartazes e produtos da reforma agrária.

17 de abril: Dia nacional de luta pela Reforma Agrária

Em 17 de abril de 1996, policiais militares promoveram o Massacre de Eldorado de Carajás, que ganhou repercussão internacional e deixou marca na história do país. Em 2002, o presidente FHC instituiu essa data como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Passados 13 anos do massacre no Pará, permanecem soltos os 155 policiais que mataram 19 trabalhadores rurais, deixaram centenas de feridos e 69 mutilados. Entre os 144 incriminados, apenas dois foram condenados depois de três conturbados julgamentos: o coronel Mário Collares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira. Ambos aguardam em liberdade a análise do recurso da sentença, que está sob avaliação da ministra Laurita Vaz, do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

O 17 de abril é marcado internacionalmente como o dia das lutas dos camponeses de todo o mundo. Todos os anos, a Via Campesina realiza mobilizações nesse período do ano, em diversos países, para cobrar o julgamento dos responsáveis pela violência no campo e pela realização da reforma agrária.

Local: Auditório Nereu Ramos – Câmara dos Deputados
Dia: 15 de abril de 2009
Horário: das 9h às 12h30

Ações por Reforma Agrária e justiça mobilizam 8 estados – Sítio eletrônico do MST – 15/04/2009

A Jornada Nacional de Lutas de Abril, realizada em memória dos 19 trabalhadores Sem Terra assassinados há 13 anos no Massacre de Eldorado de Carajás (PA), já mobilizou

camponeses em 8 estados e no Distrito Federal, desde o início do mês, para exigir a realização da reforma agrária e o fim da impunidade para os crimes do latifúndio.

Nesta quarta-feira (14/04), foram realizadas ocupações de terras, marchas e atos no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Mato Grosso, Pará, Distrito Federal e Bahia. Desde a semana passada, ocorreram também ações em São Paulo, Minas Gerais e Roraima.

No **Rio Grande do Sul**, 200 famílias ocuparam a fazenda São João D'Armada, no município de Canguçu. A área tem 1130 hectares e foi considerada improdutivo pelo Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 2007, mas jamais foi desapropriada. Em São Luiz Gonzaga, 300 trabalhadores rurais iniciaram uma Marcha rumo ao latifúndio, partindo de um acampamento na BR 285. Um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado pelo Inbra estabelecia o assentamento de 2 mil famílias de trabalhadores rurais até o final do ano passado, mas apenas 700 destas conquistaram um pedaço de chão no estado.

Em **Pernambuco**, a fazenda Cristina, localizada no município de Vitória de Santo Antão, região metropolitana do Recife, foi ocupada por cerca de 100 famílias. A área, de 500 hectares, é improdutivo e pertence à prefeitura do município. Esta foi a terceira ocupação da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária no estado.

Ontem (14/04), outras 100 famílias ocuparam a fazenda Pernambuco, de 1.000 hectares, no município de Inajá, Sertão do Estado. Na segunda-feira (13/04), famílias Sem Terra ocuparam o Engenho General, em São Lourenço da Mata, onde continuam acampadas.

Em **Mato Grosso**, cerca de 300 trabalhadores rurais iniciaram uma marcha por Reforma Agrária, emprego e defesa do Meio Ambiente. Eles saíram de Jangada e irão caminhar 100 quilômetros até o Trevo do Lagarto, em Várzea Grande, onde chegam no domingo (19/04). Na sexta-feira (17/04), em Cuiabá, será lançada a campanha "Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar", puxada pelas Assembléias Populares. No estado, existem cerca de 4 mil famílias assentadas, mas em muitos assentamentos há um verdadeiro abandono governamental. Cerca de 3 mil famílias ainda amargam a vida debaixo de lonas pretas, à beira de estradas, dentro de território mato-grossense.

No **Pará**, a Jornada teve início com o acampamento da Juventude em Eldorado dos Carajás, palco do Massacre lembrado em abril. Mais de 500 jovens de todas as regiões do estado começaram a debater o papel da juventude na sociedade, e participam de oficinas, audiência no Inbra e um ato em memória dos Sem Terra assassinados. Em Belém, trabalhadores das regiões Norte e Nordeste se concentram na Praça da Leitura, onde está localizada a "Coluna da Infância", um monumento construído em homenagem às vítimas do Massacre. Mais de 400 pessoas são esperadas para participar das atividades, que incluem

ato contra a criminalização dos movimentos sociais e uma marcha.

No **Distrito Federal**, 300 famílias do MST e do Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR) ocuparam a fazenda Engenho, em Planaltina (DF). Os trabalhadores denunciam que seus arrendatários desrespeitam a Lei Ambiental, porque utilizam agrotóxicos para o plantio extensivo da soja e retiram areia da fazenda, localizada em Área de Proteção Ambiental. Os trabalhadores conseguiram uma audiência para discutir a questão amanhã (16/04), às 14h, com representantes do Incra nacional, da Superintendência Regional da autarquia e do Ibama.

Ontem (14/04), 200 pessoas bloquearam o trecho da rodovia BR-020, também na região de Planaltina. No DF, os Sem Terra exigem o assentamento das 1.800 famílias acampadas, assistência técnica para 1.200 famílias assentadas, investimentos em educação, recuperação de assentamentos e a reestruturação da Superintendência Regional do Incra, a SR 28.

Na **Bahia**, 400 famílias ocuparam a fazenda Culturosa, no município de Camamu (região Sul do estado), para denunciar os malefícios do monocultivo em larga escala da seringa na região. Há três anos, o MST solicitou ao Incra uma vistoria na área, mas até agora nada foi feito.

Cerca de 2 mil agricultores ocupam desde segunda-feira (13/04) a sede da Seagri (Secretaria de Agricultura da Bahia), em Salvador, para pressionar o governo estadual a cumprir a pauta assumida em 2007, ano em que se estabeleceu a reforma de cinco mil casas, a construção de 1.200 quilômetros de estradas nos assentamentos, a vistoria de áreas em todo estado e a infra-estrutura dos assentamentos. Em Eunápolis, 800 famílias continuam ocupando a área de 4.700 hectares de terras devolutas - utilizadas ilegalmente pela Veracel Celulose para o plantio de eucalipto. Na sexta-feira (17/04), haverá homenagem da Assembléia Legislativa do estado aos 25 anos do MST.

Em **Roraima**, 70 famílias do MST ocuparam na última sexta-feira (10/04) a fazenda Autarraia, no município de Bonfim, para reivindicar a criação de um projeto de assentamento na área e mais agilidade do Incra no processo de criação de outros assentamentos no estado. Em Roraima, há três anos o Incra não cria novos assentamentos ou atua naqueles que já estão criados. Faltam estradas, habitação, energia, crédito de apoio à produção, demarcação e licenças que permitam a exploração de territórios liberados pelo Ibama.

Em **Minas Gerais**, cerca de 900 famílias integram desde a quinta-feira passada (09/04) a ocupação rururbana Dandara, em Belo Horizonte. A ação foi realizada conjuntamente pelo Fórum de Moradia do Barreiro, as Brigadas Populares e o MST. As famílias ocupam 10% de um terreno de mais de 40 hectares, supostamente pertencente à Construtora Modelo. Os manifestantes apontam que o terreno, localizado no bairro Céu Azul, está abandonado há

muitos anos e possui dívida de mais de R\$ 18 milhões, por não pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

Em **São Paulo**, cerca de 120 famílias Sem Terra ocuparam, em 06/04, a Fazenda Nossa Senhora Aparecida, na região de Agudos (próxima a Bauru). Os trabalhadores reivindicam a destinação da área da fazenda para a Reforma Agrária, já que a terra, com cerca de 700 hectares, é considerada pública, mas não possui nenhum tipo de destinação e uso.

MST inicia "abril vermelho" com invasões em 4 Estados – Folha de São Paulo – Brasil – 16/04/2009

Sem-terra tomaram terras em Pernambuco, Roraima, Rio Grande do Sul e Bahia

Em outros Estados, MST organizou protestos para lembrar o massacre de 19 lavradores em Eldorado do Carajás (PA), em abril de 96

Lavradores ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) promoveram uma série de invasões em pelo menos quatro Estados do país -Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia e Roraima. Não houve conflitos. As ações marcaram o início do "abril vermelho", mobilização nacional promovida pelos sem-terra para lembrar o massacre de Eldorado do Carajás (PA), ocorrido em 17 de abril de 1996, quando 19 trabalhadores rurais morreram durante confronto com a polícia.

Em Pernambuco, três fazendas e engenhos foram invadidos desde segunda-feira, por cerca de 300 pessoas.

No Rio Grande do Sul, o MST invadiu a fazenda São João da Armada, em Canguçu (266 km de Porto Alegre). Cerca de 200 pessoas entraram na propriedade por volta das 6h e saíram às 15h. A polícia apreendeu foices e facões com os sem-terra. Na Bahia, cerca de 300 famílias ligadas ao MST invadiram anteontem a fazenda Cultrosa, em Camamu (209 km de Salvador), segundo o movimento.

Em Roraima, na cidade de Bonfim (99 km de Boa Vista), cerca de 70 famílias do MST estão acampadas em uma fazenda desde sexta-feira.

No Pará, a Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, do grupo Opportunity, disse ontem que mais integrantes do MST chegaram a uma fazenda da empresa invadida desde julho do ano passado. A reportagem não localizou os líderes da ação.

Uma liminar judicial impediu que um grupo de cerca de cem sem-terra invadisse a superintendência do Incra em Campo Grande.

Com panelas, bandeiras e colchonetes, cerca de 60 integrantes do MST fizeram um ato ontem, em Ribeirão Preto, em frente à Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, pela posse de uma fazenda em Serrana.

Dilma é ignorante em questões rurais, diz MST – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo
– Brasil – 16/04/2009

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Numa demonstração explícita da resistência dos movimentos sociais com Dilma Rousseff, o líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) João Pedro Stedile afirmou ontem que a ministra da Casa Civil, assim como todo o governo, é "ignorante" nas questões rurais do país.

Para Stedile, integrante da coordenação nacional do MST, o principal nome petista para a sucessão presidencial "não entende nada" de projetos de desenvolvimento para o meio rural. "É um governo ignorante nas questões rurais. Esse governo que está aí, começando pela dona Dilma", declarou. "A Dilma não entende nada de projetos de desenvolvimento rural, senão ela já teria aprovado [linhas de crédito para a agroindústria]", disse.

A declaração do líder dos sem-terra foi feita num debate sobre reforma agrária organizado pela associação de servidores do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Participaram do evento o novo reitor da UnB, José Geraldo, e representantes de quilombolas e do Cimi (Conselho Indigenista Missionário). Stedile disse que a criação de linhas de crédito para a construção de agroindústrias poderia ter ocorrido por meio do Banco do Brasil e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

"E [no governo] ficam falando em progresso, em desenvolvimento, que não sei o que, que agora vai", disse, antes de citar a ministra da Casa Civil. Procurada e informada sobre o teor da reportagem, a Casa Civil não havia se manifestado até o fechamento da edição.

Reportagem da Folha do último sábado mostrou a resistência dos movimentos sociais em relação à ministra Dilma e revelou a iniciativa do Palácio do Planalto para aproximá-los.

O movimento enxerga na ministra uma representante do crescimento a qualquer custo, ou seja, pouco preocupada com questões sociais e ambientais - o que não implica, porém, uma inclinação para outro candidato. (EDUARDO SCOLESE)

MST mobiliza 11 estados por Reforma Agrária e contra a crise – Sítio eletrônico do MST – 16/04/2009

A Jornada Nacional de Lutas do MST, que exige o assentamento das 100 mil famílias acampadas e denuncia o desemprego causado pelo agronegócio com a crise econômica mundial, mobilizou trabalhadores rurais em 10 estados e no Distrito Federal, desde o início do mês. Nesta quinta-feira (16/04), foram realizados protestos em Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Alagoas. As ações são realizadas em memória dos 19 trabalhadores Sem Terra assassinados há 13 anos no Massacre de Eldorado de Carajás (PA). Desde o começo do mês, também aconteceram ocupações de terras, marchas e atos no Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Pará, Bahia, Minas Gerais, Roraima e Brasília.

"A crise econômica demonstra que o agronegócio não tem condições de melhorar a vida dos trabalhadores rurais. Defendemos a realização de uma Reforma Agrária Popular e um programa de agroindústrias em assentamentos para criar empregos e gerar desenvolvimento no campo", afirma a integrante da coordenação do MST, Marina dos Santos.

De novembro de 2008 a fevereiro de 2009, foram fechadas 747.515 vagas no país. O complexo do agronegócio fechou 268.888 vagas (no setor agropecuário, foram 145.631; no setor de alimentos e bebidas, 123.257), cerca de 35% do total (dados do Dieese). Os números apontam que boa parte das vagas eliminadas é do agronegócio, apesar da política de crédito rural do governo federal. No ano passado, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) concedeu em empréstimos mais de R\$17,2 bilhões de reais para empresas do agronegócio. O Banco do Brasil concedeu mais de R\$ 10 bilhões para apenas 20 empresas do agronegócio. Enquanto isso, o Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) tem previsão para a liberação de apenas R\$ 7, 2 bilhões para a safra 2008/2009, alcançando 1,2 milhões de famílias de pequenos agricultores.

"O governo federal financiou com seus empréstimos o desemprego do agronegócio. Precisamos de uma nova política de crédito rural, com a criação de uma linha especial para assentados e a desburocratização das linhas para a pequena agricultura. Defendemos também que todas as empresas do agronegócio que pegaram recursos públicos e demitiram tenham suas áreas desapropriadas e que todas as famílias de trabalhadores rurais que perderam o emprego com a crise sejam assentadas", defende Marina.

Abaixo, um panorama das ações que aconteceram nesta quinta-feira.

Em **Pernambuco**, 200 trabalhadores rurais Sem Terra ocupam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), no Recife, para reivindicar o assentamento das 15 mil famílias acampadas no estado. Os Sem Terra exigem urgência para o assentamento das famílias do Acampamento São Bernardo, no Engenho Planalto, localizado no município de Paudalho, Zona da Mata Norte do Estado. O Incra deu imissão de posse do Engenho em 2003, mas até hoje as famílias ainda não foram assentadas. O Engenho Planalto estava falido quando foi ocupado pela primeira vez em 1996, há treze anos atrás. Mesmo com a desapropriação da área e a emissão de posse do Incra, as famílias continuam sem serem assentadas, e seguem acampadas na área da prefeitura há seis anos.

Em **São Paulo**, 150 famílias ocuparam a Fazenda Ibiti, no município de Itararé (350 km da capital). A área é um latifúndio de mais de nove mil hectares que atualmente está desmembrada em várias fazendas que são utilizadas por empresas privadas, cujas posses não são comprovadas. Em 1986, a Fazenda Ibiti foi decretada de interesse social para fins de desapropriação e deveria ser destinada para a Reforma Agrária (DEC 93.046/1986). No entanto, em 1991, o então presidente Fernando Collor revogou o decreto de desapropriação. Desde então a área vem sendo explorada irregularmente por empresas privadas. No total, há 12 mil famílias do MST acampadas no estado.

No **Rio de Janeiro**, cerca de 200 trabalhadores rurais do interior do estado ocuparam a superintendência no Incra para cobrar o assentamento das 3000 famílias acampadas. No ano passado, apenas 59 famílias foram assentadas. Os trabalhadores denunciam também o corte de 30% do orçamento do governo federal para as políticas de Reforma Agrária.

Em **Alagoas**, cerca de 350 trabalhadores rurais Sem Terra estão mobilizados no Acampamento Uruçu, no município de Craíbas, agreste alagoano a cerca de 145km da capital Maceió, para denunciar a entrada da mineradora Vale Verde no estado. Os manifestantes protestam contra a exploração privada de 150 milhões de toneladas de minérios, riquezas pertencentes ao povo alagoano.

Em **Goiás**, famílias do MST ocuparam dois latifúndios para cobrar o assentamento das 2.500 famílias acampadas no estado. “O ponto número um da pauta é o assentamento das famílias”, afirmou a integrante da coordenação nacional do movimento, Rosana Fernandes. O Incra tinha a meta de assentar 1.400 famílias em 2008. No entanto, foram indicadas áreas para o assentamento de apenas 96 famílias, que ainda continuam acampadas. “É uma vergonha”, avaliou Rosana. Em março, mais de 400 agricultores do MST ocuparam o prédio da superintendência do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em Goiânia.

A seguir, protestos que acontecem desde o começo do mês na Jornada Nacional de Lutas do MST pela Reforma Agrária.

No **Pará**, a jornada teve no dia 13, com o acampamento da Juventude em Eldorado dos Carajás, palco do Massacre lembrado em abril. Mais de 500 jovens de todas as regiões do estado começaram a debater o papel da juventude na sociedade, e participam de oficinas, audiência no Inbra e um ato em memória dos Sem Terra assassinados. Em Belém, trabalhadores das regiões Norte e Nordeste se concentram na Praça da Leitura, onde está localizada a “Coluna da Infâmia”, um monumento construído em homenagem às vítimas do Massacre. Mais de 400 pessoas são esperadas para participar das atividades, que incluem ato contra a criminalização dos movimentos sociais e uma marcha.

No **Rio Grande do Sul**, 200 famílias ocuparam a fazenda São João D’Armada, no município de Canguçu (15/4). A área tem 1130 hectares e foi considerada improdutiva pelo Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 2007, mas jamais foi desapropriada. Em São Luiz Gonzaga, 300 trabalhadores rurais iniciaram uma Marcha rumo ao latifúndio, partindo de um acampamento na BR 285. Um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado pelo Inbra estabelecia o assentamento de 2 mil famílias de trabalhadores rurais até o final do ano passado, mas apenas 700 destas conquistaram um pedaço de chão no estado.

Em **Pernambuco**, a fazenda Cristina, localizada no município de Vitória de Santo Antão, região metropolitana do Recife, foi ocupada por cerca de 100 famílias. A área, de 500 hectares, é improdutiva e pertence à prefeitura do município (15/4). Esta foi a terceira ocupação da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária no estado. No dia 14, outras 100 famílias ocuparam a fazenda Pernambuco, de 1.000 hectares, no município de Inajá, Sertão do Estado. No dia 13, famílias Sem Terra ocuparam o Engenho General, em São Lourenço da Mata, onde continuam acampadas.

Em **São Paulo**, no município de Gália, próximo à Marília (SP), 150 trabalhadores seguem a uma semana acampados na região para cobrar a resolução das pendências jurídicas relativas a 4 fazendas vistoriadas nas redondezas (Portal do Paraíso, Fazenda Recreio Gleba I e Recreio Gleba III e Fazenda Natal). Cerca de 200 integrantes do MST permanecem acampados desde quarta-feira (15) na fazenda São José, em Marabá Paulista, no Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de São Paulo. Cerca de 120 famílias Sem Terra ocuparam, no dia 06, a Fazenda Nossa Senhora Aparecida, na região de Agudos (próxima a Bauru). As famílias reivindicaram a destinação da área pública de 700 hectares para a Reforma Agrária e saíram da área.

Em **Ribeirão Preto**, cerca de 150 pessoas do Acampamento Alexandra Kolontai, do Assentamento Mário Lago e do Assentamento Sepé Tiarajú, fizeram protesto na Procuradoria do Estado e na Prefeitura de Ribeirão Preto (15/4). As famílias reivindicam a arrecadação da Fazenda Martinópolis, localizada no município de Serrana, e sua destinação à Reforma Agrária. Os manifestantes denunciam, também que a Fazenda Martinópolis, que pertence ao Governo do Estado de São Paulo e vem sendo utilizada irregularmente para o

plântio de cana-de-açúcar, apesar de ser um patrimônio público. Na prefeitura, as famílias reivindicaram o cumprimento dos compromissos firmados pela prefeitura com o Assentamento Mario Lago, como escola, transporte público, posto de saúde e coleta de lixo.

No **Distrito Federal**, 300 famílias do MST e do Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR) ocuparam a fazenda Engenho, em Planaltina (14/4). Os trabalhadores denunciam que seus arrendatários desrespeitam a Lei Ambiental, porque utilizam agrotóxicos para o plântio extensivo da soja e retiram areia da fazenda, localizada em Área de Proteção Ambiental. Os trabalhadores conseguiram uma audiência para discutir a questão com representantes do Incra nacional, da Superintendência Regional da autarquia e do Ibama. No dia 14, 200 pessoas bloquearam o trecho da rodovia BR-020, também na região de Planaltina. No DF, os Sem Terra exigem o assentamento das 1.800 famílias acampadas, assistência técnica para 1.200 famílias assentadas, investimentos em educação, recuperação de assentamentos e a reestruturação da Superintendência Regional do Incra, a SR 28.

Em **Mato Grosso**, cerca de 300 trabalhadores rurais seguem marcha por Reforma Agrária, emprego e defesa do Meio Ambiente. Eles saíram de Jangada e irão caminhar 100 quilômetros até o Trevo do Lagarto, em Várzea Grande, onde chegam no domingo. Na sexta-feira, em Cuiabá, será lançada a campanha “Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar”, puxada pelas Assembléias Populares. No estado, existem cerca de 4 mil famílias assentadas, mas em muitos assentamentos há um verdadeiro abandono governamental. Cerca de 3 mil famílias ainda amargam a vida debaixo de lonas pretas, à beira de estradas, dentro de território mato-grossense.

Na **Bahia**, 400 famílias ocuparam a fazenda Culturosa, no município de Camamu (região Sul do estado), para denunciar os malefícios do monocultivo em larga escala da seringa na região (15/4). Há três anos, o MST solicitou ao Incra uma vistoria na área, mas até agora nada foi feito. Cerca de 2 mil agricultores ocupam desde segunda-feira (13/04) a sede da Seagri (Secretaria de Agricultura da Bahia), em Salvador, para pressionar o governo estadual a cumprir a pauta assumida em 2007, ano em que se estabeleceu a reforma de cinco mil casas, a construção de 1.200 quilômetros de estradas nos assentamentos, a vistoria de áreas em todo estado e a infra-estrutura dos assentamentos. Em Eunápolis, 800 famílias continuam ocupando a área de 4.700 hectares de terras devolutas - utilizadas ilegalmente pela Veracel Celulose para o plântio de eucalipto (8/4). Na sexta-feira, haverá homenagem da Assembléia Legislativa do estado aos 25 anos do MST.

Em **Roraima**, 70 famílias do MST ocuparam na última sexta-feira (10/04) a fazenda Autarraia, no município de Bonfim, para reivindicar a criação de um projeto de assentamento na área e mais agilidade do Incra no processo de criação de outros

assentamentos no estado. Em Roraima, há três anos o Incra não cria novos assentamentos ou atua naqueles que já estão criados. Faltam estradas, habitação, energia, crédito de apoio à produção, demarcação e licenças que permitam a exploração de territórios liberados pelo Ibama.

Em **Minas Gerais**, cerca de 900 famílias integram desde a quinta-feira passada (09/04) a ocupação rururbana Dandara, em Belo Horizonte. A ação foi realizada conjuntamente pelo Fórum de Moradia do Barreiro, as Brigadas Populares e o MST. As famílias ocupam 10% de um terreno de mais de 40 hectares, supostamente pertencente à Construtora Modelo. Os manifestantes apontam que o terreno, localizado no bairro Céu Azul, está abandonado há muitos anos e possui dívida de mais de R\$ 18 milhões, por não pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

Para senador, as causas da violência contra os Sem Terra permanecem "intactas" –
Sítio Eletrônico do MDA – 17/04/2009

Em pronunciamento nesta quinta-feira (16/4), o senador José Nery (PSOL-PA) lembrou a passagem dos 13 anos do massacre de Eldorado de Carajás, no Pará, a serem completados no dia 17 deste mês. O senador disse que a maior chacina de trabalhadores rurais Sem Terra da história contemporânea do país continua "absolutamente impune" e que as causas mais profundas da violência praticada contra os Sem Terra permanecem "intactas".

"Mandantes e executores do massacre continuam impunes, definitivamente livres ou beneficiados por recursos judiciais sem prazo para julgamento, a despeito de tantas provas documentais e testemunhais juntadas contra os mesmos, resultado lógico das farsas montadas para simular o seu julgamento por júri popular", afirmou Nery, destacando que apenas 23 dos 69 sobreviventes da chacina receberam até agora as reparações devidas.

José Nery disse que a impunidade persiste como regra porque a lei que regula na prática os conflitos fundiários é ditada pelos grupos econômicos que detêm a posse das grandes extensões de terra disponíveis ou disponibilizáveis para a agricultura, "não raras vezes por meios ilegais", e que essas "oligarquias" são sempre capazes de moldar as instituições públicas a seus próprios interesses.

"A impunidade, que os protege, protege muitos outros executores e mandantes de crimes no campo e, pior, estimulou o cometimento de crimes mais recentes, como o que ceifou a vida da irmã Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, em Anapu, também no Pará", lembrou.

José Nery disse ainda que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva revelou-se

entusiasta de um modelo de desenvolvimento nacional baseado na pauta de exportações de commodities (produtos in natura, cultivados ou de extração mineral), o qual, afirmou, só pode ser viabilizado com a apropriação de vastos territórios e a concentração da terra nas mãos de poucos.

"É o modelo que se impõe à Amazônia e ao Pará, sem encontrar nenhuma objeção de parte do governo deste estado, cada vez mais disposto a mostrar serviço à Vale do Rio Doce e ao agronegócio, vergando-se às pressões do latifúndio e de seus porta-vozes, ordenando operações policiais gigantescas para desmontar ocupações de terra, incluindo a prisão de trabalhadores rurais sem terra que insistam em trabalhar e viver na terra ocupada", afirmou.

MST denuncia cortes no orçamento com ações em 7 estados – Sítio eletrônico do MST
– 17/04/2009

A Jornada Nacional de Lutas do MST, que exige o assentamento das 100 mil famílias acampadas e denuncia os cortes no orçamento da Reforma Agrária com a crise econômica mundial, mobilizou trabalhadores rurais em sete estados sexta-feira (17/04). As ações são realizadas em memória dos 19 trabalhadores Sem Terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás (PA), que completa 13 anos sem desfecho.

Nesta sexta-feira, foram realizados protestos em São Paulo, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Ceará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Desde o começo da jornada, já aconteceram ocupações, protestos e marchas no Distrito Federal e em 15 estados (Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Pará, Bahia, Alagoas, Roraima e Minas Gerais).

"A crise econômica demonstra que o agronegócio não tem condições de melhorar a vida dos trabalhadores rurais. Defendemos a realização de uma Reforma Agrária Popular e um programa de agroindústrias em assentamentos para criar empregos e gerar desenvolvimento no campo", afirma a integrante da coordenação do MST, Marina dos Santos.

Os investimentos para desapropriação aprovados no orçamento de 2009, estimados em R\$ 957 milhões, foram cortados 'em função da crise' e reduzidos em 41%, baixando o orçamento para R\$ 561 milhões. Segundo o Incra, com essa redução será possível assentar apenas 17 mil famílias e não mais 75 mil, meta prevista para o ano de 2009.

"Os cortes no orçamento demonstram que o governo não dá prioridade à Reforma Agrária. Enquanto o agronegócio ganha um pacote de ajuda de R\$ 12 bilhões, 100 mil trabalhadores sem terra estão acampados pelo país", avalia Marina.

Os recursos aprovados para assistência técnica das famílias assentadas eram de R\$ 224 milhões, mas foram reduzidos para R\$135 milhões. O governo havia se comprometido a

garantir a assistência para todas as famílias assentadas. No entanto, com o corte no orçamento, o Incra não tem condições de cumprir a promessa. Atualmente, não tem recursos nem para pagar os trabalhos já realizados em meses passados pelos agrônomos e até hoje não pagos.

Abaixo, um panorama das ações realizadas nesta sexta-feira.

Em **São Paulo**, cerca de 500 trabalhadores ocuparam a Fazenda Santa Lúcia, no município de Iepê, região do Pontal do Paranapanema. As terras são do Grupo Atala, que atua no estado do Paraná, mas possui uma área com mais de 20 mil hectares em São Paulo, destinadas a usinas e ao cultivo de cana de açúcar. No município de Taubaté (região do Vale do Paraíba), 250 famílias ocuparam a Fazenda Guassahy, que possui 300 hectares e está em situação de abandono e total improdutividade.

Na região de Ribeirão Preto, famílias do acampamento Alexandra Kolontai e dos assentamentos Mário Lago e Sepé Tiarajú fizeram a arrecadação de assinaturas para um abaixo-assinado que reivindica ao governador de São Paulo, José Serra, que seja arrecadada, para fins de Reforma Agrária, a área da fazenda Martinópolis, localizada na cidade de Serrana.

Em **Pernambuco**, mais de 300 famílias ocuparam a Fazenda Balame, localizada entre os municípios de Poção e Jataúba. A área tem 12.500 hectares e pertence à família de José Cordeiro de Santana, conhecido como Zé de Riva. É a maior fazenda contínua da região do Agreste Pernambucano.

O fazendeiro foi condenado em 2002 como mandante do assassinato do Cacique Xicão Xukuru, liderança indígena reconhecida internacionalmente por sua luta pela retomada das terras tradicionais do povo Xukuru, assassinado no município de Pesqueira em 1998.

Na **Paraíba**, 200 famílias Sem Terra ocuparam a fazenda Bela Vista, no município de Itaibaiana. A fazenda, de 300 hectares, já havia sido ocupada em 2006, mas poucos dias depois as famílias foram despejadas. “O Incra já fez a vistoria da área, que é comprovadamente improdutiva. Mas devido a uma venda de parte do terreno, o processo ficou travado. Por isso reocupamos a fazenda, para exigir o assentamento de pelo menos 30 famílias na área”, aponta João Porfírio, da direção estadual do Movimento. No estado da Paraíba, mais de 2.500 famílias estão acampadas. As famílias cobram uma política de Reforma Agrária que garanta condições de moradia e produção.

No **Ceará**, mais de 100 famílias do MST no Ceará ocuparam na Fazenda São Pedro, que está improdutiva. A propriedade, situada no município de Irauçuba, distante 146 quilômetros de Fortaleza, é parte de um complexo de 44 mil hectares e pertence à família de um empresário. A perspectiva é que o imóvel venha a assentar 500 famílias.

Em **Sergipe**, 30 famílias ocuparam a Fazenda Algodão, em Gararu, no alto sertão do estado. Em Santo Amaro dos Brotos, cerca de 35 famílias ocuparam a Fazenda Nossa Senha das Graças e montaram o acampamento Celso Furtado. Em Ribeirão do Amparo, na divisa do estado com a Bahia, mais 80 famílias ocuparam um latifúndio improdutivo. “Estamos cobrando o assentamento das 12 mil famílias acampadas no estado”, afirma Gislene Reis, da coordenação estadual do MST.

Em **Santa Catarina**, cerca de 400 trabalhadores rurais do MST liberaram a passagem na praça de pedágio da BR-116, no município de Correa Pinto (região das Lajes), em protesto pela Reforma Agrária e contra as mudanças no código ambiental do estado. "Defendemos a realização da Reforma Agrária e estamos contra a flexibilização da legislação ambiental ", afirma Andréia Borges, integrante da coordenação nacional do MST.

No **Rio Grande do Sul**, as mobilizações da jornada prosseguiram em quatro municípios. Em São Gabriel, marcha de famílias acampadas e assentadas chegou à cidade após o bloqueio violento da Brigada Militar. O trevo de entrada da cidade foi bloqueado e as famílias caminharam até a prefeitura para negociar a pauta de reivindicação.

Em Canguçu, 200 famílias marcham novamente por dentro da fazenda São João D'Armada e em protesto pelo uso da violência da Brigada Militar em São Gabriel. Na região metropolitana, trabalhadores sem terra bloquearam a RS040 em Viamão e a BR290, no Trevo de Charqueadas, por 19 minutos em memória dos trabalhadores assassinados em Carajás. Em Nova Santa Rita, as famílias acampadas irão simbolizar os 13 anos da tragédia com cruzeiros na beira da estrada e um ato.

Em **Brasília**, o senador José Nery (PSOL-PA) lembrou a passagem dos 13 anos do massacre de Eldorado de Carajás, no Pará, em pronunciamento nesta quinta-feira. O senador disse que a maior chacina de trabalhadores rurais Sem Terra da história contemporânea do país continua "absolutamente impune" e que as causas mais profundas da violência praticada contra os Sem Terra permanecem "intactas".

"Mandantes e executores do massacre continuam impunes, definitivamente livres ou beneficiados por recursos judiciais sem prazo para julgamento, a despeito de tantas provas documentais e testemunhais juntadas contra os mesmos, resultado lógico das farsas montadas para simular o seu julgamento por júri popular", afirmou Nery.

Ele disse ainda que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva revelou-se entusiasta de um modelo de desenvolvimento nacional baseado na pauta de exportações de commodities (produtos in natura, cultivados ou de extração mineral), o qual, afirmou, só pode ser viabilizado com a apropriação de vastos territórios e a concentração da terra nas

mãos

de

poucos.

Entidades denunciam “farra da terra” da MP 458 – Sítio eletrônico do MST –
17/04/2009

A Aliança Camponesa e Ambientalista em Defesa da Reforma Agrária e do Meio Ambiente - formada por entidades de luta por Reforma Agrária, como a Via Campesina, e organizações ambientalistas - lançou nesta sexta-feira (17/04) uma nota pública exigindo a imediata retirada da Medida Provisória (MP) 458 do Congresso Nacional, onde tramita atualmente.

A MP 458, assinada em fevereiro deste ano, regulariza a ocupação de áreas urbanas e rurais da União na Amazônia Legal. Ao todo, as terras a serem regularizadas pela MP perfazem 67,4 milhões de hectares.

Em março, o deputado federal Asdrúbal Bentes (PMBD/PA) concluiu um relatório que, segundo as entidades, “refina o texto da MP 458 com o único intuito de criar um imenso mercado de terras, regulado pelas elites agrárias”. O relatório amplia ainda mais as possibilidades de transferência de terras da Amazônia sem licitação, com anistia para desmatadores, diminuição da reserva legal e autorização de compra por pessoas jurídicas. “A MP 458, em claro abandono da Reforma Agrária, ao invés de exigir a imediata arrecadação pela União das terras acima de 15 módulos fiscais e sua destinação para o Incra, designa estas áreas para licitação, com direito de preferência para o atual grileiro. Portanto, está consumada a regularização do grilo”, sustenta a nota.

As entidades denunciam, ainda, que a senadora Kátia Abreu (DEM/TO) - a principal defensora do agronegócio no Parlamento brasileiro - já está articulada para ser a relatora da matéria no Senado. “Não podemos permitir tamanha ameaça ao povo e à biodiversidade brasileiros. Uma nova Lei de Terras vai se consolidar no país, o que certamente aumentará o latifúndio”, constata Luiz Zarref, integrante da Via Campesina.

Leia, abaixo, a íntegra da nota:

MP 458 – A Farra da Terra

Nota Pública da Aliança Camponesa e Ambientalista em Defesa da Reforma Agrária e do Meio Ambiente

A história da ocupação das terras brasileiras pode ser resumida no beneficiamento das elites e na criminalização e marginalidade do povo camponês, comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas. As leis brasileiras, desde o período colonial, passando pela Lei de

Terras, de 1850, sempre concederam terras a apadrinhados e privilegiados. A cobiça das elites agrárias pela aquisição de gigantescas extensões de terra multiplicou os grilos pelo interior do País, expulsando ou assassinando aqueles camponeses que ousaram se interpor no seu caminho. Esse processo deu ao Brasil a maior concentração fundiária do mundo.

Mesmo com tamanha opressão, milhões de excluídos, povos do campo e da floresta, conseguiram estabelecer-se nas áreas mais longínquas, nas entranhas do território brasileiro. Ali produzem, alimentam cidades vizinhas, tocam suas vidas, preservam a natureza. Os posseiros, como comumente são chamados, jamais conheceram o Estado brasileiro: foram relegados ao esquecimento e à invisibilidade.

Eis que, na aurora do século XXI, o Governo brasileiro “resolve” equacionar o problema fundiário da maior região do Brasil, a Amazônia Legal. Após um ano de disputas entre a Secretaria de Assuntos Estratégicos, Ministério do Desenvolvimento Agrário e governos estaduais do Norte, nasce a MP 458, em fevereiro de 2009. Em um processo sem consultas amplas e oficiais aos movimentos sociais e entidades nacionais e regionais, o Governo Federal busca apresentar uma “solução ágil e facilitada” para a regularização de 67 milhões de hectares que são de domínio da União.

Ao ir para o Congresso Nacional, a MP 458 se consolida como a plataforma unitária dos ruralistas. O relatório recém apresentado pelo deputado Asdrúbal Bentes (PMBD/PA) refina o texto da MP 458 com o único intuito de criar um imenso mercado de terras, regulado pelas elites agrárias. O retrato dos interesses dos latifundiários e dos grandes capitalistas pode ser facilmente visto em pontos cruciais, tais como:

- A MP 458, em claro abandono da Reforma Agrária, ao invés de exigir a imediata arrecadação pela União das terras acima de 15 módulos fiscais e sua destinação para o INCRA, designa estas áreas para licitação, com direito de preferência para o atual grileiro! Portanto, está consumada a regularização do grilo;
- O relatório muda a MP para permitir que sejam passíveis de regularização ocupações cujos titulares sejam pessoas jurídicas (empresários) e as explorações indiretas, conduzidas muitas vezes por “laranjas”. Extingue-se a exigência de que o beneficiário da regularização tenha como principal atividade econômica a exploração do imóvel. Assim, toda sorte de instituição financeira, industrial, comercial, gente rica de qualquer ramo da economia, que não tem no uso da terra a razão de ser de seu sustento, passa a ser beneficiária do processo facilitado e dos baixíssimos valores que estão estabelecidos pela MP. Na prática, uma única pessoa ou empresa poderá regularizar tantas posses quantas forem as que mantiver ocupadas com seus prepostos;
- O relatório permite que o beneficiário da regularização seja proprietário de outros imóveis rurais. Os 1.500 hectares regularizáveis, área por si só vastíssima, se comparada com os

padrões fundiários internacionais, poderão vir a somar-se com as áreas que o “ocupante” já possui, na qualidade de proprietário, contribuindo para aumentar a concentração fundiária, já escandalosa no país;

- O relatório retira a inalienabilidade e inacessibilidade por 10 anos, permitindo a venda imediata das áreas assim que forem regularizadas. Permite, ainda, que seja regularizável o ocupante que comprove posse por apenas 1 (um) ano, podendo ser computado o período de ocupação de “antecessor”. Mais uma vez, é a festa do grileiro, para quem a posse agrária é apenas uma curta etapa para a consumação de seu objetivo final: a venda da terra a terceiro e o lucro com a transação;

- A recuperação do passivo ambiental é toda postergada. Nada é exigido previamente à regularização. As comunidades tradicionais não têm seus direitos assegurados. As práticas extrativistas, como das quebradeiras de coco babaçu, estão ameaçadas, posto que não se prevê a regularização com cláusula de servidão administrativa em seu benefício.

É preciso se contrapor ao modelo nefasto de apropriação do patrimônio público que sempre pautou a legislação agrária no país e que ameaça fazê-lo novamente. O latifúndio é o maior câncer da sociedade brasileira, está na raiz de seus desequilíbrios estruturais, e não se pode permitir que, em vez de ser combatido, venha a receber um novo impulso.

Diante dessa situação assombrosa, de uma proposta de legislação que reforça o caráter concentrador de nossa malha fundiária, e que se constitui num chamado geral para ocupação desenfreada, predatória e criminosa da Amazônia, os movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada que estão unidos na Aliança Camponesa e Ambientalista em Defesa da Reforma Agrária e do Meio Ambiente exigem a imediata retirada da MP 458 do Congresso Nacional e sua transformação em Projeto de Lei, única medida capaz de assegurar o amplo e imprescindível debate com as comunidades locais, movimentos e entidades regionais e nacionais, a quem de fato interessa a ocupação e utilização do território amazônico em bases sustentáveis e de acordo com a função social da propriedade da terra.

Aliança Camponesa e Ambientalista em Defesa da Reforma Agrária e do Meio Ambiente

Agronegócio envenenado ganha mais recursos – Sítio eletrônico do MST – 17/04/2009

O Brasil é o campeão de consumo de agrotóxicos do mundo. Estudo da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) mostra que a maioria dos alimentos está contaminada com altas doses de veneno, que podem trazer uma série de malefícios à saúde. O governo indica que as pessoas devem priorizar os alimentos orgânicos, produzidos sem

dez vezes menos. E mais grave: recebe de forma burocratizada e que não condiz com sua realidade de produção.

Os trabalhadores rurais sabem há anos que uma política de Reforma Agrária vai muito além da distribuição de terra. Mas o governo parece não ter a mesma percepção e insiste na colonização de terras na Amazônia, onde se deu 65% dos assentamentos do último período.

Os Sem Terra defendem uma política de Reforma Agrária que combina acesso ao crédito para viabilizar a produção e garantir o abastecimento do mercado interno de produtos saudáveis, através de um modelo de agroindústrias cooperativadas. O investimento na educação também é central.

“A maior raiva dos fazendeiros é ver um sem-terra na universidade. E nós temos 3.600 Sem Terra estudando. A burguesia brasileira não admite que o conhecimento seja acessível aos pobres”, dispara João Pedro.

E parece não admitir mesmo. Não são poucos os casos de liminares na Justiça tentando bloquear os cursos voltados para trabalhadores rurais. Da mesma forma como insistem no bloqueio das contas e dos repasses de dinheiro para entidades que contribuem para a consolidação dos assentamentos da Reforma Agrária.

Mas o Poder Judiciário, a mídia empresarial e o governo não parecem se atentar – ou não querem se atentar – para os dados que eles mesmos divulgam. O agronegócio demite, usa veneno em quantidades exageradas, não acaba com a fome e muito menos com a pobreza.

Em contrapartida, em todos os assentamentos da Reforma Agrária, os três principais problemas que atingem o povo brasileiro são resolvidos: moradia, trabalho e educação. E são os pequenos agricultores os responsáveis pelo abastecimento de comida da população brasileira. Por que não merecem tratamento melhor?

Por isso, nessa semana se realiza mais uma Jornada de Lutas. Para, uma vez mais, colocar a Reforma Agrária no centro das necessidades de toda a sociedade brasileira. Todo mundo quer poder consumir alimentos saudáveis, assim como todos têm direito de garantir uma vida digna para sua família. Com a crise, fica ainda mais clara a miopia das prioridades do governo. É hora de os trabalhadores receberem o crédito por sustentar o país.

BALANÇO DA POLÍTICA AGRÁRIA DO GOVERNO FEDERAL – Sítio eletrônico do MST – 17/04/2009

Estamos fazendo mais uma jornada de lutas para cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e debater com a sociedade sobre a situação dos trabalhadores rurais, da agricultura e da gravidade da crise no campo. Realizamos ocupações, marchas e protestos em 15 estados e no Distrito Federal. Abaixo, apresentamos um balanço político da situação atual da política agrária do governo federal, que demonstra um retrocesso, inclusive em relação a anos anteriores.

Os latifúndios do agronegócio já desempregaram 270 mil trabalhadores assalariados, desde novembro de 2008. As 20 maiores agroindústrias desempregaram quase 100 mil operários de suas fábricas. Mesmo assim, continuam recebendo apoio governamental, enquanto trabalhadores rurais pobres do campo ficam em segundo plano.

1. Os recursos para desapropriação, aprovados no orçamento de 2009, eram de R\$ 957 milhões e foram cortados 'em função da crise'. Eles foram reduzidos em 41%, baixando o orçamento para R\$ 561 milhões. Segundo o Incra, com essa redução será possível assentar apenas 17 mil famílias e não mais 75 mil, meta anteriormente prevista pelo governo para o ano de 2009.

2. Os recursos aprovados para assistência técnica das famílias assentadas, previstos para 2009, eram de R\$ 224 milhões, mas foram reduzidos para R\$135 milhões. Redução também de 41%.

3. Para o Pronera, programa de educação nas áreas de Reforma Agrária, os recursos aprovados para 2009 - eram de R\$ 69 milhões - foram cortados em 62%, baixando para apenas R\$ 26 milhões. Além disso, o Incra não consegue garantir formas de remuneração para os professores nas áreas rurais. Vários cursos já conveniados com universidades em todo país, e alguns já iniciados, foram interrompidos por falta de recursos!

4. O Incra vem usando índices de produtividade, que fixam os parâmetros necessários para desapropriação das áreas, com dados de produção ainda de 1975, totalmente defasados, o que dificulta classificar as fazendas como improdutivas. Em maio de 2005, o governo federal se comprometeu, perante a Marcha Nacional dos Sem Terra a Brasília, a atualizar os índices e publicá-los em algumas semanas. Em 2005, o Incra e o MDA atualizaram a portaria, mas até hoje ela não foi editada. A lei agrária determina que os índices sejam atualizados a cada cinco anos. É urgente que eles sejam atualizados com os dados do censo agropecuário de 2006, e se publique nova portaria.

5. Ano passado, propusemos e foi acordado com o governo, a liberação de R\$18 mil por família para o programa de habitação rural a ser implementado em 2009, para a construção

e reformas de moradias no campo. Pela primeira vez, tínhamos um programa consolidado de habitação para o meio rural. Soubemos, porém, que os recursos foram baixados para R\$10, 6 mil reais por família neste ano. Perguntamos: alguém consegue construir uma casa com R\$10 mil?

6. O governo havia se comprometido a garantir a assistência técnica para todas as famílias assentadas, e até fez propaganda disso. Nas negociações, ficou claro que por causa do corte de 41%, o Incra não tem condições de pagar sequer os trabalhos já realizados em meses passados pelos agrônomos e até hoje não pagos. Não vai honrar convênios já assinados com entidades, e não tem previsão de como será a assistência técnica no futuro. Isso vai prejudicar a realização dos projetos para acessar ao crédito do Pronaf, que terá início em julho. Até o final de março de 2009, nenhum centavo havia sido liberado para assistência técnica de projetos contratados em 2008.

7. O governo se comprometeu, na chegada da marcha a Brasília em maio de 2005, a abrir uma linha de crédito para financiamento especial de agroindústrias em assentamentos. Nossa demanda é de R\$150 milhões, mas apenas R\$ 20 milhões estão assegurados para os próximos dois anos. Há, porém, um processo de negociação em aberto com o BNDES para expandir esse valor. Por outro lado, o governo liberou R\$12 bilhões via Banco do Brasil e BNDES como socorro de capital de giro para as 20 maiores agroindústrias do país, que estão em crise e já demitiram quase 100 mil trabalhadores.

8. Estamos esperando, até hoje, resposta a uma proposta de programa de reflorestamento nos assentamentos e na agricultura familiar, que previa apoio para que cada família de agricultor pudesse reflorestar dois hectares de sua área. A proposta foi apresentada e aprovada pelo presidente Lula, em 2003.

9. O governo sempre se deixou influenciar pelos interesses econômicos das empresas transnacionais do agronegócio, para liberar vergonhosamente as sementes transgênicas, sem nenhum estudo sério de impacto ambiental e de saúde. Na fila da CTNBio estão novas licenças de arroz, milho etc., e sempre alegaram não haver nisso problema nenhum. Nesta semana, porém, um juiz do Rio Grande do Sul aceitou uma demanda dos agricultores gaúchos contra o pagamento de royalties para a Monsanto. Além disso, o governo da Alemanha proibiu em seu território o cultivo da soja roundup, da Monsanto. No ano passado, o governo liberou três variedades de milho transgênico da Bayer, Syngenta e Monsanto. A produção de sementes de milho transgênico estava proibida. Assim que liberaram, milagrosamente em apenas uma safra, as empresas forneceram sementes para atender 40% da demanda. Isso terá um impacto futuro na agricultura familiar destruidor, como já aconteceu no México.

10. O governo enviou ao congresso a Medida provisória MP 458, que define novos critérios e praticamente legaliza todas as terras públicas griladas na Amazônia, em até 1500 hectares

por pessoa. Isso demonstra um claro abandono da Reforma Agrária, pois, ao invés de exigir a imediata arrecadação pela União das terras acima de 15 módulos fiscais e sua destinação para o Incra, designa estas áreas para licitação, com direito de preferência para o atual grileiro! Portanto, está consumada a regularização do grilo, além de sucatear a já famigerada autarquia, porque vai transferir técnicos, diretores e demais estruturas do Incra para o projeto de regularização. Segundo denunciaram todas as entidades envolvidas no Fórum Nacional de Reforma Agrária a proposta da MP 458 tem clara afronta a preceitos constitucionais que devem ser contestados no STF.

11. Está parado na Câmara dos Deputados um projeto de lei que determina a desapropriação de todas as fazendas onde foram encontrados trabalhadores em situação análoga à escravidão. A lei já foi aprovada no Senado Federal. Mas, por articulações políticas dos ruralistas, o governo se rendeu e não mobilizou sua base para aprová-la. Enquanto isso, a Polícia Federal continua libertando pessoas que vivem em condições de trabalho escravo nas fazendas e já registrou que 58% das fazendas são reincidentes.

SECRETARIA NACIONAL DO MST

Sem-terra promovem invasões em pelo menos cinco Estados – Folha de São Paulo – Nacional – 18/04/2009

Sem-terra invadiram ontem fazendas em ao menos cinco Estados (Pernambuco, São Paulo, Sergipe, Bahia e Paraíba) e uma praça de pedágio em Santa Catarina. As ações do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) fazem parte do chamado "abril vermelho", promovido para lembrar o massacre de Eldorado do Carajás (PA), em 17 de abril de 1996, quando 19 lavradores morreram em confronto com a polícia.

Em Pernambuco, mais quatro fazendas foram invadidas e uma rodovia foi bloqueada por duas horas. Não houve conflitos. Em quatro dias, sete áreas foram invadidas. Uma das fazendas invadidas ontem, o engenho Cachoeira Dantas, em Água Preta (140 km de Recife), foi desocupada horas depois por ordem da Justiça.

A manifestação na BR-408 envolveu cerca de 150 sem-terra e foi pacífica. Os trabalhadores atearam fogo a pneus e galhos, perto de Paud'alho (45 km de Recife). No interior de São Paulo, foram duas invasões, em uma propriedade utilizada para plantação de cana em Iepê (516 km de SP) e em uma área apontada pelo movimento como improdutiva em Taubaté (140 km de SP).

Sem-terra também invadiram duas fazendas em Sergipe e uma na Bahia, na divisa entre os dois Estados. Segundo o movimento, as três ações envolveram cerca de 150 pessoas.

Na Paraíba, cerca de 200 famílias sem-terra invadiram na madrugada de ontem a fazenda Bela Vista, em Itabaiana (92 km de João Pessoa). Em Santa Catarina, cerca de cem manifestantes, segundo a polícia, invadiram uma praça de pedágio na BR-116, em Correia Pinto, e desviaram o trânsito para uma pista lateral do posto de cobrança, que foi inaugurado há quatro meses. Durante cinco horas, os motoristas não pagaram pedágio.

Confronto envolvendo MST fere cinco no Pará – João Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 19/04/2009

Tiroteio ocorreu em propriedade do banqueiro Daniel Dantas; invasões fazem parte do "abril vermelho"

Treze anos e um dia após o massacre de Eldorado dos Carajás (PA), ao menos cinco pessoas ficaram feridas na cidade, durante confronto entre integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e seguranças da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, do grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas.

A empresa e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) afirmaram que o conflito ocorreu quando os sem-terra tentavam entrar na sede da fazenda Espírito Santo, que fica à beira da rodovia PA-150, ocupada pelo MST desde o final de fevereiro.

Segundo a assessoria da Santa Bárbara, um dos funcionários que fazem a segurança da propriedade foi baleado no tiroteio, assim como outros quatro trabalhadores rurais.

Já José Batista, advogado da CPT, disse que oito sem-terra foram feridos a bala. Segundo ele, dois dos feridos foram mantidos como reféns no local pelos seguranças da fazenda.

O advogado e a assessoria afirmaram que ninguém corre risco de morte. Segundo a Deca (Delegacia de Conflitos Agrários) em Marabá (PA), policiais já foram enviados ao local.

Para a empresa, o que houve foi uma tentativa de invasão do prédio, "num movimento de extrema hostilidade". De acordo com Batista, a aproximação à sede só

ocorreu pois os integrantes do MST tentavam resgatar um líder do acampamento que, afirmaram, foi capturado por seguranças e estava sendo espancado e ameaçado de morte no local.

Ele disse que "certamente" os trabalhadores estavam armados, com "espingardas, coisas do gênero". Depois do conflito, afirmou, os sem-terra se recolheram ao acampamento.

Segundo a Deca, jornalistas e advogados que estavam no local quando surgiram as primeiras notícias da situação foram feitos reféns. A delegacia não soube informar se eles já haviam sido libertados.

Os 13 anos do massacre foram marcados, anteontem, por um ato pacífico na "curva do S", onde, em 17 de abril de 1996, 19 sem-terra foram mortos por policiais militares. Desde julho do ano passado, o MST entrou em ao menos outras duas propriedades da Santa Bárbara.

Pernambuco

Lavradores ligados ao MST invadiram ontem mais quatro fazendas em Pernambuco, elevando para 12 o número de ações do movimento no Estado na última semana.

As invasões fazem parte do "abril vermelho", manifestação em memória dos agricultores mortos no massacre de Eldorado dos Carajás.

Além de Pernambuco, o MST também agiu em pelo menos mais sete Estados -, Rio Grande do Sul, Bahia, Roraima, São Paulo, Sergipe, Paraíba e Santa Catarina. A maioria dos protestos consistiu em invasões de fazendas. Em Recife (PE), os sem-terra tomaram a sede do Incra e bloquearam a rodovia BR-408.

Em Santa Catarina, manifestantes invadiram uma praça de pedágio na BR-116 e desviaram o trânsito para uma pista lateral do posto de cobrança. Durante cinco horas, os motoristas não pagaram pedágio.

Segundo o MST, as manifestações visam acelerar o programa de reforma agrária do governo. A entidade afirma que, das 18.630 famílias oficialmente assentadas em 2008, apenas 2.366 são novas famílias e o restante são regularizações de projetos de assentamentos dos anos anteriores.

Conflito deixa 9 feridos em fazenda de Dantas - Tatiana Farah e Jailton de Carvalho – O Globo – O País- 19/04/2009

Sede da propriedade, em Eldorado do Carajás, no Pará, está cercada por integrantes do MST e há jornalistas reféns

SÃO PAULO e BRASÍLIA. Pelo menos nove pessoas ficaram feridas num grave confronto ontem à tarde entre integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) e seguranças armados da Fazenda Espírito Santo, em Eldorado do Carajás, no Pará. Entre os feridos, há oito sem-terra e um segurança.

Há pelo menos dois feridos em estado grave. A fazenda pertence à Agropecuária Santa Bárbara, que tem como um dos sócios o banqueiro Daniel Dantas, dono do Opportunity.

Eldorado do Carajás é o município onde ocorreu a chacina de 19 sem-terra, em abril de 1996. Ontem à noite, o clima ainda era muito tenso na fazenda.

A sede da propriedade estava cercada por dezenas de semterra e, lá dentro, estavam refugiados empregados da fazenda e quatro jornalistas, entre eles o repórter Vitor Aor, da TV Liberal, afiliada da Rede Globo no Pará, e repórteres da Rede Bandeirantes e da Rede TV.

As versões sobre o confronto são diferentes. A Santa Bárbara diz que os sem-terra tentaram depredar a sede da fazenda, e os segurança reagiram. O MST diz que os seguranças contratados pela fazenda sequestraram um dos sem-terra enquanto eles estavam na mata da fazenda procurando palha para montar os barracos. Os sem-terra teriam tentado resgatar o companheiro, dando início ao conflito.

A fazenda foi ocupada em 27 de fevereiro passado por 200 famílias do MST. Segundo o movimento, um sem-terra identificado como Euclides, de cerca de 55 anos, foi o ferido mais grave, com dois tiros na boca, um na perna e um na barriga.

Mas a Agropecuária Santa Bárbara informou que um segurança foi atingido com um tiro no olho e teve de ser socorrido de avião para Marabá.

As duas partes reclamaram que a polícia ainda não havia chegado à fazenda, embora chamada muitas horas antes. O secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, telefonou para a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, do PT, oferecendo a ajuda da Força Nacional de Segurança Pública. A governadora disse que determinara o reforço da polícia do estado em Eldorado do Carajás e que, por enquanto, não há necessidade de socorro federal.

Segundo a coordenadora do MST em Marabá, Maria Raimunda Cesar, os seguranças da Escolta Armada, empresa contratada pelo grupo de Dantas, teriam se juntado a um grupo de pistoleiros, e quem estaria no comando seria um pistoleiro conhecido como Diva do Gogó da Onça. O MST negou que os sem-terra estivessem com armas de fogo. Segundo outros dirigentes, a fazenda teria cedido o uso de um caminhão para que os trabalhadores pegassem palha e madeira na mata.

— Foi uma armadilha. Quando os trabalhadores chegaram, foram humilhados. Fizeram eles cheirar grama, cheirar botas — disse o coordenador do MST no Pará, Charles Trocate. — Eles fizeram dois sem-terra reféns.

Por volta das 16h, um grupo de sem-terra entrou de novo na mata para resgatar os dois supostos reféns.

— Estão dizendo que fomos nós que iniciamos o conflito.

Então, por que tem nove feridos e nenhum do lado deles ou só um, como eles estão dizendo? — disse Trocate.

MST bloqueia estradas e faz ameaça, após conflito no PA –Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 20/04/2009

Manifestações ocorrem após confronto entre sem-terra e seguranças que deixou 9 feridos

Advogada da propriedade, de Daniel Dantas, diz que funcionários "só reagiram" a ação; movimento cobra uma resposta do Estado

Um dia após um conflito entre sem-terra e seguranças de uma fazenda do banqueiro Daniel Dantas ter deixado nove feridos a bala no Pará, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) promoveu ontem barricadas na região, dispensou auxílio do governo federal e acenou para novas ações nas próximas horas.

As manifestações, na semana em que o massacre de Eldorado do Carajás (PA) completou 13 anos, ocorreram em ao menos quatro pontos de estradas. Elas foram uma resposta do movimento ao confronto entre os acampados da fazenda Espírito Santo com seguranças da Agropecuária Santa Bárbara, do grupo Opportunity, anteontem.

A fazenda de Dantas, em Xinguara (792 km de Belém), às margens da PA-150, está invadida desde fevereiro. Anteontem, sem-terra tentaram cruzar uma porteira que dá acesso a casas de funcionários da propriedade. Dizem que buscavam madeira para erguer barracos.

Houve conflito. Dos nove feridos a bala que passaram por hospitais da região, nenhum corre risco de morte. Oito são sem-terra. O outro é funcionário de empresa de segurança. No local, a **Folha** encontrou um carro capotado com vidros quebrados e uma porteira de madeira marcada por balas.

A Agropecuária Santa Bárbara diz que os seguranças da fazenda só reagiram à ação dos sem-terra. "Eles vieram para cima", disse Brenda Santis, advogada da empresa de Dantas. "Nós só reagimos", afirmou o segurança Sérgio Miranda, 24.

Ontem, ao lado do delegado-geral da Polícia Civil e do comandante da PM, o chefe da Casa Civil do Pará, Cláudio Puty, se reuniu em Xinguara com representantes da fazenda e dos sem-terra. Não houve acordo. "Só deixei claro a eles que ninguém vai resolver o conflito de forma ilegal", disse Puty, que seguiu ao município acompanhado de 22 policiais especializados nesse tipo de conflito. Um inquérito foi aberto para apurar os responsáveis pelo confronto de anteontem.

O ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho, disse aguardar o resultado da negociação. "Se as medidas não forem suficientes, daremos outros encaminhamentos."

No local, o clima é tenso. "Se o governo do Estado não se pronunciar, haverá novas ações nas próximas horas", disse Djalma Ferreira, da coordenação estadual do movimento. Sobre negociadores do governo federal, disse: "Se vier só pra trocar ideia, é melhor nem vir".

Marivaldo Pereira, 36, com ferimento a bala no peito, diz que não sairá do acampamento. "Dói. Mas não vou desistir."

Estado vive acirramento fundiário – Folha de São Paulo – Brasil – 20/04/2009

Palco histórico de conflitos, por conta de grilagem, desmatamento e auge e queda do garimpo, o Pará vive hoje um acirramento fundiário. O Estado, uma das principais fronteiras agropecuárias do país, é alvo da cobiça de grandes grupos, o que torna cada vez mais escassas as áreas passíveis de desapropriação para reforma agrária. O efeito prático disso é o aumento (ou a manutenção) dos acampamentos. Os movimentos, em especial o MST, cientes da "nova realidade", mudaram a tática. Seus inimigos não são mais os fazendeiros que mantêm os latifúndios improdutivos. O alvo, agora, são grandes empresas que investem na agropecuária. O conflito de anteontem é apenas mais um, numa extensa lista acumulada nos últimos 30 anos. O mais conhecido ocorreu 13 anos atrás, em Eldorado do Carajás. Em 17 de abril de 1996, 19 sem-terra ligados ao MST foram assassinados por policiais militares, numa ação para desobstruir uma rodovia. Ninguém está preso.

Após conflito, MST fecha acesso a fazenda de Dantas- Tatiana Farah e Catarina Alencastro – O Globo – O País – 20/04/2009

Jornalistas são liberados e dizem ter sido usados como escudos humanos pelos sem-terra; polícia iniciará desarmamento

SÃO PAULO e BRASÍLIA. Um dia após o confronto que deixou feridos pelo menos seis sem-terra e um segurança da Agropecuária Santa Bárbara, que tem o empresário

Daniel Dantas como um dos sócios, o Movimento dos Sem Terra (MST) bloqueou ontem estradas do Pará em protesto contra a violência. O bloqueio das estradas foi suspenso à tarde, mas o MST mantém interdita a estrada vicinal que dá acesso à Fazenda Espírito Santo, em Eldorado do Carajás (PA), onde ocorreu o conflito.

Sete homens da Polícia Militar e do Comando Especial de Conflitos Sociais do Pará foram enviados para o local, por determinação da governadora Ana Julia Carepa. No total, 22 policiais estão em Xinguara, município próximo à fazenda, de prontidão caso haja acirramento.

Jornalistas que após o conflito passaram a noite refugiados na sede da fazenda foram liberados de manhã e confirmaram ter sido usados como escudos humanos pelos sem-terra no tiroteio.

Eles relataram ter corrido risco de vida. Cláudio Puty, chefe da Casa Civil do governo do Pará, disse ontem que será feita uma varredura para desarmar seguranças e sem-terra: — Queremos aumentar a presença do estado na área. Os policiais estão fazendo uma varredura para encontrar armas. Vamos começar uma ofensiva de desarmamento na região.

Polícia ouve membros do MST após confronto em fazenda de Dantas _ Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 21/04/2009

Conflito no Pará entre sem-terra e seguranças da propriedade deixou 9 feridos

A Polícia Civil do Pará começou ontem a colher depoimentos de integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no inquérito que apura o confronto do último sábado com seguranças de uma fazenda, em Xinguara (792 km de Belém), que tem o banqueiro Daniel Dantas entre os proprietários.

Os advogados da Agropecuária Santa Bárbara prometeram entregar à polícia um vídeo do conflito, que deixou nove feridos a bala -oito sem-terra e um funcionário da empresa de segurança privada da fazenda.

Um dos feridos do MST, Valdeci Castro, permanece internado em Marabá. Hoje ele deve ser transferido para Belém, onde passará por uma cirurgia para a retirada de uma bala alojada próxima ao coração.

O delegado Luiz Paulo Galvão disse que usará as imagens para identificar os atiradores de ambos os lados. Com base no que já foi divulgado pela TV, a polícia desconfia que, entre os homens armados da fazenda, havia não apenas seguranças mas

também vaqueiros. A polícia requisitou aos advogados da fazenda as armas usadas no conflito. Elas serão periciadas.

Pelo lado dos sem-terra, está prevista uma revista no acampamento, na entrada da fazenda, às margens da rodovia PA-150, entre as cidades de Xinguara e Eldorado do Carajás.

Tranqüilidade

O clima ontem era de tranquilidade no acampamento e na entrada da fazenda. As estradas da região foram todas liberadas.

Na manhã de sábado, algumas horas antes do conflito, quatro jornalistas de Marabá viajaram à fazenda num voo fretado pela Santa Bárbara. No domingo, retornaram da mesma forma, usando uma pista dentro da propriedade.

A **Folha** conversou com um dos jornalistas, o repórter Vítor Haor, da TV Liberal (afiliada da Rede Globo). Questionado se permaneceu como refém, Haor afirmou: "Na medida em que nós estávamos dentro da fazenda, sem poder sair, com medo de uma nova invasão, me senti ali acuado".

Sobre ter sido usado como "escudo", ele disse que foi uma "imposição" dos sem-terra que os jornalistas caminhassem à frente deles até a entrada da fazenda. Indagado se essa imposição prosseguiu na troca de tiros, disse: "Já tínhamos saído da frente [dos sem-terra]".

O governo do Pará e o MST afirmam que nenhum jornalista foi feito refém.

Nota da ANJ

Ontem, a ANJ divulgou nota sobre o conflito no Pará na qual afirma: "A Associação Nacional de Jornais (ANJ) repudia com veemência a ação criminosa de integrantes do MST do Pará, no sábado, dia 18, que mantiveram quatro jornalistas como reféns e os usaram como escudos humanos no enfrentamento com seguranças da Fazenda Castanhais, em Xinguara.

É injustificável e condenável sob todos os aspectos que se atente dessa forma contra a integridade física das pessoas, num revoltante descaso com a vida humana. Além disso, os integrantes do MST atentaram contra o livre exercício do jornalismo, aterrorizando

profissionais que cobriam o evento com objetivo de informar à sociedade. Felizmente, ninguém saiu fisicamente ferido dessa ação criminosa.

A ANJ espera que as autoridades do Pará cumpram com sua obrigação, investigando com rapidez e eficiência o crime cometido contra os jornalistas e a sociedade, identificando seus autores e levando o caso à Justiça, para a devida punição. A democracia é o regime da ordem, do respeito à vida humana e da valorização da liberdade."

Sem-terra puseram jornalistas na linha de tiro – O Globo – O País – 21/04/2009

Associação Nacional de Jornais chama de criminosa ação do MST contra repórteres em confronto no Pará

SÃO PAULO. Jornalistas que presenciaram o confronto entre integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) e seguranças, que deixou oito feridos na Fazenda Espírito Santo, em Xinguara (PA), contaram ontem que foram usados como escudos humanos pelos semterra e colocados de propósito na linha de tiro.

Dois repórteres da TV Liberal, afiliada da Rede Globo, e um do jornal "Opinião" denunciaram que, além de ter servido de escudo, foram mantidos como reféns.

O cinegrafista Felipe Almeida, da TV Liberal, que filmou cenas do tiroteio, contou os momentos de pavor que viveu: — Eles (os sem-terra) mandaram que desligássemos as câmeras e avisaram que íamos ficar com eles. Mandaram que continuássemos andando na direção dos seguranças. Andamos uns 50 metros e ainda alertamos os sem-terra que ia haver tiro. Eles disseram: "Vocês que estão na frente que se virem". Quando o tiroteio começou, todo mundo correu, mas não consegui correr e fiquei lá filmando e rezando para não acontecer nada comigo.

O repórter Ednaldo Sousa, do "Opinião", escreveu sobre o que enfrentou: "Repórteres foram impedidos de gravar imagens dos sem-terra na caminhada até o retiro. Alguns sem-terra tomaram os equipamentos e, somente próximo do retiro São José, devolveram. Para piorar ainda mais a situação, os jornalistas foram feitos de escudo humano".

Victor Haor, repórter da TV Liberal, também fez um relato: — Não nos deixaram sair pela frente da fazenda. Só conseguimos retornar na tarde de domingo. Mesmo assim, o gerente da fazenda queria que nós ficássemos lá porque, para ele, éramos uma garantia de segurança. Mas nós não aceitamos porque não havia mais condições de permanecer lá.

A Associação Nacional de Jornais (ANJ) divulgou nota ontem repudiando com veemência "a ação criminosa de integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) do Pará, que mantiveram quatro jornalistas como reféns e os usaram como escudos humanos no enfrentamento com seguranças da fazenda".

Na nota, assinada pelo vice-presidente Julio César Mesquita, a ANJ diz: "É injustificável e condenável sob todos os aspectos que se atente dessa forma contra a integridade física das pessoas, num revoltante descaso com a vida humana. Além disso, os

integrantes do MST atentaram contra o livre exercício do jornalismo, aterrorizando profissionais que cobriam o evento com objetivo de informar à sociedade.

Felizmente, ninguém saiu fisicamente ferido dessa ação criminosa”.

A Secretaria de Segurança Pública do Pará afirmou que foi aberto inquérito para apurar as denúncias. Em nota, o MST disse que nenhum jornalista nem a advogada da agropecuária foram feitos reféns pelos acampados e que fecharam a PA-150 em protesto pela liberação de três trabalhadores rurais detidos pelos seguranças. Os jornalistas, diz o MST, ficaram na sede fazenda por vontade própria.

Kátia Abreu vai à Procuradoria-Geral da República e pede intervenção federal no Pará – Sítio Eletrônico da CNA – 22/04/2009

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, protocolou hoje (22/4), na Procuradoria-Geral da República (PGR), pedido de intervenção federal no Pará para que sejam cumpridos 111 mandados de reintegração de posse de propriedades rurais invadidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Segundo a senadora, estas reintegrações, já determinadas pela Justiça paraense, ainda não foram acatadas pelo governo local. "Estamos vendo no Pará a era do absolutismo, onde a governadora pretende ser o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. A lei deve ser cumprida, pois o regime democrático exige a manutenção do Estado de Direito e a separação dos poderes", afirmou Kátia Abreu, que esteve na sede da PGR para formalizar a solicitação.

Esta é a segunda vez, neste ano, que a CNA pede intervenção federal no Estado. A primeira foi no mês passado, quando a presidente da CNA esteve no Tribunal de Justiça do Pará, em Belém, para protocolar ação para que o poder público local cumprisse os mandados de reintegrações de posse das fazendas invadidas pelo MST. "Como não tivemos nenhuma resposta incisiva do governo local nem a manifestação do Tribunal de Justiça, nós estamos nos valendo da Constituição e reiterando esse pedido para que a paz volte ao estado", enfatizou. "Infelizmente não há outros meios", acrescentou.

Desrespeito - Para Kátia Abreu, a omissão do governo estadual em cumprir decisões judiciais agrava a situação no Pará. "Esta recusa em cumprir decisão judicial nada mais é do que o fortalecimento destes movimentos que se sentem acima da lei. Além dos mandados de reintegração de posse, já houve mais de mil invasões no Estado", disse a presidente da CNA.

A senadora também criticou o fato de a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, não aceitar

ajuda oferecida pelo Governo Federal para controlar os conflitos na região. "Se a governadora alega que não tem condições de reintegrar posse, que não existe força policial para isso, ela deveria procurar o presidente da República e pedir ajuda espontaneamente. Isso não é vergonha para ninguém. Vergonha é não cumprir a legislação e desrespeitar deliberadamente o Judiciário", afirmou.

A presidente da CNA admitiu também a possibilidade de protocolar na próxima semana, na Assembléia Legislativa do Estado, um pedido de impeachment da governadora, caso a Procuradoria-Geral da República não se manifeste e nem governo do Pará tome providências para o cumprimento das decisões judiciais de reintegração de posse. "Esperamos que a governadora tenha um minuto de bom senso e faça a lei ser cumprida até a próxima semana. Se isso não acontecer, já estão sendo colhidas assinaturas para uma ação popular, porque queremos proteger os produtores rurais da região", concluiu Kátia Abreuat

Pará rejeita ajuda da Força Nacional – Estado de São Paulo – Nacional – 22/04/2009

A entrada da Força Nacional de Segurança nos conflitos agrários no Pará não vai ocorrer, ao menos por enquanto. Em nota, o governo paraense diz ter tropa especializada para atuar no campo e fazer reintegrações de posse em áreas invadidas. No sábado, confronto armado entre integrantes do MST e seguranças da Fazenda Castanhais deixou 8 feridos. Segundo a nota, o governo "não tem medido esforços para diminuir a violência agrária". E cita a criação de Delegacias de Conflitos Agrários - a de Marabá tem 1 delegado e 6 policiais para atender 14 municípios.

Governo enviará tropa da Força Nacional ao Pará - Regina Alvarez e Wagner Gomes – O Globo – O País – 22/04/2009

Ministério da Justiça diz que objetivo é aliviar tensão na área onde houve conflito entre sem-terra e seguranças de fazenda

BRASÍLIA e SÃO PAULO. O Ministério da Justiça enviará entre 20 e 30 homens da Força Nacional ao Pará, hoje, para reforçar a segurança e evitar novos conflitos na Fazenda Espírito Santo, invadida por integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST). No fim de semana, um confronto entre os sem-terra e seguranças da fazenda deixou oito feridos.

A propriedade pertence à Agropecuária Santa Bárbara, que tem entre os sócios o banqueiro Daniel Dantas. Ontem, por telefone, o ministro interino da Justiça, Luiz Paulo Barreto, acertou com a governadora do Pará, Ana Julia Carepa (PT), o envio da tropa. O ministro Tarso Genro está no exterior.

— O cenário no momento é estável, mas o envio da tropa é para aliviar a tensão — informou a assessoria do ministério.

Barreto conversara com Ana Júlia no fim de semana, oferecendo a Força Nacional, mas só ontem ela deu sinal verde à ajuda federal. Ela já havia determinado o deslocamento para o local do conflito de homens da Polícia Militar e do Comando Especial de Conflitos Agrários (Deca).

Outro grupo da Força Nacional está no Pará desde o Fórum Social Mundial, mas se ocupa de outras missões.

Nota do governo do Pará divulgada ontem informou que não há mandado de reintegração para a Fazenda Espírito Santo, onde ocorreu o tiroteio. Um dos integrantes do MST baleado no conflito de sábado com os seguranças da fazenda foi transferido para um hospital de Belém.

Sete militantes e um segurança ficaram feridos no tiroteio.

Polícia vai ouvir jornalistas que viram o confronto A Polícia Civil do Pará vai ouvir hoje os jornalistas que presenciaram o confronto. Pelo menos dez pessoas foram ouvidas.

Ontem, os depoimentos aconteceram na Câmara Municipal de Xinguara, a 792 quilômetros de Belém. Os jornalistas relataram que foram usados como escudos pelos sem-terra, colocados na linha de tiro. Dois repórteres da TV Liberal, afiliada da Rede Globo, e um do jornal “Opinião” disseram que foram mantidos reféns e não conseguiram sair da fazenda. Eles contaram que faziam reportagem sobre os danos provocados pelos invasores na propriedade quando foram abordados. Felipe Almeida, cinegrafista da TV Liberal, disse que os sem-terra o fizeram desligar a câmera e a continuar andando na direção dos seguranças da fazenda.

A Secretaria de Segurança vai usar as imagens do local para identificar os agressores. Integrantes do MST e seguranças acusam uns aos outros pelo começo do confronto.

CPT reafirma compromisso com a luta pela terra – sítio eletrônico do MST –
22/04/2009

A CPT nos caminhos da terra

Há mais de 30 anos a Comissão Pastoral da Terra percorre os caminhos do campo brasileiro. Nossa missão é a fidelidade ao Deus dos pobres e aos pobres da terra. Como dizia D. Hélder Câmara, “mudamos sempre para sermos sempre os mesmos”.

Diante de todas as crises que se abatem sobre a humanidade e o planeta no qual vivemos, reafirmamos nossa missão. Como em nenhuma outra época é necessário reafirmar o compromisso com a Terra e com aqueles que a cultivam com carinho.

Nessa XXI Assembléia em que assumimos o compromisso interno de nos reavaliarmos com sinceridade e fraternidade, reafirmamos o trabalho de base, pisando onde o povo pisa, bebendo de sua água, comendo de seu pão, comungando suas dores, participando de suas alegrias.

Reafirmamos nossa aliança com todos que lutam para permanecer na terra ou para conquistar a terra que nunca tiveram. A reforma agrária, a limitação da propriedade da terra, a demarcação de territórios indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, continuam irrenunciáveis. Essas, juntamente com os sem terra, camponeses, atingidos por barragens, assalariados migrantes, trabalhadores e trabalhadoras em situação análoga à de escravo, formam a multidão agredida pelo agro e hidronegócio, removidos de seus territórios, de seus rios, de suas florestas. Com eles e por eles continuamos existindo. Nesse sentido, rechaçamos toda criminalização dos movimentos sociais, particularmente quando essa tentativa vem de altas autoridades do Judiciário que deveriam garantir o Estado de Direito e os direitos do povo.

No espírito missionário da Conferência de Aparecida, reafirmamos a urgência de cuidar da mãe Terra. Aqueles que agriem os povos do campo são os mesmos que agriem o planeta que vivemos. As empresas do agro e hidronegócio, de mineração, de construção de barragens hidrelétricas derrubam as nossas florestas, destroem nossos rios, apropriam-se da terra, da água, expulsando os povos. Essas empresas e pessoas encontrarão em nós sempre um adversário e um denunciador. Nesse momento de aquecimento global, onde a própria comunidade da vida está em risco, reafirmamos nosso apoio à agroecologia, ao alimento saboroso e saudável, à soberania alimentar de nossos povos, ao uso de energias limpas e à terra partilhada.

Para tirarmos de nosso baú – como dizia Jesus – “coisas novas e velhas”, insistiremos na formação de nossos agentes e também do povo com o qual trabalhamos. O mundo atual exige novos conhecimentos, aliados aos saberes tradicionais, para que o trabalho seja pertinente, fecunde a terra e produza seus frutos.

Concluimos fazendo nossas as palavras do profeta e bispo Pedro Casaldáliga:

“Comprometemo-nos a vivermos uma «ecologia profunda e integral», propiciando uma política agrária-agrícola alternativa à política depredadora do latifúndio, da monocultura, do agrotóxico. Participaremos nas transformações sociais, políticas e econômicas, para uma democracia de «alta intensidade»”.

“Fiquem firmes e de cabeça erguida, a libertação está próxima”, Lc 21,28

Goiânia, 17 de abril de 2009.

13 anos do massacre de Eldorado dos Carajás

Dia Internacional da Luta Camponesa

MST ESCLARECE ACONTECIMENTOS OCORRIDOS NO PARÁ – Sítio
Eletrônico do MST – 20/04/2009

Em relação ao episódio na região de Xinguara e Eldorado de Carajás, no sul do Pará, o MST esclarece que os trabalhadores rurais acampados foram vítimas da violência da segurança da Agropecuária Santa Bárbara. Os Sem Terra não pretendiam fazer a ocupação da sede da fazenda nem fizeram reféns. Nenhum jornalista nem a advogada do grupo foram feitos reféns pelos acampados, que apenas fecharam a PA-150 em protesto pela liberação de três trabalhadores rurais detidos pelos seguranças. Os jornalistas permaneceram dentro da sede fazenda por vontade própria, como sustenta a Polícia Militar. Esclarecemos também que:

1- No sábado (18/4) pela manhã, 20 trabalhadores Sem Terra entraram na mata para pegar lenha e palha para reforçar os barracos do acampamento em parte da Fazenda Espírito Santo, que estão danificados por conta das chuvas que assolam a região. A fazenda, que pertence à Agropecuária Santa Bárbara, do Banco Opportunity, está ocupada desde fevereiro, em protesto que denuncia que a área é devoluta. Depois de recolherem os materiais, passou um funcionário da fazenda com um caminhão. Os Sem Terra o pararam na entrada da fazenda e falaram que precisavam buscar as palhas. O motorista disse que poderia dar uma carona e mandou a turma subir, se disponibilizando a levar a palha e a lenha até o acampamento.

2- O motorista avisou os seguranças da fazenda, que chegaram quando os trabalhadores rurais estavam carregando o caminhão. Os seguranças chegaram armados e passaram a ameaçar os Sem Terra. O trabalhador rural Djalme Ferreira Silva foi obrigado a deitar no chão, enquanto os outros conseguiram fugir. O Sem Terra foi preso, humilhado e espancado pelos seguranças da fazenda de Daniel Dantas.

3- Os trabalhadores Sem Terra que conseguiram fugir voltaram para o acampamento, que tem 120 famílias, sem o companheiro Djalme. Avisaram os companheiros do acampamento, que resolveram ir até o local da guarita dos seguranças para resgatar o

trabalhador rural detido. Logo depois, receberam a informação de que o companheiro tinha sido liberado. No período em que ficou detido, os seguranças mostraram uma lista de militantes do MST e mandaram-no indicar onde estavam. Depois, os seguranças mandaram uma ameaça por Djalme: vão matar todas as lideranças do acampamento.

4- Sem a palha e a lenha, os trabalhadores Sem Terra precisavam voltar à outra parte da fazenda para pegar os materiais que já estavam separados. Por isso, organizaram uma marcha e voltaram para retirar a palha e lenha, para demonstrar que não iam aceitar as ameaças. Os jornalistas, que estavam na sede da Agropecuária Santa Bárbara, acompanharam o final da caminhada dos marchantes, que pediram para eles ficarem à frente para não atrapalhar a marcha. Não havia a intenção de fazer os jornalistas de “escudo humano”, até porque os trabalhadores não sabiam como seriam recebidos pelos seguranças. Aliás, os jornalistas que estavam no local foram levados de avião pela Agropecuária Santa Bárbara, o que demonstra que tinham tramado uma emboscada.

5- Os trabalhadores do MST não estavam armados e levavam apenas instrumentos de trabalho e bandeiras do movimento. Apenas um posseiro, que vive em outro acampamento na região, estava com uma espingarda. Quando a marcha chegou à guarita dos seguranças, os trabalhadores Sem Terra foram recebidos a bala e saíram correndo – como mostram as imagens veiculadas pela TV Globo. Não houve um tiroteio, mas uma tentativa de massacre dos Sem Terra pelos seguranças da Agropecuária Santa Bárbara.

6- Nove trabalhadores rurais ficaram feridos pelos seguranças da Agropecuária Santa Bárbara. O Sem Terra Valdecir Nunes Castro, conhecido como Índio, está em estado grave. Ele levou quatro tiros, no estômago, pulmão, intestino e tem uma bala alojada no coração. Depois de atirar contra os Sem Terra, os seguranças fizeram três reféns. Foram presos José Leal da Luz, Jerônimo Ribeiro e Índio.

7- Sem ter informações dos três companheiros que estavam sob o poder dos seguranças, os trabalhadores acampados informaram a Polícia Militar. Em torno das 19h30, os acampados fecharam a rodovia PA 150, na frente do acampamento, em protesto pela liberação dos três companheiros que foram feitos reféns. Repetimos: nenhum jornalista nem a advogada do grupo foram feitos reféns pelos acampados, mas permaneceram dentro da sede fazenda por vontade própria. Os sem-terra apenas fecharam a rodovia em protesto pela liberação dos três trabalhadores rurais feridos, como sustenta a Polícia Militar.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - PARÁ

CNA pede intervenção federal no PA – MAuro Zanatta – Valor Econômico – Brasil –
22/04/2009

O confronto entre militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e seguranças privados em uma fazenda do banqueiro Daniel Dantas, em Xinguara (PA), deixou um saldo de nove feridos a bala e escancarou uma disputa política entre lideranças ruralistas e o governo do Pará.

A Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) pedirá hoje à Procuradoria-Geral da República que encaminhe ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma solicitação de intervenção federal no Pará. O objetivo seria garantir o cumprimento da reintegração de posse de cerca de 100 proprietários de terras. A CNA já havia formalizado pedido semelhantes, e sem sucesso, no Tribunal de Justiça do Pará. "O Estado do Pará é um território sem lei, onde os direitos fundamentais da pessoa humana são ofendidos de forma recorrente e deliberada", afirmou, em nota, a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

A dirigente ruralista afirmou que a Justiça Estadual reconheceu o direito à reintegração de posse, mas o governo estadual não teria cumprido as decisões. "A governadora do Estado, no entanto, se recusa a atender às determinações judiciais e legais", afirma, em referência à governadora paraense Ana Júlia Carepa (PT). A senadora classificou o MST como uma "organização criminosa" e afirmou que a democracia está em risco.

O violento conflito do último sábado também deu origem a acusações de cárcere privado de quatro jornalistas contra integrantes do MST. Governo estadual e MST negam a informação. A Polícia Civil do Pará começou a ouvir as testemunhas do confronto armado.

Em nota oficial divulgada ontem, o governo do Pará informou ter solicitado ao governo federal a manutenção da Força Nacional de Segurança até o início de junho em razão da realização de um evento internacional na área de educação. "Essa solicitação visa atender a segurança urbana, enquanto a tropa especializada em conflitos agrários procede as reintegrações", afirmou o governo do Estado.

Na mesma nota, o Poder Executivo afirma ter cumprido "mais de 50 mandados" de reintegração de posse e informa não haver decisão judicial sobre as terras em disputa em Xinguara. "Não existe, até o momento, mandado de reintegração para a Fazenda Espírito Santo. A segurança estadual agiu quando houve ação criminosa. O Governo reafirma sua posição de que não aceitará ilegalidades e nem excessos de quem quer que seja", informa o texto. Segundo o governo estadual, foram cumpridas nove reintegrações de posse nos últimos 15 dias.

O comunicado oficial também afirma que o Estado do Pará "não tem medido esforços" contra a violência agrária. "Tanto é que o número de mortes no campo caiu drasticamente no atual governo", informa o governo estadual. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) citados na nota, as mortes em conflitos agrários teriam recuado de 24 assassinatos, em 2006, para uma morte em 2008 e outra em 2009. "Este Governo do Estado não vai permitir que se promovam massacres como o de Eldorado de Carajás, e por isso reafirma seu compromisso em manter a ordem, a justiça e dar garantia de direitos humanos a todos os paraenses", diz a nota, em referência à morte de 19 sem-terra pela Polícia Militar em 17 de abril de 1996.

Kátia Abreu pede que mandados de reintegração de posse no Pará sejam cumpridos –
Sítio Eletrônico da CNA – 23/04/2009

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), em discurso nesta quarta-feira (22), anunciou ter apresentado à Procuradoria Geral da República um pedido de intervenção no estado do Pará para garantir aos fazendeiros com terras invadidas a reintegração de posse. Ela informou que 111 mandados de reintegração de posse expedidos pela Justiça no estado não foram cumpridos. A senadora disse ter protocolado pedido semelhante junto à Justiça do Pará há 40 dias, mas "nada aconteceu".

A parlamentar pediu ao presidente do Senado, José Sarney; ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes; ao Tribunal de Justiça do Pará e ao Ministério da Justiça que intervenham para ajudar "a resgatar o estado de direito no estado", tomando providências não contra uma pessoa, mas a favor do Brasil e da defesa do direito de propriedade.

Na opinião da senadora, ao não dar cumprimento aos mandados de reintegração de posse no Pará, a governadora Ana Júlia Carepa está dando "um péssimo exemplo àqueles movimentos sociais que praticam a violência". Ela observou que "nem todos os movimentos sociais são assim", mas criticou aqueles "que se escondem atrás de uma sigla, captam dinheiro do contribuinte e usam uma fachada para não serem criminalizados".

Ao justificar o pedido, feito como presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Kátia Abreu disse que seu objetivo é impedir que brasileiros continuem a ver "cenas de banguê-banguê" como as divulgadas pela imprensa no fim de semana, com a invasão de uma fazenda no Pará que tem como um dos sócios o banqueiro Daniel Dantas. Os sem-terra teriam usado uma equipe de reportagem de TV como "escudo humano" para entrar na propriedade. Sete participantes do movimento e um dos seguranças ficaram feridos.

Kátia Abreu afirmou que as cenas "são incompatíveis com o agronegócio brasileiro, um dos campeões do mundo. Ela lembrou que o Brasil tem 5 milhões de propriedades rurais, mais do que Estados Unidos, Canadá, Argentina e Austrália somados, com 2,7 milhões de propriedades. Só no Pará, frisou, há 14 milhões de hectares prontos para assentamentos, não se justificando, portanto, "o esbulho possessório, a invasão para tomada de terras na marra".

Kátia Abreu disse que a CNA deveria discutir soluções para questões como febre aftosa, titulação de terras, proteção social, avanços tecnológicos, entre outros pontos, e não ter que intervir para fazer com que a lei seja cumprida. Ela pediu que a governadora Ana Júlia Carepa cumpra as determinações de reintegração, e, se não tem condições de fazê-lo, que peça ajuda ao governo federal.

Em aparte, o senador Gilberto Goellner (DEM-MT) sugeriu a criação de uma comissão externa para visitar o estado e avaliar as "possíveis arbitrariedades". Jayme Campos (DEM-MT) afirmou que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma "escola de maus brasileiros".

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que se ouça a governadora Ana Julia Carepa a respeito dos seus atos, idéia que foi rechaçada por Kátia Abreu, que disse não dar oportunidade de ser ouvida a quem não cumpre decisões judiciais. Já o senador José Nery (PSOL-PA) afirmou que as terras invadidas no fim de semana são griladas, que a contratação de seguranças para defendê-las é ilegal, e que as verdadeiras vítimas foram os sem-terra, que acabaram feridos.

Kátia Abreu, por sua vez, se disse cansada de "determinados discursos que se pretendem humanistas, mas que, na verdade, vêm revestidos de ideologias". Ela reafirmou que o Código Civil permite a defesa da propriedade, sendo este exatamente o ponto que a preocupa, já que os proprietários estão "cansados de esperar a reintegração" muitas vezes por dois ou três anos.

Também se aliaram ao discurso da parlamentar os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Romeu Tuma (PTB-SP).

CPT divulgará os dados dos conflitos no campo de 2008 – Sítio Eletrônico do MST – 23/04/2009

Na próxima terça-feira (28/4), a CPT (Comissão Pastoral da Terra) divulgará os dados dos conflitos e da violência no campo brasileiro, relativos ao ano de 2008. O lançamento se realizará, na Vila Kotska, em Itaiçi, Indaiatuba (SP), onde se desenrola a 47ª

Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a partir das 15h30, imediatamente após a Coletiva de Imprensa da Assembléia dos Bispos. Estarão presentes ao lançamento a nova presidência da CPT e pessoas da nova coordenação nacional, eleita no último dia 18, o Conselheiro Permanente, Dom Tomás Balduino, além de outros bispos. Também participará do lançamento o professor da UFF (Universidade Federal Fluminense), Carlos Walter Porto Gonçalves.

Numa visão geral o número de conflitos no campo teve uma queda acentuada, mantendo-se igual, porém, o número de pessoas assassinadas, 28. Esse dado sinaliza para o aumento da violência, pois, em 2007, computava-se uma morte para cada 54 conflitos, já em 2008, há uma morte para cada 42 conflitos. Os dados mostram ainda que 72% dos assassinatos em conflitos no campo aconteceram na Amazônia e que mais da metade dos conflitos atingem diretamente as populações tradicionais, deixando claro o interesse do capital sobre os territórios ocupados pelas mesmas.

O ano de 2008 foi marcado por uma nova onda de criminalização dos movimentos sociais do campo e de suas lideranças. Essa investida se deu nas diferentes esferas do poder público. Em alguns estados, houve repressão violenta por parte da polícia. No legislativo, tanto no âmbito dos estados, quanto no âmbito federal proliferaram ataques aos movimentos. Mas, sobretudo, foi na esfera do poder Judiciário que se sentiu de forma mais dura esta tentativa de criminalização. O destaque para este ataque sistemático aos movimentos fica com o Rio Grande do Sul, onde além da truculência da polícia e das medidas judiciais, entra em cena o MPE (Ministério Público Estadual), cujo Conselho Superior chegou a propor nada mais, nada menos do que a extinção do MST. O professor Carlos Walter Porto Gonçalves atribui a essa ação do poder público, o crescimento de todos os índices de violência contra os trabalhadores do campo no estado do Rio Grande do Sul. O jurista Jacques Távora Alfonsin, ao analisar as ações do MPE, diz de forma magistral, que “por uma síndrome medrosa e preconceituosa, todo o povo pobre ativo - como são os sem-terra que defendem seus direitos - é visto como perigoso e tendente a praticar crimes. A mídia, com raras exceções, se encarrega de alimentar esse preconceito, ao ponto de invadir cabeça e coração de administradores públicos, juízes e formadores de opinião.”... “É de se questionar como muito estranha, portanto, a ‘escolha’ que os promotores gaúchos fizeram no sentido de perseguir, exatamente, essa gente. Em nome do que entenderam fosse o ‘respeito à lei’, esqueceram os riscos que corre a nossa soberania, a cidadania e a dignidade humana”.

No ato do lançamento serão apresentados, ainda, números de ameaçados de morte, de tentativas de assassinato, de expulsões, despejos judiciais, ocupações, trabalho escravo, dentre outros.

Senadores discutem Reforma Agrária após conflitos no Pará – Sítio Eletrônico do MST
– 23/04/2009

Os recentes conflitos agrários no sul do Pará foram tema de debate entre o senador José Nery (PSol/PA) e a senadora Kátia Abreu (DEM/TO), que também é presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), no plenário do Senado Federal na sessão da última quarta-feira (22/4). Nery pediu um aparte dentro do discurso de Kátia. A parlamentar do Tocantins discutava sobre a defesa da propriedade privada e que a lei deve ser cumprida para impedir as invasões de terra.

Kátia questionou os meios de sobrevivência dos líderes do MST e acusou-os de serem sustentados pelo contribuinte. “Com que dinheiro eles (as lideranças) estão comprando carros e comida? Alguém está financiando a bandalheira para eles fazerem filme de bang-bang na televisão”, completou, se referindo ao conflito ocorrido em Xinguara na semana passada.

Nery discordou da senadora. Lembrou que as imagens da TV mostraram os seguranças da fazenda atirando e não os trabalhadores rurais, o que é comprovado pelo número de vítimas: sete por parte do movimento e um por parte dos seguranças da fazenda Espírito Santo. Nery ainda foi mais a fundo, reforçando as irregularidades da propriedade. “Os títulos dessa fazenda, cujo um dos sócios é o banqueiro Daniel Dantas, são questionáveis. Aquelas terras pertencem ao Estado, à União. Esses trabalhadores têm direito à vida e a um pedaço de terra”.

O senador ressaltou ainda que o encontro feito pela Subcomissão de Mediação de Conflitos Agrários em Marabá, há dez dias, defendeu o uso de seguranças particulares nas fazendas para se defender de ocupações. “Isso é ilegal, é criminoso. Exijamos do Estado o cumprimento da lei”. Kátia Abreu rebateu as críticas e justificou que esse tipo de segurança está previsto no Código Civil Brasileiro.

O senador paraense recordou também que o plenário não tem dado devida importância às mortes de trabalhadores rurais, como ocorreu na semana passada com o sindicalista Raimundo Nonato Silva em Tucuruí, no sudoeste do Pará. “Aqui quando se ousa questionar esse tipo de coisa, sempre há alguma forma de interromper”, reiterou. Nery também pediu reforço da Força Nacional em Xinguara ao Ministério da Justiça e deve propor uma diligência de senadores para visitar a área.

Mais tarde, Nery fez um discurso sobre a Jornada de Lutas realizada em abril. Para ele as ocupações feitas pelos trabalhadores rurais é a única forma deles serem ouvidos pela sociedade e o Poder Público. “Os latifúndios do agronegócio, tão bem defendidos hoje aqui

pela nossa colega, senadora Kátia Abreu, já desempregaram 270 mil assalariados desde novembro de 2008”, informou.

Ruralista quer impeachment no Pará – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 23/04/2009

Após conflito em Xinguara, CNA também aciona Ministério Público pedindo intervenção no Estado STJ solta réu do caso Dorothy

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) vai protocolar na próxima semana um pedido de impeachment contra a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), por descumprir decisões judiciais que ordena uma retirada de integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) de fazendas no Estado.

No sábado à tarde, um confronto armado entre militantes do MST e seguranças de uma fazenda, em Xinguara, no sul do Estado, deixou oito feridos.

Uma ação civil pública já formulada pela CNA, que pede o impeachment de Ana Júlia, será levada à Assembleia Legislativa do Pará. “Nós queremos já na semana que vem protocolar esse pedido”, afirmou a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da entidade.

Depois do conflito de sábado na Fazenda Castanhais – pertencente à Agropecuária Santa Bárbara, do grupo do banqueiro Daniel Dantas –, Kátia pediu ao Ministério Público intervenção federal no Estado. Em março, a CNA havia solicitado à Justiça paraense que decretasse a intervenção no Pará, mas o caso ainda não foi analisado.

Durante o enfrentamento, jornalistas e uma advogada foram mantidos reféns pelo MST, usados como “escudo humano”.

Entre as reações, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) divulgou nota de repúdio ao que chamou de “ação criminosa” dos sem-terra. Em outra nota, o MST negou ter mantido reféns e acusou os seguranças de planejarem um massacre.

TROPA

De acordo com a CNA, 111 decisões judiciais de reintegração de posse, algumas julgadas há mais de um ano, são descumpridas pelo governo do Estado, o que permitira a intervenção e o pedido de impeachment.

“O poder Executivo do Pará transformou-se no último juiz das invasões de terra. Quem decide se as áreas invadidas devem ser ou não desocupadas é a governadora do Estado, autoridade que se substitui ao Judiciário, julgando em última instância o direito dos produtores rurais”, reclamou a senadora, na representação protocolada no Ministério Público.

A representação protocolada ontem precisa ainda ser analisada pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. Se concordar com o pedido, o procurador encaminhará o caso para o Supremo Tribunal Federal (STF), onde o assunto será definitivamente julgado.

REFORÇO

Para evitar novos conflitos na região, o governo do Estado pediu e o governo federal aceitou mandar para a região 50 homens da Força Nacional de Segurança – 20 partirão de Brasília hoje e outros 30 chegarão no final de semana ao Pará.

Esses agentes farão apenas o policiamento ostensivo nas ruas de Belém, o que deve liberar a tropa especializada em conflitos agrários a realizarem as reintegrações de posse já decididas pela Justiça e coibir novos enfrentamentos entre fazendeiros e sem terra.

Em nota, o governo do Pará informou que as ações para reintegração de posse foram reiniciadas em abril deste ano, “havendo executado, exitosamente, nove reintegrações nos últimos 15 dias”. Ainda de acordo com o texto veiculado pelo governo do Estado, as operações prosseguem “conforme planejamento pactuado com o Judiciário”.

Em nota anterior à imprensa, divulgada após o conflito, o governo já alegara que “não tem medidas e esforços para diminuir a violência agrária”.

CNA age para isolar governadora do Pará – Raymundo Costa e Mauro Zanatta - Valor Econômico – Brasil – 23/04/2009

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) encaminhou ontem à Procuradoria Geral da República um pedido de intervenção federal no Pará para garantir o cumprimento de sentenças judiciais de reintegração de posse. Ao todo, 111 decisões da Justiça aguardam na fila, mas o governo paraense alega a falta de "instrumentos" para executar os mandados do Judiciário.

O descumprimento das sentenças é uma das causas que pode levar o Supremo Tribunal Federal (STF) a decretar intervenção federal em um Estado.

Para agravar ainda mais a situação política da governadora Ana Júlia Carepa (PT), a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), anunciou ontem já ter pronta uma ação civil pública para pedir o impeachment da petista na Assembleia Legislativa do Pará. "Esperamos que a governadora tenha um minuto de bom senso e faça a lei ser cumprida até a próxima semana. Se isso não acontecer, já estão sendo colhidas assinaturas para uma ação popular, porque queremos proteger os produtores rurais da região", disse a senadora.

O assunto dominou os debates de ontem no Senado. Da tribuna da Casa, Kátia Abreu afirmou que o Pará viveu cenas de "banguê-banguê" no último sábado, quando oito militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e um segurança privado ficaram feridos durante um violento confronto em uma fazenda do banqueiro Daniel Dantas, em Xinguara (PA). "A governadora se comporta como se fosse absolutista, como se tudo ela pudesse. A Justiça decide, o Executivo cumpre e o Legislativo faz as leis", acusou Kátia. "Não existe nada nem ninguém, nenhuma bandeira social, que possa ser maior do que as leis de um país". Segundo a senadora, existem "mais de mil invasões" de

terras no Estado e 350 pedidos de reintegração de posse. "Silencia-se e, quando se silencia, ela (Ana Júlia) despreza a Justiça. Ela despreza quem produz alimentos em detrimento de quem produz violência". Em defesa da governadora, o senador José Nery (PSol-PA) afirmou que Ana Júlia assumiu o Estado com 175 reintegrações de posse na fila. E culpa o Ministério da Justiça pela demora no processo. "O governo do Pará solicitou, desde o dia 2 de abril, que a Força Nacional permanecesse no Estado, mas o Ministério da Justiça, infelizmente, não respondeu afirmativamente", disse. Nery sugeriu a criação de uma comissão do Senado para acompanhar o caso em Xinguara.

A governadora Ana Júlia está isolada: tanto no âmbito federal quanto na esfera local ninguém duvida que as sentenças de reintegração não têm sido executadas "deliberadamente" pela Secretaria de Segurança Pública do Pará por "motivos ideológicos". A governadora integra uma tendência de esquerda do PT (a DS, Democracia Socialista) que tem influência decisiva na gestão de seu governo.

Principal aliado político de Ana Júlia, graças a uma aliança abençoada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2006, o deputado Jader Barbalho (PMDB) tem dito que, se o STF decidir favoravelmente, apoiará a intervenção federal para o cumprimento das sentenças judiciais. O mesmo não deve ocorrer em relação ao pedido de impeachment de Ana Júlia. Barbalho avalia que isso serviria apenas aos interesses dos tucanos, seus principais adversários na política do Pará.

A intervenção decretada pelo STF seria apenas para o cumprimento das ordens judiciais, provavelmente por tropas federais - a governadora continuaria no cargo, ao contrário do que ocorreria se viesse a sofrer o impeachment, quando assumiria o cargo o vice-governador Odair Corrêa (PDT).

As relações entre Jader e o PT são tensas. O pemedebista não quer dar entrevistas sobre o assunto, mas o Valor apurou que, politicamente, os dois grupos não se entendem mais com relação a uma composição eleitoral para 2010. Jáder já analisa a possibilidade de o PMDB ter uma candidatura própria - em primeiro mandato, Ana Júlia tem direito a disputar a reeleição.

Administrativamente, o deputado e seu grupo político se consideram incapazes de fazer qualquer mediação no caso da invasão da fazenda do banqueiro Daniel Dantas, por exemplo. Dizem que as decisões do governo estadual já não seriam unicamente de Ana Júlia, mas de um colegiado da corrente petista DS que cerca a governadora. A explicação da Secretaria de Segurança do Pará, segundo a qual não haveria "instrumentos" para cumprir as sentenças, é vista como "conversa fiada" pelo principal partido da base de sustentação política de Ana Júlia.

Parceiro de governo, o PMDB diz que é "uma piada" a polícia estadual dizer que não tem "instrumentos" para fazer cumprir as decisões judiciais. O risco, avaliam, é que os demais fazendeiros da região sintam-se estimulados a também contratar empresas de segurança, o que agravaria os confrontos entre sem-terra e fazendeiros e deixaria toda a região sul do Pará fora do controle do Estado.

De acordo com a versão pemedebista, o que ocorre no Pará já não pode ser caracterizado como ações do MST em defesa da reforma agrária. Na realidade, grupos - "bandos" é a expressão usada - acantonados no Maranhão periodicamente se deslocam até o Pará, invadem fazendas e depois negociam uma de duas soluções: o pagamento de resgate pela desocupação, em geral de R\$ 100 mil, R\$ 150 mil, até R\$ 200 mil, ou o arrendamento das terras invadidas a pequenos comerciantes da região. Já os assentamentos oficiais estariam todos abandonados - estima-se haver 14 milhões de hectares desapropriados para a reforma agrária no Estado. O PMDB paraense também vê cumplicidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com os invasores: tão logo uma terra é ocupada, o órgão começaria a distribuição de cestas básicas e lonas aos sem-terra.

CNA quer identificar principais problemas da população do campo_ Sítio Eletrônico – 24/04/2009

Levantamento dos principais problemas vividos pela população do campo para discutir com o governo a elaboração de políticas públicas para a zona rural. Este é o objetivo do Observatório das Desproteções Sociais, programa apresentado hoje pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), senadora Kátia Abreu, durante o lançamento do CNA em Campo no município de Sorriso, em Mato Grosso. Em palestra durante encontro com 500 produtores rurais, Kátia Abreu criticou a ausência de investimentos em setores como educação, saúde, segurança e trabalho, voltados para os trabalhadores rurais.

“Com o observatório, vamos levantar todos os problemas e mostrar a ausência do Estado, que não dá recursos, que não comparece. O Estado sabe que um aluno na zona rural custa mais caro que um aluno na cidade. Onde estão os médicos para fazer exames de pré-natal nas mulheres, as vacinas que o SUS (Sistema Único de Saúde) não manda?”, indagou a senadora. “Responsabilidade social não é apenas dar carteira assinada, fundo de garantia, férias e décimo -terceiro salário”, acrescentou Kátia Abreu.

Trabalho

Escravo

Um dos assuntos mencionados pela presidente da CNA aos produtores rurais presentes foi a

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) relativa ao trabalho escravo. A matéria, que tramita no Congresso Nacional, prevê, entre outros pontos, a desapropriação de fazendas onde forem as constatadas condições de trabalho análogas às de escravidão. “O texto deve definir o que é trabalho escravo, trabalho degradante, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Não dá para impor isso aos produtores sem estas definições. O análogo é um parecido que ninguém sabe o que é”, disse a senadora.

Outro assunto criticado por Kátia Abreu foi o desrespeito ao direito de propriedade, assegurado na Constituição. “Não somos contra a reforma agrária nem contra os assentamentos. Somos contra invasões de terra, que ferem o Estado de Direito, somos contra o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que promove atos que atentam contra a Constituição”, ressaltou a senadora. Ela citou, ainda, temas que a CNA, juntamente com a bancada ruralista do Legislativo federal, vem defendendo junto ao Governo e nas discussões no Congresso Nacional. Um deles é a reforma do Código Florestal Brasileiro.

A senadora apresentou um estudo da Embrapa que mostra que mais de 70% do território ficaria comprometido com a cobertura florestal se a legislação fosse integralmente cumprida. “Pode um país como o Brasil ter apenas 30% da sua área destinada para atividades econômicas?”, questionou Kátia Abreu, que é a favor de uma lei ambiental factível, que concilie produção e preservação do meio ambiente. “Se nós produtores não preservarmos o meio ambiente, nós não sobreviveremos na nossa atividade”, explicou. Ela também abordou outros tópicos, como a reestruturação de um novo modelo de crédito rural, e a deficiência da logística em Mato Grosso, um dos principais motivos para a falta de renda para os produtores.

Participaram do encontro o 1º Vice-Presidente da CNA, Ágide Meneguette, o Vice-Presidente Executivo da entidade, Fábio de Salles Meirelles Filho, o deputado federal Homero Pereira, Vice-Presidente Diretor, o secretário-executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Omar Hennemann, o presidente da FAMATO, Rui Prado, e diretores da entidade. Também marcaram presença o prefeito de Sorriso, Chicão Bedin, o deputado estadual João Domingos Braga Filho, vereadores, e o presidente do Sindicato rural da cidade, Elso Pozzobom.

Na programação do CNA em campo, Kátia Abreu teve encontros com o promotor público do Meio Ambiente do Ministério Público de Sorriso, Marcos Brant, com os padres Marciano José e Ramiro Peroto, e o pastor Anderson Araújo Souza de França.

Mais de 200 processos de desapropriação de terras estão parados no Judiciário – Sítio Eletrônico do MST – 24/04/2009

De acordo com levantamento preliminar organizado pela PFE/Incra (Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), existem, no momento, pelo menos 220 processos de desapropriação obstruídos na Justiça, em decorrência de ações judiciais contrárias dos mais variados tipos. Pela Lei, mesmo que haja contestação judicial contra uma desapropriação, o processo não pode ser suspenso. Essa interpretação legal está contida na Lei Complementar n.º 76, em seu artigo 18: “as ações concernentes à desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária, têm caráter preferencial e prejudicial em relação a outras ações referentes ao imóvel expropriando”.

Para a Procuradora chefe da PFE/Incra, Drª Gilda Diniz dos Santos, é necessária a mudança no entendimento de juízes e desembargadores, para que se aplique esse dispositivo da legislação. “O processo de desapropriação de imóvel para reforma agrária, em sua fase administrativa, pode ter, inclusive, a participação do proprietário durante as vistorias técnicas para saber se é produtivo ou não”, afirma. Drª Gilda acrescenta que o laudo do Incra comprovando improdutividade de um imóvel tem presunção de legitimidade. “Caso o proprietário discorde do resultado da vistoria técnica do Incra, cabe a ele provar o contrário, sem prejuízo da ação de desapropriação, que tem preferência legal”, sustenta.

Enquanto isso não ocorre, a reforma agrária fica comprometida de forma significativa. Pelo levantamento do Incra, só com os processos interrompidos, seria possível assentar mais de 11 mil famílias em todo o território nacional. Para se ter uma idéia, isso representa mais de 15% da meta anual estabelecida pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003 a 2007), em que a média de assentamentos prevista por ano era de cerca 80 mil famílias.

O estado campeão em ações paralisadas é Goiás, com 32 casos. Em seguida, aparece Pernambuco, com 28 processos. Mato Grosso não está entre os estados que têm mais ações suspensas, no entanto, as que estão paradas correspondem à maior área entre todas as outras unidades da federação. São mais de 77 mil e 500 hectares, que poderiam assentar 2.069 famílias.

O relatório ainda está sendo atualizado, já que alguns estados ainda não disponibilizaram os números finais. Mesmo assim, o resultado parcial impressiona e dá a dimensão do tamanho da concentração fundiária no Brasil. Ao todo, os processos parados na Justiça somam 200.597 hectares, o equivalente à área da região metropolitana de São Paulo. Toda essa fatia de terra, que pode, por meio da reforma agrária, ser destinada a mais de 11 mil famílias, no momento pertence à cerca de 200 proprietários.

CNJ

recebe

lista

A PFE/Incra entregou o levantamento dos processos suspensos para o CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Na manhã desta quarta-feira (22/4), a Procuradora chefe da autarquia, Dr^a Gilda Diniz dos Santos, acompanhada dos procuradores federais Dr^a Dayseanne Santos e Dr^o Bruno Arruda, estiveram reunidos com secretário-geral do CNJ, Rubens Curado Silveira, e com o juiz Dr^o Marcelo Martins Berthe, auxiliar da presidência do Conselho.

Além de receberem a lista, com número e descrição de cada processo paralisado, eles discutiram formas de garantir a continuidade das ações de desapropriação, já que são peças jurídicas preferenciais no processo. A lista vai ao encontro da iniciativa do próprio CNJ, que pretende efetivar um Fórum Nacional para o monitoramento e resolução dos conflitos fundiários rurais e urbanos.

Serão feitos estudos e elaboração de propostas para melhorar procedimentos e dar maior efetividade aos processos judiciais sobre a questão. A idéia é contribuir para a prevenção de novos conflitos dessa natureza. Na discussão para formatar o Fórum Nacional, realizada ainda na tarde desta quarta, participaram a equipe do CNJ, membros de outras entidades públicas, além da Dr^a Gilda Diniz e do Ouvidor Agrário Nacional, desembargador Gercino Filho.

A previsão é que o Fórum comece os trabalhos específicos a partir do próximo dia 11 de maio. No encontro, foram definidos três pontos básicos de atuação:

1. Criação de varas federais e estaduais agrárias e respectivas câmaras nos Tribunais de Justiça ou Tribunais Regionais Federais;
2. Criação de promotorias e procuradorias agrárias;
3. Alteração dos artigos 927 e 928 do Código de Processo Civil para que seja exigida, antes da concessão de reintegração de posse, do proprietário/possuidor o cumprimento da função social da posse.

Ainda segundo a Procuradora chefe da PFE/Incra, as medidas a serem adotadas são fundamentais para acelerar o ritmo da reforma agrária. “São pontos essenciais: a agilidade no julgamento, e o reconhecimento da preferenciabilidade da ação de desapropriação frente às demais”, pontua. Além disso, Dr^a Gilda enfatiza que o mais importante é priorizar o princípio de função social da terra. “O direito de propriedade não pode ser levado às últimas conseqüências em detrimento da função social da terra. Aliás, a propriedade deve ser sim limitada pela função social do imóvel”, completa.

(As informações são da Assessoria de Comunicação da PFE/Incra)

"Violência agrária no PA teve queda recorde" – Caio Junqueira – Valor Econômico –
Política – 24/04/2009

A governadora do Estado que foi palco do mais recente conflito agrário de repercussão nacional, Ana Júlia Carepa (PT), vê armação da oposição ao seu governo para desqualificar os avanços que, segundo diz, ocorreram no Pará na questão agrária. De acordo com a governadora, o número de mortes no campo diminuiu e o de reintegrações de posse cumpridas aumentou.

A constatação, porém, contraria o embasamento do pedido de intervenção federal e impeachment proposto pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), presidido pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO). Para a governadora, a líder ruralista age sob comando do banqueiro Daniel Dantas, proprietário de centenas de hectares no Pará, dentre os quais a fazenda Espírito Santo, em Xinguara, onde ocorreu a troca de tiros entre seguranças e sem-terra, cujas imagens correram o país esta semana. A seguir, trechos da entrevista concedida ontem ao Valor, por telefone, por volta de 20h00. A assessoria de imprensa do banqueiro Daniel Dantas foi procurada, mas não foi possível contatá-la:

Valor: *Qual avaliação da situação agrária no Pará?*

Ana Júlia Carepa: Temos um governo que trata a questão agrária com o cuidado que ela merece. Somos campeão de diminuição de morte e violência no campo. Nos contrapomos ao governo anterior, que foi campeão nesse quesito. Pelos dados da Comissão Pastoral da Terra, em 2006, foram 24 mortes. Em 2007, cinco e em 2008 uma. Temos passado Abril vermelhos sem nenhuma morte. Não há qualquer situação de descontrole do Estado em relação às questões do campo.

Valor: *Mas e conflito entre seguranças e sem-terra em Xinguara?*

Ana Júlia: Não existe nenhum mandado de reintegração de posse para a fazenda Espírito Santo no município de Xinguara. O mandado que eles mostraram na televisão é em favor da fazenda Espírito Santo Retiro Baixa da Égua, em Marabá. Tem uma diferença aí de uns 100 quilômetros.

Valor: *Mas não há outros mandados aguardando cumprimento? Fala-se em mais de 100.*

Ana Júlia: Tínhamos 173 mandados de reintegração quando assumimos o governo em 2007, a maioria deles rurais, descumpridos pelo governo anterior. Não entendo porque ninguém pediu o impeachment lá atrás nem intervenção. Hoje são 63 mandados não-cumpridos, segundo a Procuradoria do Estado. E há um cronograma para que sejam cumpridos, acordado com a Justiça. Os primeiros que cumprimos foram dessa região Sul e

Sudeste, que era onde havia mais mandados. Depois, combinamos com a Justiça e o Ministério Público para focar mais na Vara Agrária de Castanhal, região Nordeste do Estado. É nessa região que estamos cumprindo os mandados agora. Não posso atender só 60 pessoas. O governo anterior deixou 173, agora vou esquecer essas pessoas e atender alguém só porque tem poder econômico. E deixar para trás todas as outras pessoas que estão aguardando?

Valor: *Então se não havia mandado a ser cumprido em Xinguara, por que razão houve essa repercussão?*

Ana Júlia: Tem uma situação que é montada, coordenada, por um senhor, Daniel Dantas, que já há algum tempo tem diferenças com nosso governo. Desde senadora eu já o denunciava.

Valor: *Mas qual o problema específico dele com o governo?*

Ana Júlia: O governo do Estado, junto com o Iterpa, moveu uma ação contra a fazenda dele por descumprimento do contrato de aforamento de terras. Aquelas áreas dele eram afloradas com a finalidade de utilizar o imóvel para para exploração de castanhais. Eles descumpriram, promoveram atividade agropecuária, crimes ecológicos e comercializaram a área. Então há uma ação em trânsito e a Justiça suspendeu a matrícula e os títulos dessas fazendas em Xinguara.

Valor: *E como a senhora avalia a reação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) ao episódio, pedindo impeachment e intervenção no Pará?*

Ana Júlia: Isso é reação dos empregados do Daniel Dantas, todos.

Valor: *Da própria senadora Kátia Abreu (presidente da CNA)?*

Ana Júlia: São todos empregados do senhor Daniel Dantas. Tem um poderio econômico por trás. É o caso de perguntar porque tinha tanta gente filmando na hora do conflito. Em que avião eles chegaram lá?

Valor: *No dele?*

Ana Júlia: Sim, claro. Toda a imprensa que estava lá tinha chegado no avião dele. Isso tudo é uma ação política de setores da oposição que, inconformados de estarmos realizando tantas ações no Estado em diversas áreas, inclusive nessa, que não foram feitas por quem hoje nos ataca, mas que esteve no poder estadual por 12 anos. Daí quando chega um grupo econômico forte fica achando que tem que ter prioridade.

Valor: *E como a senhora recebe o pedido de impeachment?*

Ana Júlia: Acho um desrespeito ao povo do Estado do Pará, que tem um governo que age e é eficaz nessa área do campo. Os números demonstram essa eficiência. Diminuímos as mortes, aumentamos as reintegrações cumpridas. Não vou promover massacres como o de Eldorado dos Carajás. O que alguns estão querendo é outro massacre para dizer que nós também promovemos massacre. É essa vontade que alguns setores têm. Tentam artificializar uma situação que não existe. Temos um Estado com cerca de 900 assentamentos e que até 2006 era campeão de mortes no campo. Hoje é campeão de diminuição de mortes no campo.

Justiça inermeno Pará – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 25/04/2009

Estado do Pará, onde se situa uma das mais importantes fronteiras agropecuárias Do País, é palco, há já algumas décadas, dos conflitos fundiários mais violentos registrados no País, provocados na sua maioria pelo MST. Ultimamente, houve um deslocamento do alvo dos militantes desse movimento e das suas linhas auxiliares.

Se antes os inimigos eram os proprietários de latifúndios, alegadamente improdutivos, de uns tempos para cá eles passaram a ser as empresas que investem no agronegócio. Mudança maior ainda ocorreu em relação ao Judiciário, que, por total omissão do governo estadual, se tornou, naquela região, um Poder sem condições de impor o respeito à lei. Basta mencionar que nada menos do que 111 sentenças judiciais de reintegração de posse esperam para ser cumpridas – algumas julgadas há mais de um ano.

No confronto violento entre os sem-terra, acampados da Fazenda Espírito Santo, e os seguranças da Fazenda Castanhais, em Xinguara, pertencente à Agropecuária Santa Bárbara – do grupo do banqueiro Daniel Dantas –, que a televisão se fartou de exibir, só não houve mortes, ainda, por milagre.

No sábado passado lá se travou verdadeira guerra, com o uso de armas de fogo, que deixou nove feridos a bala – alguns em estado grave. Jornalistas foram feitos reféns pelo MST e usados como escudo humano no conflito. O movimento também bloqueou estradas – como a Rodovia PA-150, que liga Belém ao sul do Pará – e montou barricadas em vários pontos da região, após o confronto que também pretendeu “comemorar” os 13 anos do chamado massacre de Eldorado dos Carajás, quando morreram 19 sem-terra ligados ao MST. Agora, ambas as partes definem o clima, nas propriedades invadidas, como “extremamente tenso”, o que significa um grande risco de multiplicação de vítimas.

Não é sem razão, pois, que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pretende protocolar, na semana que entra, um pedido de *impeachment* contra a governadora Ana Julia Carepa (PT), por descumprir – há muito tempo – decisões judiciais que determinam a retirada de invasores do MST de fazendas ocupadas.

“Nós queremos já na semana que vem protocolar esse pedido” – confirmou a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da entidade. A senadora já pedira ao

Ministério Público intervenção no Estado – e, em março, a CNA solicitara à Justiça que decretasse a intervenção. Daí ela ter argumentado, na representação ao Ministério Público, que “o poder Executivo do Pará se transformou no último juiz das invasões de terra. Quem decide se as áreas invadidas devem ser ou não desocupadas é a governadora do Estado, autoridade que se substitui ao Judiciário, julgando em última instância o direito dos produtores rurais”. A representação feita ao Ministério Público precisa ser analisada pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que, caso concorde com seus termos, a encaminhará para decisão do Supremo Tribunal Federal. Há que se considerar que é muito raro o deferimento de pedidos de intervenção nos Estados, embora a lei a preveja em algumas circunstâncias, como o descumprimento de decisões judiciais. A complexidade de ações que implicam perda de autonomia dos Estados tem levado a cúpula da Justiça nacional a agir com extrema cautela nessa matéria. Há que se convir, no entanto, que o não-cumprimento de mais de uma centena de ordens da Justiça – algumas expedidas há mais de ano – significa o completo esvaziamento de eficácia tanto do Poder Judiciário quanto do próprio ordenamento jurídico.

Não é possível que, indefinidamente, a Justiça permaneça inerme em alguma unidade da Federação, pois isso é a negação, contumaz, do Estado Democrático de Direito.

Há muitos anos o Movimento dos Sem-Terra, e outras entidades a ele assemelhadas, vem desrespeitando os direitos dos cidadãos – entre os quais estão o de propriedade e a livre locomoção de pessoas –, além de atentar contra as atividades de produção no meio rural e tudo o que diga respeito à ordem pública. Os líderes desses movimentos, em lugar de serem punidos por seu sistemático desrespeito à lei, são subsidiados com dinheiro público. Mas usarem dinheiro público para financiar atos de bandidagem como os exibidos esta semana pela TV é um pouco demais.

CPT acusa empresa de ‘enganar’ Justiça para tirar sem-terra – Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 25/04/2009

De acordo com a entidade ligada à Igreja, agropecuária entrou com pedido de liminar fora de sua jurisdição Carlos Mendes

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) do sul do Pará acusou ontem, por nota, a Agropecuária Santa Bárbara Xinguara de “enganar o Tribunal de Justiça do Estado do Pará” para obter uma liminar de reintegração de posse da Fazenda Espírito Santo.

No último sábado, durante confronto armado entre integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e seguranças da propriedade, oito pessoas ficaram feridas no local.

De acordo com a CPT, a empresa – do grupo do banqueiro Daniel Dantas – “agiu de má-fé” ao ingressar com a ação na Vara Agrária de Marabá, quando o imóvel fica na área de jurisdição da Vara Agrária de Redenção, onde já tramitam duas ações judiciais referentes à Fazenda Espírito Santo: um interdito proibitório, com audiência marcada para 22 de junho, e uma ação civil pública proposta pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa), na qual o juiz ordenou o bloqueio das matrículas do imóvel, alegando “suspeita de grilagem”.

A suposta manobra, diz a nota da entidade ligada à Igreja Católica, torna-se “ainda mais gritante” quando se leva em conta que a ação foi proposta durante a ausência da juíza titular da Vara, Agrária de Marabá.

A liminar foi inicialmente concedida por outra juíza, que respondia pelo plantão na comarca. Na volta, a titular revogou a liminar e marcou audiência para ouvir a parte autora. O TJ concedeu nova liminar.

Para a CPT, porém, a empresa “maliciosamente induziu o tribunal a erro”, declarando que o imóvel dista apenas 105 quilômetros de Marabá, quando na verdade fica a mais de 170 quilômetros. “Assim, o TJ concedeu a liminar, acreditando localizar-se o imóvel em Marabá”, insiste a Pastoral.

RESPOSTA

Também por nota, a Santa Bárbara rebateu a CPT, dizendo que as informações “não são verdadeiras”. A empresa alegou ter ingressado na Vara Agrária de Marabá pois esta é competente para julgar o caso, já que a Fazenda Espírito Santo avança tanto sobre Curionópolis como Xinguara.

“A Vara Agrária responsável pelo município de Curionópolis é a situada na comarca de Marabá e o Código de Processo Civil autoriza o invadido a escolher a comarca da ação possessória, quando o imóvel se localiza em mais de uma comarca, como é o caso”, argumenta a empresa.

A liminar foi deferida pela juíza substituta, ainda de acordo com a nota da Santa Bárbara, porque a invasão aconteceu em um fim de semana e era ela que respondia pelo plantão. “O TJ reverteu a decisão da juíza titular de Marabá, que havia indeferido a liminar emitida pela juíza substituta, porque entendeu que o pedido estava correto”, reforçou a empresa. ●

‘MST é uma organização paramilitar’ - Elder Ogliari- Estado de São Paulo – Nacional – 25/04/2009

Responsável por iniciativa que levou Estado a acabar com escolas itinerantes, ele diz que movimento não visa só à reforma agrária CPT acusa empresa de ‘enganar’ Justiça para tirar sem-terra

Pressionado por organizações não-governamentais, pastorais da Igreja Católica, defensores de direitos humanos e políticos, o procurador do Ministério Público Estadual Gilberto Thums decidiu se afastar da luta que empreendia havia um ano e meio contra o Movimento dos Sem-Terra (MST) no Rio Grande do Sul. Visto como um justiceiro pelos ruralistas e demonizado pelos sem-terra, ele deixa para trás uma série de atitudes polêmicas e, dependendo do ângulo da análise, vitórias, perseguições e recuos.

Em 2007, quando investigou as ações do MST no Estado, Thums elaborou um relatório que orientou as ações de promotores para contenção do MST.

Uma delas retirou dois acampamentos do entorno da Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, depois de quatro anos de assédio, em junho de 2008. Em novembro do ano passado convenceu a Secretaria Estadual da Educação a extinguir as escolas itinerantes do MST, nas quais, segundo ele, os professores ensinam teorias revolucionárias às crianças e não se submetem à fiscalização do Estado.

Nesta entrevista ao Estado, Thums fala de suas convicções.

Considera o MST um grupo paramilitar que usa técnicas de guerrilha e tem pretensões de chegar ao poder. Diz que já foi simpatizante do movimento e considera como justa a causa do acesso à terra, mas condena os métodos da organização.

O sr. Está fugindo da luta?

Como eu tenho uma visão mais radical do movimento e não consigo mudar, é melhor para o Ministério Público que eu me retire dessas ações contra eles (o MST). Eu saio de cena, mas as ações vão continuar.

Como o sr. define o MST?

Antes de investigar o movimento eu até simpatizava com a causa e ainda entendo que a luta pelo acesso à terra é justa. O que eu não sabia, e acabei formando convicção, é que eles são uma organização paramilitar que passou a lutar também por outras coisas. Lutam contra as multinacionais, são inimigos delas.

Agora a Petrobrás e todas as empresas estatais de energia estão na mira do movimento. Isso é uma questão política, que foge da luta pelo acesso à terra.

E de onde vem sua convicção de que o MST é paramilitar?

É uma soma de várias constatações. Eles têm hierarquia; estão organizados para criar espaços livres, onde o Estado não entra, como em favelas do Rio de Janeiro; têm sempre uma estratégia de confronto com o Estado ou com as instituições privadas, a quem veem como oponentes; contestam abertamente a ordem jurídica; alegam que a legislação é feita por burgueses para não cumpri-la; mantêm controle rígido sobre os acampados e têm um sistema de informações que não tem comparação. Quando a força pública procura alguém num acampamento, ele não está lá. Procura no outro, ele já saiu. Eles não têm paradeiro, não têm local fixo. Para mim isso demonstra nitidamente um caráter paramilitar.

O sr. Também identifica ou so de táticas de guerrilha pelo movimento?

Isso aqui é movimento pacífico?

(mostra fotos de tratores explodidos, lavouras, serraria e casas queimadas, guaritas e trincheiras protegidas por lanças de bambu, perto ou dentro de uma fazenda em Coqueiros do Sul, e carcaças de animais apodrecendo dentro de fontes de água potável depois da desocupação de uma fazenda em São Gabriel).

Tudo isso é técnica de guerrilha, é incontestável. A gente nunca vai ter um cara que vai dizer “olha, nós fizemos tal coisa”. Mas as evidências são muito fortes.

Porque acabar com as escolas itinerantes?

São escolas que vivem numa ilha, onde o aluno permanecerá numa ilha. Falta presença do Estado para exigir o programa mínimo do MEC, para que o aluno que queira

um dia sair desse meio possa ser incluído, possa disputar um emprego, fazer um concurso público, montar um negócio, sair desse sistema.

O que está faltando para apaziguar os ânimos no campo?

Falta o governo cumprir sua obrigação de assentar. Por que terra tem. Se não existe terra para desapropriar para fins de reforma agrária, porque o nível de produtividade exigido pelo Incra é alcançado por todas as fazendas, então que o governo compre. É legítimo reclamar, mas a pressão deveria ser sobre o poder central. Por exemplo, abraço no Palácio do Planalto.

Pressionem, acampem ali, não deixem o presidente entrar

Arrozeiros ainda resistem a deixar reserva indígena – Roldão Arruda – O Estado de São Paulo – Nacional – 26/04/2009

Líder Quartiero não começou sequer a transportar o gado que cria em pastagens dentro do território

O clima em Roraima é de expectativa. Vence na quinta-feira o prazo da do nomes passado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que todos os moradores não-índios da Terra Indígena Raposa Serra do Sol deixem a área pacificamente. Até ontem, porém, grandes fazendeiros que ali plantam arroz não haviam conseguido retirar todas as máquinas, equipamentos e outros pertences de suas fazendas. A Polícia Federal e a Força de Segurança Nacional, que estão de prontidão na região, com um contingente de 140 homens, recebem amanhã um reforço de mais 160 policiais.

Na sexta-feira, se os fazendeiros não tiverem saído, deve começar a retirada forçada, de acordo com o superintendente da PF na região, José Maria Fonseca.

Consultado pelo **Estado**, o Comando Militar da Amazônia disse que poderá ajudar na operação, se houver solicitação do governo. Até ontem, porém, a ajuda não tinha sido pedida.

É pouco provável que os fazendeiros saiam no prazo determinado. Um deles, Paulo César Quartiero, não começou sequer a transportar o gado que cria em pastagens dentro da terra indígena. Estima-se que o rebanho tenha 5 mil cabeças. Por outro lado, na sexta-feira ele ainda mantinha máquinas operando no campo, finalizando a colheita de sua última safra de arroz. Quartiero diz que procura um lugar para levar o gado. Mas insiste que o prazo dado pelo STF foi curto demais. Também acusa autoridades federais e estaduais de não darem apoio aos fazendeiros, abandonando-os à própria sorte. Ele é o maior produtor de arroz de Roraima e o que se encontra em pior situação, pois não tem outras áreas de plantio fora da reserva.

Segundo o fazendeiro Ivo Barili, que retirou na sexta-feira à tarde a última carga de arroz de sua fazenda, os arrozeiros estão sendo tratados como bandidos.

“Trabalhei 20 anos nestas terras, comprando máquinas, investindo na melhoria do solo, criando empregos, e agora estou sendo escorraçado como se fosse um marginal”, afirma.

RISCO

Os equipamentos e maquinários de Quartiero, Barili e outros produtores de arroz estão sendo levados para o distrito industrial da capital, Boa Vista –onde beneficiam, estocam, empacotam e negociam o produto, vendido principalmente para supermercados de Manaus, no Amazonas. Alguns pátios daquela área estão lotados e cercados de incertezas – as máquinas não podem permanecer por muito tempo a céu aberto e sem manutenção, correndo o risco de estragarem, mas ainda não se sabe o que será feito delas.

Sente-se por toda parte uma tentação à resistência. Ela é perceptível sobretudo nas críticas ao STF, que validou a demarcação em área contínua do 1,7 milhão de hectares da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, onde vivem cerca de 20 mil índios, de 5 etnias. Para os arroteiros e pequenos produtores que viviam ali, as áreas ocupadas por eles, que não totalizam 25 mil hectares, poderiam ter sido mantidas.

A decisão de demarcar em área contínua foi tomada em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso, e homologada em 2005, por Luiz Inácio Lula da Silva. Os arroteiros contestaram os atos presidenciais na Justiça por quase quatro anos, até que no mês passado eles foram validados pelo Supremo.

Políticos da região ajudam a alimentar a polêmica. O deputado Márcio Junqueira (DEM-RR) tem dito que a retirada não pode ser completada e as autoridades federais não garantir em condições para os produtores se instalem em outras áreas. Ele está ouvindo as pessoas que já deixaram a terra indígena, procurando sobretudo encontrar irregularidades nos processos. O encarregado legal de conduzir a desocupação, o juiz Jair Meguerian, presidente do Tribunal Federal da 1ª Região, negocia como governo novas acomodações para os pequenos produtores, que se enquadram nos moldes de assentamentos da reforma agrária.

Para os grandes, porém, não foi encontrada nenhuma solução.

ACOMPANHAMENTO

Junqueira propôs e conseguiu a aprovação da Câmara para a criação de uma comissão parlamentar que terá a tarefa de acompanhar a desinstituição da Raposa Serra Sol. Além de Junqueira, já chegaram a Boa Vista o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) e os senadores Augusto Botelho (PT-RR) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que também vão acompanhar as operações. Na semana passada, também esteve na região o deputado Aldo Rebelo, que foi um dos mais destacados defensores da permanência de não-indígenas na Raposa Serra do Sol. “Ele é um aliado importante e confiável”, diz Quartiero, selando uma parceria aparentemente impossível entre um político pertencente a um partido comunista e um grande fazendeiro. Outro sinal da tentação à resistência foi uma ação protocolada na semana passada, novamente no Supremo, contestando a retirada dos não-indígenas, sob a alegação de que o governo não cumpriu a tarefa de destinar novas áreas para eles. O advogado que apresentou a ação é um dos que já defenderam os arroteiros em ações anteriores.

Agora, porém, representa pequenos produtores, insatisfeitos com os acordos que já assinaram com o governo.

‘O pessoal está saindo aos poucos’, diz delegado – Roldão Arruda – Estado de São Paulo
– Nacional – 26/04/2009

O delegado José Maria Fonseca, superintendente da Polícia Federal em Boa Vista e responsável por toda a operação policial que envolve a retirada dos não-indígenas da Raposa Serra do Sol, acredita que ela ocorrerá de forma pacífica. “O pessoal está saindo aos poucos”, diz ele, referindo-se aos produtores rurais que vivem na área demarcada. “Estamos procurando ajudar, oferecendo escolta para o transporte dos equipamentos mais pesados. Trabalhamos para tranquilizar a região.”

Ele deixa claro, porém, que tem ordens para iniciar a retirada forçada já no primeiro dia de maio, caso não ocorra de maneira voluntária.

Foi para isso que requisitou o reforço do grupo de 140 homens da Polícia Federal e da Força de Segurança Nacional que já estão na região.

“A previsão é de que até o dia 28 todo o efetivo esteja a postos”, afirma.

Atualmente os homens sob seu comando patrulham a Raposa Serra do Sol, para evitar conflitos entre índios e não-índios, acompanham as mudanças dos fazendeiros e vigiam as duas principais estradas que dão acesso àquela área.

Uma questão enfatizada durante os debates sobre a demarcação foi o desaparecimento dos três municípios englobados pela terra indígena – Pacaraima, Uiramutã e Normandia. Segundo o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcio Meira, isso também faria parte da campanha contra as reivindicações indígenas.

“A afirmação de que a demarcação acaba com o município é pura ficção”, diz ele.

“As pessoas confundem jurisdição com propriedade da terra”, continua o presidente da Funai. “Veja um exemplo: um latifundiário pode ser o proprietário da maior parte das terras de um município – o que não impede que o poder público local tenha jurisdição sobre aquelas terras, determinando a construção de escolas públicas, abertura de estradas.

No município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, 90% do território faz parte de terras indígenas ou de áreas pertencentes ao Exército. Mas isso não significou a extinção do município.”

Além das questões ligadas à segurança nacional, à exploração de minérios e à presença de municípios na terra indígena, a demarcação da Raposa Serra do Sol envolveu também um debate nacional: pôs, de um lado, produtores rurais que defendem a expansão de seus negócios, a abertura de novas áreas de cultivo, a obtenção de mercadorias para exportação, e, de outro, grupos que defendem o pagamento de antigas dívidas da sociedade brasileira com grupos indígenas e, mais recentemente, com os descendentes dos africanos que foram trazidos para o Brasil como escravos e mais tarde se refugiaram nos chamados quilombos. A Raposa Serra do Sol significou uma espécie de convergência de todo esse debate, mobilizando forças em diversas partes do País.

Um dos resultados desse debate foi o projeto de lei apresentado recentemente na Câmara, determinando que a tarefa de definir e demarcar terras indígenas passe da Funai para o Congresso.

Um de seus autores é o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP).

Líderdo MST é indiciado por incitação à violência – Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 26/04/2009

Tiroteio no sul do Pará entre sem-terra e empregados de fazenda invadida deixou 8 feridos

O coordenador do Movimento dos Sem-Terra (MST) no sul do Pará, Charles Trocate, foi indiciado em inquérito aberto pela Polícia Civil, acusado de incitação à prática de violência antes do confronto armado na fazenda Castanhais, do complexo Espírito Santo, no sábado retrasado.

O confronto resultou em oito feridos, durante tiroteio entre seguranças da propriedade e integrantes do MST. Ele será intimado a depor na segunda-feira e pode ser enquadrado no artigo 286 do Código Penal, que prevê pena de três a seis meses de prisão por incitação a crime.

Em entrevista à TVRBA, afiliada da Rede Bandeirantes no Pará, na sexta-feira, 17, véspera do tiroteio, Trocate teria afirmado ser favorável não apenas à invasão de propriedades privadas, como acrescentando que na fazenda invadida não sobraria nem o suficiente para a produção de remédio. Ele nega.

O chefe da Polícia Civil do Pará, Raimundo Benassuly, disse que o líder do MST está sendo procurado na região para receber a notificação de depoimento.

“Não importa, para a Justiça, se ele incitou à violência antes ou depois do confronto. O que importa é que ele cometeu um crime”, declarou o delegado. Benassuly acrescentou que o governo estadual “não tolera a violência”, sobretudo num momento em que está investindo pesadamente em segurança para “manter a paz no campo”.

Trocate negou ao **Estado** ter convocado trabalhadores rurais para invadir terras ou fazer justiça com as próprias mãos. O que houve, segundo explicou, foi uma “deturpação” de suas palavras na entrevista à emissora de televisão. “O que eu disse foi que, independente do MST, da Fetaagri ou de outros movimentos sociais, a população sem terra vai tomar partido em favor da reforma agrária e que se a crise aumentar, como está aumentando, haverá no sul do Pará um mutirão de ocupações”. Para Trocate, “é estranho o comportamento do delegado Benassuly”, porque o MST esteve reunido com o chefe da Casa Civil do governo estadual, Cláudio Puty, como comandante-geral da Polícia Militar, coronel Dário Texeira, e com o próprio Benassuly, “mostrando que os fazendeiros estavam com milícias armadas em fazendas na região, ameaçando os trabalhadores”.

Ele também acha “esquisito” seu indiciamento, alegando que os seguranças da Agropecuária Santa Bárbara, que feriram oito sem-terra, continuam impunes.

ECLUSAS

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) informou que está mantida “por tempo indeterminado” a ocupação do canteiro de obras das eclusas do rio Tocantins, ao lado da hidrelétrica de Tucuruí.

Arrozeiro pede mais prazo para deixar reserva em RR – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 26/04/2009

Quinta-feira é a data limite dada pelo Supremo para que não índios saiam da Raposa; Polícia Federal diz que retirada será pacífica

Apesar do tráfego de caminhões carregados com tratores, colheitadeiras e outras máquinas agrícolas ter se tornado intenso nos últimos dias na terra indígena Raposa/Serra do Sol, Paulo César Quartiero, ex-prefeito de Pacaraima (RR) e rizicultor, diz ser impossível retirar tudo de lá antes de quinta. "Quero ao menos 45 dias." Quinta-feira é quando vence o prazo dado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) a não índios e produtores rurais -arrozeiros- para deixar o território. Em março deste ano, a corte confirmou o teor da decisão do governo federal que, em 2005, homologou como contínua a terra indígena.

Lá, vivem cerca de 18 mil índios, de cinco etnias: macuxi, uapixana, taurepangue, ingaricó e patamona. Essas etnias reivindicavam a transformação da área em território indígena havia cerca de 30 anos.

"Já fizemos mais de cem viagens de caminhões da fazenda para Boa Vista", diz Quartiero sobre percurso que pode chegar a mais de 200 km. O fazendeiro, que chegou a ser preso no ano passado após conflito entre funcionários de sua fazenda e índios, diz que máquinas e insumos transferidos lotam o terreno de sua empresa, na capital. Ele afirma também que "quer tirar tudo que puder" do interior da reserva. "Vou levar azulejos, piso, telhado."

A reportagem ouviu outros dois de cinco produtores de arroz que têm propriedade no interior da terra indígena. Eles dizem que todas as despesas com a operação de retirada estão sendo custeadas pelo grupo, "sem ajuda nenhuma do governo federal". Mas evitam falar no valor gasto.

O rizicultor Ivo Barili, por exemplo, alugou um terreno em Boa Vista para guardar o maquinário retirado. Afirma que ele e seus colegas, que plantavam arroz na Raposa, se tornaram "sem-terra". "Está tudo jogado no tempo lá no terreno. Vai apodrecer. Vou entrar para o movimento dos sem-terra e acampar em algum lugar."

Barili reclama que ainda não foram identificadas áreas para que os rizicultores sejam reassentados. Além disso, o valor da indenização que eles podem receber pelas benfeitorias em suas propriedades só deve ser resolvido após a retirada da população não índia do local.

Outro arrozeiro ouvido pela Folha, Ivalcir Centenaro conta que está usando a área de sua usina de beneficiamento de arroz, em Boa Vista, como depósito. Lá "tem de tudo", diz ele, de ferro, insumos a máquinas.

Mas não são apenas equipamentos que ainda precisam de destino. Os arrozeiros dizem que, juntos, têm ao menos 5.000 cabeças de gado na região. Até agora, não sabem o que fazer com os animais. Também dizem que ainda falta colher parte do arroz plantado.

A expectativa da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança, que estão na terra indígena, é que a retirada termine de forma pacífica. Após a saída dos não índios, a próxima pendência a ser resolvida é a convivência entre grupos de índios rivais. Desde o processo de homologação, indígenas ligados ao CIR (Conselho Indígena de Roraima) defendiam que só índios ficassem na área. Já a Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima) apoiava a permanência de não índios.

Arrozeiro destrói tudo antes de sair – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – 27/04/2009

Maior produtor da região, Quartiero faz arrastão em suas fazendas

O fazendeiro Paulo César Quartiero, maior produtor rural instalado no interior da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, decidiu adotar a política da terra arrasada. Insatisfeito com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a sua saída daquela área até quinta-feira, ele está disposto a não deixar nada em pé. Nenhuma casa, galpão, curral, rede de eletricidade, sistema de irrigação, nada que possa ser utilizado pelos índios, que, na sexta-feira, devem tomar posse das duas fazendas que ele possui naquela área – num total de quase 9 mil hectares.

Até o piso das construções está sendo revolvido.

Ontem à tarde, na Fazenda Depósito, que fica a cerca de 170 quilômetros da capital, Boa Vista, a movimentação era intensa.

De tempo em tempo, carretas enormes e fechadas, apropriadas para o transporte de gado, deixavam a fazenda, levantando nuvens de poeira. Levavam aos poucos o rebanho da raça canchim que Quartiero possui, com quase cinco mil cabeças.

Em outra parte, grupos de peões retiravam telhas, portas, esquadrias, estruturas metálicas, enfim, todo o material que pode ser aproveitado em outra obra. Logo atrás deles, vinha uma enorme retroescavadeira, derrubando parede se revolvendo pisos.

Quartiero é o maior produtor de arroz irrigado de Roraima, com índices de produtividade que se aproximam dos obtidos nos Estados do Sul. Ele também planta soja e cria gado.

Mas não possui títulos legais das terras que começou a ocupar no final dos anos 70 – e que agora foram declaradas terras indígenas, na conclusão do processo de demarcação da Raposa Serra do Sol.

Durante quase dez anos, Quartiero, ao lado de outros seis grandes produtores que estão dentro da área indígena, lutaram para reverter o processo e obter autorização legal para continuarem ali. Eles chegaram a bloquear estradas da região e queimar pontes, na tentativa de impedir que a terra fosse entregue aos índios.

O caso acabou no STF, que, no mês passado, determinou a saída de todos os não-indígenas do território da Raposa Serra do Sol – uma área com 1,7 milhão de hectares, dos quais apenas uma pequena faixa é ocupada pelos produtores rurais. Ontem, ao falar sobre a derrota, Quartiero desabafou: “Meu erro foi ter confiado na Justiça, foi ter confiado no Exército, que me disse ‘lute que nós apoiaremos’, mas não apoiaram”.

De acordo com as leis do País, ele não tem direito a nenhuma indenização pelas terras nas quais investiu pesadamente, devendo receber apenas pelas benfeitorias que fez. A avaliação foi feita por órgãos do governo, mas ele contestou o valor e se recusou a receber a primeira parcela, já depositada em juízo.

Com a decisão de destruir tudo, não deixando nada para os índios, ele cria uma nova frente de atrito com a Justiça e com o governo.

Quartiero já enfrenta ações na área ambiental. Técnicos da área ambiental que estiveram em sua fazenda o acusam de ter destruído matas ciliares, áreas de preservação permanente, além de ter poluído os rios. As multas chegam a R\$ 36 milhões. Ontem, indagado sobre a possibilidade de mais atritos com as autoridades federais, ele disse que preferia não comentar o assunto. Em outro momento, comentando a saída, disse: “Perdemos. Mas vamos sair de cabeça erguida.

Quem vai ficar aqui são os fundamentalistas da Igreja Católica (*numa referência ao Conselho Indigenista Missionário*), a serviço dos interesses internacionais.” ●

Senadores discutem regularização de terras na Amazônia – Sítio eletrônico da CNA – 28/04/2009

A medida provisória 458/08, que regulariza terras na Amazônia legal, está sendo discutida em audiência conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) disse esperar a aprovação da medida provisória, que, conforme lembrou, já havia sido prometida há seis anos. Ela criticou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que, em sua opinião, não tem competência para fazer a regularização fundiária e disse que o assunto deveria ser conduzido por uma agência como teria sugerido o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger.

“ Vamos dar o documento [título da terra] a quem precisa e depois pode-se usar as leis já existentes para se punir quem tem que ser punido”, afirmou a senadora. O senador Jayme Campos (DEM-MT) também defendeu a aprovação da MP. Segundo disse, a regularização fundiária é necessária para que os atuais ocupantes tenham acesso ao crédito oficial e possam continuar em suas atividades rurais, sem tem que abandonar a terra e se marginalizar nas periferias das cidades.

Para a senadora Marina Silva (PT-AC), a MP contém cláusulas importantes para assegurar o ordenamento territorial e evitar o uso desenfreado dos recursos naturais. Ela questiona, entretanto, a dispensa da vistoria nas propriedades. Marina Silva disse ser necessário entender que o desenvolvimento e a proteção do meio ambiente devem ser tratados de forma integrada. Ela disse ter apresentado sugestão para que a regularização se efetive para as propriedades de até quatro módulos fiscais, o que contemplaria 90% dos casos, segundo disse.

O presidente da CRA, senador Valter Pereira (PMDB-MS), observou que MP não atende aos critérios de urgência e relevância exigidos pela Constituição para edição desse instrumento do processo legislativo. A MP está em exame pela Câmara dos Deputados. Participam do debate representantes dos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), do Greenpeace, da Confederação Nacional dos Trabalhadores (Contag) e do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Mendes veta curso só para assentados - Mariângela Gallucci – Estado de São Paulo – Nacional- 28/04/2009

Ministro rejeita pedido do Incra de liberação de seleção para medicina veterinária em universidade gaúcha

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, confirmou que criar cursos especiais em universidades públicas para assentados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) contraria o que está disposto na Constituição.

Mendes rejeitou um pedido do Incra para que fosse liberado o processo de seleção dos interessados no curso de medicina veterinária na Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Ele concluiu que a iniciativa, criada por meio de um convênio entre o Incra, a universidade e a Fundação Simon Bolívar, favorece aos assentados em detrimento dos demais cidadãos.

“Tais dispositivos violam o estatuído no art. 206, I, da Constituição, que preconiza a igualdade de condições para o acesso e a permanência nas instituições de ensino.

Diversamente de outras ‘ações afirmativas’, nas quais apenas é destacado um percentual das vagas existentes – caso das ‘cotas’, cuja constitucionalidade é objeto de impugnação perante esta corte –, o convênio celebrado pela autarquia fundiária com a Universidade Federal de Pelotas interdita o acesso de outras pessoas ou grupos ao curso de graduação”, afirmou Mendes em sua decisão.

O ministro ressaltou que o fato de a escolha contar com a ingerência das lideranças dos assentamentos “revela-se em descompasso com a norma constitucional que determina o acesso aos níveis mais elevados do ensino segundo a capacidade individual”.

CURSOS SIMILARES

Mendes reconheceu em seu despacho a necessidade de ser oferecidas aos assentamentos condições favoráveis a seu desenvolvimento sustentável.

No entanto, ele disse que as providências para atingir essa finalidade não podem comprometer o que está definido na Constituição sobre ensino superior.

O presidente do Supremo acrescentou que existem cursos similares em outros Estados.

O STF terá de julgar em breve uma ação que definirá a constitucionalidade ou não da instituição de cotas para ingresso em universidades públicas.

Em uma palestra na Alemanha, Mendes defendeu a criação no Brasil de um modelo próprio de cotas para ingresso em universidades, que leve em conta aspectos étnicos, culturais, econômicos e sociais.

“O modelo de ações afirmativas não deve levar em conta apenas a raça ou a cor do indivíduo, mas sua situação cultural, econômica e social”, afirmou o ministro.

STF mantém suspenso curso para assentados - Carolina Brígido – O Globo – O País – 28/04/2009

Acordo do Incra com universidade do RS para acesso de beneficiários da reforma agrária é considerado inconstitucional

BRASÍLIA. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, decidiu ontem manter suspenso o curso de medicina veterinária criado na Universidade Federal de Pelotas para assentados do programa de reforma agrária do governo federal. Segundo a ação proposta pelo Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul contra o Incra, foi criado um processo de seleção voltado às famílias de assentados para o ingresso em turma exclusiva.

O Ministério Público sustenta que o sistema é inconstitucional, por afrontar o princípio da igualdade ao privilegiar apenas um grupo. Diante do argumento, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região suspendeu o curso. Ontem, Gilmar manteve a decisão, no julgamento de um recurso do Incra.

O curso foi criado por convênio celebrado entre o Incra, a universidade e a Fundação Simon Bolívar, de Pelotas.

Gilmar afirmou que o tema é complexo e “reclama a atenção de toda a sociedade, por envolver decisões fundamentais acerca dos rumos da universidade pública em nosso país”. Segundo o ministro, “a Constituição garante igualdade de acesso e permanência ao ensino público de qualidade conforme a capacidade de cada um. Impõe ainda que o acesso ao ensino seja realizado de modo isonômico”.

O curso era destinado a assentados e seus filhos. A inscrição no processo seletivo era condicionada à indicação do candidato pelo assentamento onde reside e à obtenção de carta de anuência do superintendente regional do Incra. “Tais dispositivos violam a

Constituição, que preconiza a igualdade de condições para acesso e permanência nas instituições de ensino”, escreveu Gilmar.

O ministro ainda detectou violação à autonomia da universidade, outra garantia constitucional.

“Causa perplexidade a participação do Incra e de ‘movimentos sociais’ na supervisão pedagógica. Ou seja, indivíduos não pertencentes aos quadros da universidade poderão influir de forma decisiva no programa do curso a ser ministrado”.

Gilmar afirma que não seria possível “sustentar a legitimidade da medida adotada pelo Incra e pela Universidade Federal de Pelotas”. E concluiu: “Apesar de se reconhecer a validade e a necessidade de se oferecer aos assentamentos condições favoráveis ao seu desenvolvimento sustentável, as providências adotadas para o atendimento dessa finalidade não podem ocorrer de maneira a comprometer o delineamento constitucional do ensino superior em nosso país”.

"A diminuição da violência no campo passa impreterivelmente pela Reforma Agrária" – Sítio Eletrônico do MST – 28/04/2009

Lugares onde desigualdades, contrastes e violência estão juntos e suscitam debates sobre políticas de mudanças. As regiões Norte e Nordeste do Brasil vivem essa realidade e, a partir dos mapas que precisou fazer para endossar sua tese, o professor Eduardo Girardi concluiu que é preciso realizar políticas especiais para que a situação mude. Dessa forma, ele se posiciona firmemente a favor da Reforma Agrária. “O objetivo da Reforma Agrária é contribuir para diminuir a pobreza, as desigualdades regionais e sociais do Brasil; ela é um problema com relações diretas com a questão ambiental e urbana. Juntamente com essas outras duas questões estruturais do país, a questão agrária se configura como uma etapa cuja transposição é indispensável para promover o real desenvolvimento do país”, afirmou durante a entrevista que concedeu, por e-mail, à IHU On-Line.

Eduardo Paulon Girardi é geógrafo pela Universidade Estadual Paulista, onde também obteve o título de doutor em Geografia. É autor do Atlas da questão agrária brasileira, disponível [neste link](#).

Confira [a entrevista](#).

Há alguns dias, levantou-se novamente a questão da necessidade da Reforma Agrária. Como o senhor vê esse debate no Nordeste? A Reforma Agrária é uma política necessária para a região?

A Reforma Agrária é necessária em todo o país e, para que seja efetiva, deve ser realizada em escala nacional. O Nordeste configura um caso prioritário. A Reforma Agrária na região

deve considerar principalmente a garantia de condições de produção e a renda mínima aos camponeses, os quais têm grande representatividade na população regional e também no conjunto do Brasil. Em 2000, a população que vivia no campo no Nordeste era de 14,8 milhões de habitantes e representava 30,9% da população total da região e 46,4% da população rural brasileira. Em 2006, havia no Nordeste 7,7 milhões de pessoas envolvidas em atividades laborais nos estabelecimentos agropecuários, sendo que neste conjunto 81,1% (6,2 milhões de pessoas) possuíam relação de parentesco com o produtor, o que indica a importância da agricultura familiar para a região. Se comparado com o total brasileiro, o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do Nordeste e que possui relação de parentesco com o produtor representa 48,6%.

Fragilidade da população

Tomados esses primeiros dados que demonstram a importância do campo nordestino para o Brasil e para a própria região. Vejamos alguns elementos que explicitam a fragilidade dessa população e a impulsionam a migrar forçadamente para a cidade ou para outras regiões do país, onde se emprega com baixos salários ou até mesmo os trabalhadores são escravizados (os dados dão conta de que 58,9% dos trabalhadores escravizados no campo brasileiro são naturais da região Nordeste). Quando analisado o Índice de Desenvolvimento Humano no Nordeste (IDH), embora tenha havido melhoria do índice entre 1990 e 2000, os menores índices do Brasil são verificados na região. Em 2004, o IBGE dava conta de que 58,9% da população do Nordeste (cerca de 29,8 milhões de habitantes) residiam em domicílios com algum tipo de insegurança alimentar. Entre a população urbana, esta taxa era de 56,5% (20,4 milhões de pessoas) e para a zona rural era de 65% (9,3 milhões de pessoas). Entre 1991 e 2000, o campo nordestino perdeu 1,9 milhões de habitantes, enquanto a região toda apresentou crescimento de 5,2 milhões de pessoas, indicando um intenso êxodo rural. Na década de 1990, a migração do Nordeste para outras regiões do país foi de 2,8 milhões de pessoas – a maior migração inter-regional verificada no país no período.

O principal fluxo foi em direção ao Sudeste (quase dois milhões de pessoas) e para o Centro-Oeste (434 mil pessoas) e Norte (381 mil pessoas). A migração para essas duas últimas regiões indica que cerca de 800 mil pessoas, por falta de alternativas, se destinaram à região da fronteira agropecuária em busca de terra ou trabalho, aumentando a pressão sobre a ocupação da Amazônia. A população economicamente ativa nas atividades agropecuárias no Nordeste é a que apresenta os menores rendimentos no contexto nacional. A tecnologia também é baixa no campo nordestino, já que se tomarmos o número de tratores, um indicador básico de tecnologia, somente 7,4% dos tratores do Brasil estão no Nordeste e apenas 8% dos estabelecimentos agropecuários da região possuem trator.

Contradições e desigualdades

Em relação à estrutura fundiária, a Zona da Mata, municípios do Vale do São Francisco,

oeste das Bahia e sul do Piauí apresentam índices de concentração da terra superiores à média regional, que já é alta. Isso quer dizer que as melhores áreas para a agricultura são também aquelas em que a concentração da terra é maior, o que mais uma vez contribui para a desarticulação da agricultura camponesa da região. Os imóveis de posse são significativos e sua distribuição no Nordeste apresenta uma disposição leste-oeste. No leste, predominam os pequenos imóveis de posse, cuja regularização contribui para fortalecer a agricultura camponesa; já no oeste, numa região que engloba o oeste da Bahia e o Sul do Piauí, predominam os grandes imóveis de posse, cuja regularização não serve à outra coisa senão fortalecer ainda mais o agronegócio monocultor que monopoliza esta região, não contribuindo para a Reforma Agrária. Também nesta porção leste predominam as terras exploráveis não exploradas, indício da ociosidade da terra.

É com base nesse conjunto de contradições e desigualdades que me baseio para defender a Reforma Agrária na região e, da mesma forma, no país. Esta é uma reforma fundamental que afetará diretamente este grande contingente de brasileiros pobres que resiste no campo ou quer nele se estabelecer e, por consequência, a reforma também contribuirá para a melhoria de vida da população urbana. O objetivo da Reforma Agrária é contribuir para diminuir a pobreza, as desigualdades regionais e sociais do Brasil; ela é um problema com relações diretas com a questão ambiental e urbana. Juntamente com essas outras duas questões estruturais do país, a questão agrária se configura como uma etapa cuja transposição é indispensável para promover o real desenvolvimento do país. O primeiro e imediato resultado de uma Reforma Agrária será a diminuição ou extinção da fome no Brasil, um dos maiores exportadores de gêneros agropecuários do mundo, mas com 13 milhões de desnutridos e 72 milhões sob condições de insegurança alimentar. Além de ajudar esses brasileiros a saírem desta condição degradante, a Reforma Agrária também contribuirá para a melhoria de vida de outros milhões que habitam o campo e a cidade.

Que tipo de políticas especiais o Nordeste necessita?

A questão agrária no Nordeste se configura principalmente pela baixa renda e baixa qualidade de vida da população rural. Esta condição incentiva o êxodo rural e a migração inter-regional, o que tem como resultado, na maioria das vezes, a superexploração da mão-de-obra desta população de migrantes. Assim, a Reforma Agrária no Nordeste deve se basear principalmente na garantia de condições para produção e de uma renda mínima aos agricultores. Para o primeiro objetivo, deve ser considerada a assistência técnica, crédito subsidiado para aquisição implementos, sementes e insumos, seguro agrícola e, no caso da região, a solução do problema da seca, seja pela transposição do São Francisco ou pela adoção de métodos alternativos com eficiência comprovada. É necessário dizer que a água deve ser priorizada para o consumo humano, animal e para as pequenas propriedades voltadas à produção de alimentos para consumo interno (na região ou no país).

Paralelamente, para garantir o escoamento dos alimentos produzidos pela agricultura

familiar, em regiões mais críticas, o Estado deve atuar na compra e distribuição de alimentos à população que sofre com sua falta, investindo em modelos de circuitos curtos de produção-consumo, o mais lógico para a realidade regional. As culturas destinadas à produção de agrocombustíveis não devem ser incentivadas em locais onde a irrigação é necessária, restringindo essas áreas à produção de alimentos de origem animal ou vegetal e sob um sistema que integre pecuária e agricultura. Um programa de garantia de rendimento mínimo e de seguro agrícola aos agricultores indispensável, vistas as características climáticas da região. As ações de Reforma Agrária devem ser centralizadas no Polígono das Secas, no Maranhão (pela peculiaridade de ser uma área de transição e por comportar componentes da fronteira agropecuária), e no oeste da Bahia e sul do Piauí, onde a reforma da estrutura fundiária deve ser procedida.

O Nordeste sempre será uma região mais voltada para o turismo e menos industrializada do que a região central do país?

A industrialização do Centro-Sul é fruto da coerência de ações do Estado e do capital industrial nacional e internacional. Historicamente está ligada à migração de capitais do setor agropecuário para o setor industrial, principalmente no estado de São Paulo. O Estado pode, através de uma política de ordenamento territorial, incentivar a instalação de parques industriais em qualquer área do território, basta ver o caso de Manaus. Contudo, é necessário que pensemos que a implantação de indústrias, ao contrário do discurso político predominante, não é a única solução para o problema do emprego; ela nunca conseguirá absorver toda a mão-de-obra disponível. Não há perspectivas de criação de muitas novas indústrias no país ou então de sua migração internacional em massa para o Brasil.

A criação de empregos no setor industrial é muito cara ao Estado, já que as empresas exigem a instalação de toda uma infra-estrutura de base, a renúncia fiscal por décadas e o incentivo através de empréstimos com dinheiro público. No Nordeste, a instalação de indústrias pode ser um dos elementos de um amplo projeto de desenvolvimento regional que precisa, em primeiro lugar, promover a estabilidade e qualidade de vida no campo, de forma que não reste aos camponeses em vias de desintegração unicamente a alternativa o êxodo rural e a procura, na maioria das vezes sem sucesso, de emprego na indústria ou no setor de serviços.

Reforma Agrária no Nordeste

Com a Reforma Agrária, poderão ser criadas pequenas agroindústrias para transformação dos alimentos a serem consumidos regionalmente, nacionalmente e, em caso de excesso, exportados. Isso assegurará a soberania alimentar da região e do país. A Reforma Agrária também contribuirá possibilitando que a grande massa de sem-terras da região tenha acesso à terra, ajudando assim mais uma vez a resolver o problema da falta de postos de trabalho. Neste contexto, a indústria certamente pode ainda contribuir para o aumento dos postos de

trabalho na cidade e para a atração de divisas para o país. Para isso, o Estado deverá investir em plantas para a transformação dos recursos naturais e agropecuários exportados, agregando valor. A criação de pólos de desenvolvimento tecnológico também deve ser considerada. Quanto ao turismo, é necessário lembrar que, no Nordeste, ele está concentrado na região litorânea. A criação de outros circuitos turísticos na região pode contribuir para o desenvolvimento no sentido amplo, mas será sempre restrita a algumas regiões, diferente da agropecuária. O mesmo ocorre para a indústria, pois seu impacto será sempre mais localizado e principalmente nas cidades.

O Nordeste e Norte são regiões onde a luta pela terra é forte e violenta. Que políticas o senhor vislumbra para resolver essa pendência?

Devido à diferença histórica da ocupação das duas regiões, a luta pela terra no Nordeste e no Norte apresenta particularidades. Em 2006, participaram de ocupações de terra no Nordeste cerca de 21 mil famílias, 35% do total nacional. Entre 1988 e 2006, o Nordeste foi a região que concentrou o maior número de famílias em ocupações de terra, com cerca de 340 mil famílias, ou seja, 32,4% do total nacional. Já a região Norte concentrou 8,1% do total Nacional, com cerca de 85 mil famílias em ocupações de terra.

No Nordeste, região onde a terra foi primeiramente apropriada privadamente no Brasil, ela já tem seus “donos”. Por isso, a luta pela terra na região está muito mais ligada à requisição de reforma de propriedades improdutivas ou cujos títulos são ilegais. Paralelamente, a região, com grande densidade populacional e penúria social, impele aqueles que almejam um pedaço de terra para produzir a lutar por ela. Por isso, as ocupações são mais significativas no Nordeste do que em qualquer outra região do país e se assemelha ao que verificamos no Centro-Sul. Já na região Norte, cuja apropriação privada da terra ainda está em marcha, as ocupações são menos numerosas do que em qualquer outra região do país, já que a possibilidade dos camponeses se tornarem pequenos posseiros não é tão remota nas regiões mais profundas da fronteira agropecuária, mesmo que no futuro as chances de serem expulsos da terra por grileiros sejam grandes. Além da denúncia de propriedades improdutivas ou com títulos questionáveis, a luta pela terra no Norte está também relacionada ao processo de grilagem recente das terras, quando grileiros expulsam os pequenos posseiros.

Luta antiga: a violência

O que relaciona a luta no Norte e no Nordeste é a violência contra trabalhadores rurais e camponeses, sendo o Maranhão, um estado de transição regional, o caso mais exemplar desta ligação. No Norte, os camponeses e trabalhadores rurais sofrem violência dos grileiros e fazendeiros contra as ações de ocupação de terra e também quando são expulsos pelos grileiros de suas pequenas posses. Já no Nordeste, a violência ocorre principalmente contra as ações de ocupação, quando os camponeses sem-terra são expulsos pelos

fazendeiros. A dimensão da violência contra trabalhadores rurais e camponeses pode ser observada nos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Entre 1988 e 2006, no Nordeste, se considerarmos a violência contra trabalhadores rurais e camponeses, foram 264 assassinatos, 1.120 ameaças de morte, 352 tentativas de assassinato, 103 mil famílias despejadas da terra e outras 22.579 expulsas por particulares. Outro tipo de violência no campo é o trabalho escravo, cujos casos em denúncias no Nordeste entre 1988 e 2006 totalizam 9.093 escravizados e os trabalhadores libertados pelo MTE de 1995 até 2006 foram 3.685. Como já afirmei, o trabalho escravo atinge o Nordeste porque a região é a principal origem dos trabalhadores aliciados, sendo o emprego do trabalho escravo mais significativo no Norte e Centro-Oeste. A região Norte, apesar de ter menos ações de ocupação de terra, é caracterizada por um campo mais violento do que aquele do Nordeste.

Os dados da violência contra trabalhadores rurais e camponeses na região Norte mostram que entre 1988 e 2006 foram 434 assassinatos, 1.321 ameaças de morte, 247 tentativas de assassinato, 38.078 famílias despejadas da terra e 7.755 expulsas. Quanto ao trabalho escravo, as denúncias à CPT contabilizam 27.144 trabalhadores escravizados e, entre 1995 e 2006, 8.278 trabalhadores escravizados que foram libertados pelo Ministério do Trabalho. A diminuição da violência no campo passa impreterivelmente pela Reforma Agrária.

O senhor afirma, em sua tese, que o Brasil pode continuar expandindo a produção agropecuária por um período de mais 20 anos, a uma taxa de 4% ao ano, sem precisar tocar na Amazônia. Para onde se pode expandir?

Realizei este cálculo com base nos dados de terras ociosas e desflorestamento na Amazônia Legal. Segundo este cálculo, em 2007 as terras exploráveis não exploradas da Amazônia Legal totalizavam 86,7 milhões de hectares, o que seria suficiente para que a agropecuária no Brasil se expandisse por mais 22 anos, mantendo-se a taxa de ocupação de terras de 4% ao ano, verificada entre os Censos Agropecuários de 1996 e 2006. Esta observação, porém, não considera as terras exploráveis não exploradas das outras regiões do Brasil, que em 1998 totalizavam 19,6 milhões de hectares, o que já poderia aumentar a projeção. Desta forma, unicamente pela utilização das terras ociosas, temos 22 anos para repensar a investida sobre a Amazônia e adotar modelos diferentes de desenvolvimento que dispensem a destruição da floresta.

Reformação da estrutura agrária e o papel social da terra

Esta perspectiva considera a manutenção da estrutura agrária brasileira, concentrada, com terras subutilizadas (como no caso do Nordeste, por falta de políticas que viabilizem a produção adequada), e com a manutenção do sistema de pecuária extremamente extensiva, cujas pastagens cobrem 48,6% da superfície dos estabelecimentos agropecuários (172,3

milhões de hectares contra 76,7 milhões de hectares de lavouras). Sendo assim, a previsão pode ser estendida com uma reforma agrária ampla, visto que ela deve contemplar um sistema de produção agropecuária que otimize os resultados obtidos pelos agricultores médios e pequenos, principalmente. Com isso, as terras subutilizadas em todo o país passariam a produzir mais, aliviando a pressão sobre a região Centro-Oeste e Norte. Em especial nessas duas regiões, a estrutura agrária deve ser reformada e o papel social da terra deve ser a premissa adotada, tornando as terras já desflorestadas produtivas e extinguindo a especulação fundiária, sendo que o mesmo deve ocorrer para as outras regiões do país. É importante ressaltar que esta melhoria no sistema técnico deve procurar alternativas ao modelo do agronegócio, buscando outros métodos com comprovada eficiência. A difusão dessas práticas com assistência técnica aos agricultores camponeses é fundamental para a reforma agrária no Brasil.

Assim, a Reforma Agrária necessária deve priorizar os camponeses, dando-lhes condições de permanecer ou de entrar na terra. O fornecimento de condições adequadas para a produção é indispensável para que a reforma tenha sucesso. Obviamente, a grande produção não irá desaparecer, pois a dimensão do país permite a existência de ambas. O que deve haver é equidade de possibilidades entre esses dois modelos, para o que é necessário dar atenção à agricultura camponesa, já que ela se encontra em desvantagem. A maior importância da agricultura camponesa ocorre porque ela é a única que pode, comprovadamente, ajudar a resolver os problemas sociais no Brasil. No conjunto geral da Reforma Agrária, a garantia de alimentação aos consumidores pobres e o estabelecimento da soberania alimentar do país devem ser priorizadas como parte de uma Reforma Agrária ampla.

Deputado vê cenário de terrorismo em ação de milícias no Paraná – Sítio Eletrônico do MST – 28/04/2009

O deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR), membro da Frente Parlamentar da Terra no Congresso Nacional, disse que o cenário no acampamento Sem Terra Oito de Março, na Fazenda Videira, em Guairaçá, Noroeste do Paraná (526 km de Curitiba), é típico de um atentado terrorista.

Na noite da última terça-feira (21/4), às 22 horas, cerca de dez homens armados efetuaram disparos e atearam fogo em cinco barracos do acampamento, que foram totalmente destruídos. As dezenas de famílias que vivem no local, todas integrantes do MST, conseguiram se refugiar num barracão de alvenaria durante a ação criminosa. Não houve feridos.

"O relato dos Sem Terra é de que quase toda semana os capangas cercam e atiram contra o

acampamento", afirma Dr. Rosinha, que no último fim de semana vistoriou o local, na companhia do ouvidor agrário no Paraná, Vinícius Oliveira, e do deputado estadual Professor Lemos (PT).

"O que vimos no acampamento é um cenário de verdadeiro terrorismo", aponta o deputado federal. "Vamos cobrar das autoridades policiais e do Ministério Público uma investigação mais profunda, para que os responsáveis e mandantes sejam identificados e punidos."

A polícia recolheu no local 12 cápsulas deflagradas de revólveres calibres 38 e 22.

As famílias sem-terra denunciaram que os pistoleiros já mataram um cavalo e uma porca dentro do acampamento, além de terem cortado fios de luz e derrubado um poste. Sem energia elétrica, os sem-terra não têm como bombear água nem como irrigar suas plantações.

Os parlamentares e o ouvidor do Inca no Estado reuniram-se na tarde de sábado (25/4) com o juiz federal Braulino Mata Oliveira Júnior, de Paranavaí. "Levamos ao magistrado a nossa preocupação com a segurança das famílias que vivem no acampamento com muitas crianças e o convidamos a visitar a área", informa Dr. Rosinha.

O deputado federal petista também telefonou para o secretário estadual Luiz Fernando Delazari (Segurança Pública), e pretende debater o caso com o governador Roberto Requião (PMDB). "Sinto que o promotor da Comarca de Terra Rica está muito displicente, parece que está esperando haver uma vítima fatal para agir."

Dr. Rosinha foi informado pelos sem-terra que o escrivão da Delegacia de Terra Rica se recusou a registrar o fato de o caminhão que transporta os pistoleiros pertencer à Usina de Álcool Santa Teresinha Ltda.

Sobre a fazenda

Com mais de 1,2 mil hectares, a Fazenda Videira foi ocupada pelo MST em março de 2007. Antes, em dezembro de 2006, ela foi desapropriada por decreto presidencial para fins de reforma agrária, por ser considerada improdutivo.

Como os herdeiros contestam a desapropriação na Justiça, o Inca não pode iniciar a perícia para definir o valor a ser pago aos proprietários e iniciar o projeto de assentamento rural. Nos últimos dois anos, a Ouvidoria do Inca registrou pelo menos 12 conflitos entre pistoleiros e sem-terra no local.

Em outubro de 2007, uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados abordou em Curitiba a atuação de milícias privadas contra o MST no

Estado. Um dos casos denunciados pelo movimento naquela ocasião foi justamente o da
Fazenda Videira, em Guairacá.

Ligada ao grupo Usaçúcar e pertence a família Meneguetti, a usina arrendava a área, de propriedade da empresária Laci Dagmar Zoller Ribeiro e filhos. Uma ação policial de busca e apreensão localizou, em setembro de 2008, uma grande quantidade de munições, cartuchos e uma pistola calibre 9 milímetros no apartamento do filho da proprietária, em Curitiba.

(As informações são do endereço www.drrosinha.com.br)

CPT divulga o relatório Conflitos no Campo de 2008 – Sítio Eletrônico do MST – 28/04/2009

Nesta terça-feira (28/4), a CPT (Comissão Pastoral da Terra) divulgou os dados dos conflitos e da violência no campo brasileiro, relativos ao ano de 2008. O lançamento foi realizado, na Vila Kotska, em Itaiaci, Indaiatuba (SP), onde se desenrola a 47ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Estiveram presentes ao lançamento a nova presidência da CPT e pessoas da nova coordenação nacional, eleita no último dia 18, o Conselheiro Permanente, Dom Tomás Balduino, além de outros bispos. Também participaram do lançamento o professor da UFF (Universidade Federal Fluminense), Carlos Walter Porto Gonçalves.

Numa visão geral o número de conflitos no campo teve uma queda acentuada, mantendo-se igual, porém, o número de pessoas assassinadas, 28. Esse dado sinaliza para o aumento da violência, pois, em 2007, computava-se uma morte para cada 54 conflitos, já em 2008, há uma morte para cada 42 conflitos. Os dados mostram ainda que 72% dos assassinatos em conflitos no campo aconteceram na Amazônia e que mais da metade dos conflitos atingem diretamente as populações tradicionais, deixando claro o interesse do capital sobre os territórios ocupados pelas mesmas.

2008 foi marcado por uma nova onda de criminalização dos movimentos sociais do campo e de suas lideranças. Essa investida se deu nas diferentes esferas do poder público. Em alguns estados, houve repressão violenta por parte da polícia. No legislativo, tanto no âmbito dos estados, quanto no âmbito federal proliferaram ataques aos movimentos. Mas, sobretudo, foi na esfera do poder Judiciário que se sentiu de forma mais dura esta tentativa de criminalização. O destaque para este ataque sistemático aos movimentos fica com o Rio Grande do Sul, onde além da truculência da polícia e das medidas judiciais, entra em cena o MPE (Ministério Público Estadual), cujo Conselho Superior chegou a propor nada mais, nada menos do que a extinção do MST.

O professor Carlos Walter Porto Gonçalves atribui a essa ação do poder público, o crescimento de todos os índices de violência contra os trabalhadores do campo no estado do Rio Grande do Sul. O jurista Jacques Távora Alfonsin, ao analisar as ações do MPE, diz de forma magistral, que “por uma síndrome medrosa e preconceituosa, todo o povo pobre ativo - como são os sem-terra que defendem seus direitos - é visto como perigoso e tendente a praticar crimes. A mídia, com raras exceções, se encarrega de alimentar esse preconceito, ao ponto de invadir cabeça e coração de administradores públicos, juízes e formadores de opinião.”... “É de se questionar como muito estranha, portanto, a ‘escolha’ que os promotores gaúchos fizeram no sentido de perseguir, exatamente, essa gente. Em nome do que entenderam fosse o ‘respeito à lei’, esqueceram os riscos que corre a nossa soberania, a cidadania e a dignidade humana”.

No ato do lançamento foram apresentados, ainda, números de ameaçados de morte, de tentativas de assassinato, de expulsões, despejos judiciais, ocupações, trabalho escravo, dentre outros.

Saiba mais sobre o relatório em <http://www.cptnac.com.br/>

Gilmar Mendes mantém veto à criação de turma de assentados em universidade –
Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Política – 28/04/2009

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, negou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a suspensão de uma decisão judicial que impede a criação de uma turma especial de assentados no curso de medicina veterinária da Universidade Federal de Pelotas (RS).

Em longa argumentação, Mendes manteve decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, e afirmou que o convênio celebrado entre o Incra, a universidade e a Fundação Simon Bolívar desrespeitou os princípios constitucionais da isonomia e da autonomia universitária.

Quando analisou a violação do princípio da autonomia universitária, o presidente do Supremo disse que causa "perplexidade" a participação do Incra e de movimentos sociais na supervisão pedagógica do curso.

Mendes ressaltou que o fato de os participantes serem escolhidos pelas lideranças dos assentamentos também ignora norma constitucional que determina o acesso aos níveis mais elevados do ensino segundo a capacidade individual. Além disso, o ministro afirmou que "abre a possibilidade de ingerência política e de arbitrariedade na escolha dos graduandos".

Igualmente inconstitucional, na visão de Mendes, é a violação do princípio da isonomia. Isso porque os assentados estariam recebendo privilégio ao terem acesso facilitado ao disputado curso de medicina veterinária de universidade pública.

Os prejudicados, de acordo com o presidente do Supremo, são "todos os demais cidadãos brasileiros, ricos ou pobres, que pleiteiam vagas nas instituições públicas de ensino superior, devendo, para tanto, submeter-se ao fatigante e complexo processo seletivo".

A assessoria do Incra informou que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) tem vestibulares diferenciados para cursos superiores, mas respeita critérios objetivos de seleção.

Segundo o instituto, o objetivo é permitir que o estudo seja compatibilizado com o trabalho no campo. Isto justificaria a necessidade de condições especiais.

De acordo com o Incra, o Pronera tem dez anos e já beneficiou cerca de 450 mil assentados, da alfabetização aos cursos de pós-graduação.

Atualmente, tem 54 mil estudantes em 134 cursos. Com relação aos 32 cursos superiores do programa, o governo tem registro de 3.504 alunos inscritos. São 47 convênios com universidades federais, estaduais e escolas técnicas de nível médio.

Delegado indícia dois do MST por execuções - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 29/04/2009

Eles são acusados pela morte de vigias de fazenda em Pernambuco Movimento dos Sem-Terra (MST) foram indiciados por homicídio qualificado, concurso material, formação de quadrilha e porte ilegal de arma, no inquérito concluído ontem pela Polícia Civil. Eles são acusados da execução de quatro seguranças da Fazenda Consulta, em São Joaquim do Monte, no dia 21 de fevereiro.

Outros quatro integrantes do MST foram citados por coautoria e formação de quadrilha.

Dos seis, três estão presos. Os três foragidos estão com pedido de prisão preventiva decretada.

O inquérito também indiciou o segurança Donizete Oliveira Souza, único sobrevivente, por porte ilegal de arma. Ele não teve, porém, pedida sua prisão.

Os seguranças João Arnaldo da Silva, José Wedson da Silva, Rafael Erasmo da Silva e Vagner Luiz da Silva foram baleados na cabeça e no tronco. "As perfurações foram todas em regiões letais, o que indica crime de execução", avalia o delegado Luciano Francisco Soares, que preside o inquérito. Os presos, apontados como coautores por terem

ajudado os assassinos e dado cobertura na fuga, estão no presídio Juiz Plácido de Souza, em Caruaru. São eles: Aluciano Ferreira dos Santos, Paulo Alves Cursino e Severino Alves da Silva.

Os foragidos são Antonio Honorato da Silva e Homero Severino da Silva, apontados como os executores, e Luiz Vagner Siqueira, também coautor. A conclusão do inquérito foi entregue ao Ministério Público de São Joaquim do Monte, que deve oferecer denúncia à Justiça.

Por sua assessoria de imprensa, o MST – que assumiu as mortes – disse que só se pronuncia sobre o assunto depois de ter acesso ao inquérito.

CHACINA

A chacina ocorreu duas semanas depois da 11ª reintegração de posse da Fazenda Consulta, área reivindicada pelo MST há cerca de 10 anos. Despejados, os sem-terra se abrigaram nas proximidades da propriedade, com o objetivo de reocupá-la. Eles haviam tirado fotografias dos cinco seguranças da fazenda na operação de despejo.

Ao tomar conhecimento das imagens, os seguranças foram atrás dos sem-terra.

Houve bate-boca. Na sequência, Honorato e Homero dispararam contra os seguranças.

Dois deles morreram na hora e três fugiram, mas foram perseguidos e alcançados.

Somente Donizete conseguiu escapar com vida.

O delegado justificou a demora de dois meses e um a semana para concluir o inquérito porque aguardava um laudo do Instituto de Criminalística para comprovar que os 12 projéteis retirados dos 4 cadáveres não coincidiam com os calibres das armas usadas pelos seguranças. Ontem ele decidiu entregar o inquérito sem o laudo do IC que deverá ser anexado ao inquérito quando ficar pronto.

Caem conflitos, mas não total de mortes, diz CPT O número de conflitos no campo foi de 1.538, em 2007, para 1.170, em 2008, mas a Comissão Pastoral da Terra (CPT) não comemorou essa queda, ao apresentar um relatório sobre a violência rural, ontem à tarde, na Assembleia- Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Indaiatuba (SP).

“O total de assassinatos se manteve inalterado, 28”, disse o presidente da CPT, d. Ladislau Biernaski, de São José dos Pinhais (PR). O Pará é campeão em assassinatos – o número subiu de 5 para 13.

O relatório responsabiliza o agronegócio e a falta de reforma agrária pela violência.

●

JOSÉ MARIA MAYRINK

Reserva corta ‘raízes’ de casal – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 29/04/2009

Pecuarista terá de deixar seu lar após 82 anos ara algumas famílias de Roraima, a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol tem o amargo gosto das diásporas. É o caso da família de Adolfo Esbell.

Ele nasceu 82 anos atrás numa casinha às margens do Inamará, igarapé de água escura e fresca que corre no sopé das montanhas que separam o Brasil da Guiana, no norte de Roraima.

O pai era venezuelano e a mãe, brasileira, de origem indígena. Ali cresceu, casou, teve 16 filhos, criou gado, cultivou arroz e feijão, fincou raízes que sonhou serem para sempre.

Seu sonho desmoronou, porém, no último dia 25.

Foi quando o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua e deu prazo de pouco mais de um mês para todas as famílias não-indígenas saírem da área, levando seus pertences. O nome de Esbell figurava na lista dos expulsos.

O prazo de saída vence amanhã.

Mas, até ontem à tarde, Esbell e a esposa, Zilda, de 80 anos, não haviam mudado nada na rotina da área herdada dos pais e que tem 320 hectares.

No final da tarde, o rebanho de 150 cabeças de gado já estava recolhido. Ao escurecer, alguns dos filhos, que moram na cidade de Normandia, a dois quilômetros dali, foram visitá-los.

“Aqui é o meu lugar, o lugar do meu gosto, o lugar onde quero ficar, onde moram meus filhos”, disse Esbell.

“Sempre me dei bem com os índios, eles não têm nenhuma queixa de mim. Foi aqui que conheci minha mulher, de quem eu gosto cada dia mais. Nesta quarta feira faz 60 anos que estamos juntos.”

As instituições do governo que estão cuidando da remoção dos não indígenas ofereceram a Esbell R\$ 134 mil de indenização pelas benfeitorias da fazenda e uma área de 280 hectares, num assentamento da reforma agrária, a quase duas centenas de quilômetros dali. É um lugar de difícil acesso, estradas precárias, sem luz elétrica. “Nem fui ver. Pelo que me disseram, não é lugar para mim”, disse ele. No domingo passado, ao visitar Esbell, o deputado Fernando Gabeira (PVRJ) ficou impressionado com sua história. Foi ele quem inspirou o deputado a encaminhar um pedido ao STF para que dê mais tempo para a saída das pessoas com mais de 80 anos que vivem na reserva.

Sobe número de assassinatos no Norte, diz CPT – Folha de São Paulo – Brasil – 29/04/2009

O número de assassinatos relacionados a conflitos agrários no Norte cresceu 80%, segundo dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra) sobre violência no campo. Foram 18 mortes em 2008, contra 10 em 2007, só na região. A CPT registrou 28 mortes em conflitos em 2008 em todo o país, o mesmo número de 2007.

Segundo a comissão, todos os assassinatos foram provocados "pela ação direta do poder privado", com grupos armados de seguranças particulares.

Polícia indícia 7 por conflito em fazenda em PE – Folha de São Paulo – Brasil – 29/04/2009

A Polícia Civil de Pernambuco indiciou ontem seis sem-terra ligados ao MST e um segurança suspeitos de envolvimento nas quatro mortes ocorridas no sábado de Carnaval, durante conflito numa fazenda em São Joaquim do Monte (134 km de Recife). Os dois sem-terra apontados como autores dos tiros que mataram os seguranças foram indiciados sob a acusação de homicídio qualificado, formação de quadrilha e porte ilegal de arma. O MST informou que só se manifestará após ter acesso ao inquérito.

Polícia: MST agiu como grupo de extermínio - Letícia Lins – O Globo – O País – 29/04/2009

Inquérito sobre chacina m Pernambuco indícia seis militantes sem-terra

RECIFE A Polícia Civil de Pernambuco enviou ontem o inquérito sobre o assassinato de quatro seguranças de uma fazenda no interior do estado, com o indiciamento de sete pessoas por participação na chacina, seis delas sem-terra. Os integrantes do MST foram indicados por formação de quadrilha, homicídio qualificado e porte ilegal de arma, entre outras acusações.

Segundo o delegado delegado de São Joaquim do Monte, Luciano Francisco Soares, que comandou a investigação, os semterra agiram de forma premeditada e com características de grupos de extermínio. Um dos vigilantes da fazenda Jabuticaba, vizinha à Consulta, onde ocorreu o crime, foi enquadrado por porte ilegal de arma.] A chacina foi no sábado de carnaval, durante discussão com seguranças da fazenda Consulta — a 137 quilômetros de Recife — e chefes de um acampamento do MST. Na época, o coordenador regional do MST, Jaime Amorim, afirmou que os sem terra “mataram para não morrer” e que agiram em legítima defesa. Mas, segundo o delegado, o crime foi premeditado e as vítimas foram baleadas na cabeça e no tórax.

— Os tiros foram desferidos em áreas letais, com características mesmo de execução, uma atividade típica de grupo de extermínio.

Não houve legítima defesa — disse o delegado.

Dois líderes do MST foram presos em flagrante: Pedro Alves e Aluciano Ferreira dos Santos, que estão na Penitenciária Plácido, em Caruaru. Ontem, mais um acusado foi preso: Severino Alves da Silva. Três sem-terra estão foragidos: Antônio Honorato da Silva, Homero Severino da Silva e Luiz Wagner Siqueira.

Clima tenso marca véspera da desocupação de terra indígena – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 29/04/2009

A proximidade do prazo final para a retirada de fazendeiros, pecuaristas e moradores "não-índios" da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, acirrou os ânimos e criou um clima tenso na região. A federação estadual das associações de moradores promete fechar a BR-174 e ocupar os prédios de Incra, Ibama e Funai na capital Boa Vista se houver retirada à força pela Polícia Federal e a Força Nacional. E parte dos produtores de arroz, liderados pelo gaúcho Paulo César Quartiero, promete resistir e permanecer nas fazendas situadas dentro da terra indígena. A PF informa que controla a delicada situação com 300 agentes na reserva.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em março, pela demarcação em área contínua da reserva de 1,7 milhão de hectares, equivalente a 12 municípios de São Paulo. Os ministros da Corte também determinaram a saída dos "não-índios" da área até amanhã. A decisão colocou em conflito os fazendeiros e dois grupos de índios, um favorável à permanência dos "não-índios" e outro contrário aos "invasores" da terra. A situação piorou desde que o governo federal prometeu, e não cumpriu, indenizar e reassentar quem fosse retirado da reserva. Ainda não há áreas aptas e disponíveis para acolher os "desocupantes" e os valores pagos pela União são contestados na Justiça por produtores, pecuaristas e moradores da área.

Integrante do "Movimento Pró-Roraima", que reúne lideranças e empresários da indústria, comércio e agricultura, a Federação das Associação de Moradores de Roraima (Famer) prepara uma reação. "Se houver a prisão de algum morador dentro da reserva, a gente fecha o acesso ao Estado", avisa o presidente da Famer, Faradilson Mesquita. "Essa é a posição da sociedade roraimense. Não tem como haver essa retirada total até dia 30 (amanhã)". Para ele, o STF agiu de maneira "intransigente" e faltou "bom senso" para evitar o acirramento dos ânimos. "A Justiça tinha que fazer uma reunião com o governo estadual, com as partes interessadas e decidir sobre retirada e reassentamento dentro de um prazo aceitável", afirma.

Mesquita, cujas ligações políticas incluem o líder arroteiro Quartiero e o deputado Marcio Junqueira (DEM-RR), afirma que o problema mais grave é retirar os pequenos produtores e os moradores "não-índios". "Os grandes produtores já saíram. O Quartiero vai plantar na Guiana. Mas tem o impacto social em pessoas que moram no interior e terão que se adequar para viver na periferia e viver do Bolsa Família", afirma.

Uma comissão do Congresso tentou intermediar uma solução alternativa, como estender o prazo até a colheita do arroz e a retirada total das 10 mil cabeças de gado da terra

indígena. Mas o ministro Carlos Ayres Brito, relator do caso no STF, disse ontem que o prazo está mantido. "Se algo de ruim acontecer lá, e tomara que nada aconteça, a culpa será do ministro e do presidente Lula", disse o deputado Marcio Junqueira. A comissão deve voltar hoje a Roraima para acompanhar as ações de retirada da PF.

Principal opositor da retirada, Paulo César Quartiero diz que resistirá. "Vou ficar na fazenda, esperar a polícia chegar e me levar preso. Só saio de lá dessa forma", promete o ex-prefeito de Pacaraima, eleito pelo DEM. "E o pior é que até agora não apareceu ninguém para nos notificar". Ele informa ter retirado "100 carretas" com equipamentos, insumos, gado e material de construção de suas duas fazendas na reserva. "E ainda falta metade do gado", afirma. "Esse prazo é inviável, inclusive pela colheita do arroz e a retirada do gado", reclama. Quartiero, que já foi preso pela PF em um episódio de confronto com os índios, diz que o governo não cumpriu sua parte. "Nada foi feito. E não tem para onde ir porque o governo não indenizou e não deu outra área", afirmou. Segundo ele, o Ibama o multou ontem em R\$ 20,5 milhões por danos ambientais na Fazenda Providência. Antes, ela já tinha sido multado em R\$ 36 milhões. "Eles avaliaram meu arroz em R\$ 900 mil, mas vale pelo menos R\$ 3 milhões. É o roubo legalizado."

Entre os arroteiros ainda há os que pensam em resistir – Valor Econômico – Brasil – 29/04/2009

A dois dias da data-limite estabelecida pela Justiça para a saída pacífica dos não-índios da terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, produtores de arroz e famílias de agricultores se dividem entre a resignação em deixar a área e a disposição, ao menos declarada, de ainda resistir ao cumprimento da determinação judicial. Em comum entre eles existe apenas o sentimento de que foram punidos indevidamente no processo que resultou na demarcação em faixa contínua da reserva, de 1,7 milhão de hectares. A decisão foi confirmada no mês passado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Todos os produtores de arroz estão retirando seus pertences das fazendas que ficavam na área demarcada. Mas o fazem em ritmo distinto. O produtor Paulo César Quartiero, que protagonizou o movimento de resistência dos não-índios ao longo de todo o processo, tem duas fazendas e diz que só será possível desocupar até o dia 30 uma delas, a Fazenda Depósito, de 4,5 mil hectares. Na outra, a Fazenda Providência, de 5 mil hectares, Quartiero alega ter 400 mil hectares plantados à espera da colheita e quase 5 mil cabeças de gado. Por isso, ele garante que estará lá normalmente no dia 1º de maio, de onde só sairá obrigado pela Polícia Federal (PF). Trezentos agentes estarão a postos para uma eventual desocupação forçada.

Quartiero quer permanecer na reserva pelo menos até o fim de maio, para que possa colher algo em torno de 60 mil sacas e terminar de encaminhar o gado até a fazenda de um amigo. A possibilidade de deixar a plantação e o material sob a custódia provisória do governo federal, colocada pelo ministro do STF Carlos Ayres Britto, não é sequer cogitada pelo produtor. "Se eu tirar as bombas, o arroz morre. A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) avaliou minha plantação em R\$ 900 mil, mas vale pelo menos R\$ 3,5 milhões. Como vou concordar com isso?", perguntou.

O pátio da usina do Arroz Acostumado - marca de Quartiero - no Distrito Industrial de Boa Vista está lotado de máquinas agrícolas e equipamentos de irrigação retirados da Fazenda Depósito. O produtor também mandou destruir a sede e os galpões que existiam na fazenda.

Igualmente decepcionada com a decisão judicial, a família Barilli, dona da fábrica do Arroz Tio Ivo, adotou posição diferente. Já retiraram praticamente tudo da Fazenda Tatu, de 9 mil hectares, e estão à procura de outras áreas em Roraima onde possam retomar as plantações. O maquinário foi todo levado para um galpão alugado em Boa Vista. "Não vamos fazer nenhuma resistência. Embora não concordemos, vamos cumprir indignados o que a lei superior determinou", afirmou Regina, esposa do produtor Ivo Barilli.

Em relação às benfeitorias feitas na fazenda, a posição do casal também não será a mesma de Quartiero. "Não vou derrubar. Não tenho coragem de destruir algo que construímos com o nosso suor. Mas ainda acredito na justiça divina, que possa haver um revertério nessa questão", disse Regina.

O presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima, Nelson Itikawa, adotou postura semelhante à da família Barilli. A desocupação das fazendas Carnaúba e Vizeu, que juntas somam 7 mil hectares, está nas últimas providências e as benfeitorias serão mantidas. "Eu não vou derrubar, foram feitas em alvenaria. Pode ser que seja útil para alguém", afirmou.

Justiça avisa que vai tirar à força arroteiro que não deixar reserva - Mariângela Gallucci – Estado de São Paulo – Nacional – 30/04/2009

Não-índios têm até meia-noite de hoje para deixar área; presidente do TRF vai a Roraima acompanhar 'despejo'

Os não-índios têm até a meia noite de hoje para sair da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Se o prazo, estipulado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), for descumprido, eles serão retirados à força."

É igual a uma ação de despejo”, comparou o presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, Jirair Meguerian, encarregado pelo STF de ser o executor da decisão que determinou a retirada dos não índios da reserva.

Meguerian viajou ontem para Roraima a fim de acompanhar a desocupação.

Ele já esteve na área por duas vezes, em março e abril, explicando a decisão para os arrozeiros e índios.

Meguerian não acredita que haverá violência na retirada. Mas, se houver resistência com violência, homens da Força Nacional e da Polícia Federal agirão.

“O prazo para a desocupação voluntária se encerra amanhã (*hoje*). Acredito em uma saída pacífica”, afirmou Meguerian ontem à tarde, horas antes de embarcar para Boa Vista.

“Quem não sair será procurado pela Funai ou por mim para que se retire.”

Segundo o presidente do TRF, 23 famílias terão de deixar a reserva indígena.

Doze poderão permanecer porque têm ligações de casamento com índios.

“Tenho certeza de que tudo será resolvido com o convencimento”, repetiu Meguerian. Foi aberta uma exceção para religiosos que atuam na área.

Ao justificar a medida em portaria assinada na terça-feira, Meguerian disse que há “a necessidade de evitar traumas socioreligiosos nas comunidades indígenas”.

Segundo a portaria, os religiosos que já estavam atuando na reserva no dia 19 de março poderão permanecer no local pelo prazo de 90 dias para que possam regularizar sua situação perante a Funai.

Parte das famílias que terão de deixar a área vai ser acomodada em casas populares e em assentamentos do programa de regularização fundiária. As plantações de arroz estão sendo avaliadas. O produto deverá ser colhido em maio e quem plantou deverá ser indenizado, informou Meguerian. O presidente do TRF disse que muitos produtores já retiraram o gado que mantinham na região.

O processo de demarcação da Raposa Serra do Sol teve intensa disputa judicial.

Depois da sessão do STF, em março, o presidente da corte, Gilmar Mendes, afirmou que o julgamento foi “histórico”.

Segundo ele, apesar de a Justiça ter analisado vários processos sobre a demarcação, no julgamento do STF ocorreu a análise mais aprofundada.

Tivemos a oportunidade e fixamos um estatuto que deve ser aplicado não só ao caso de Raposa Serra do Sol, mas também aos demais processos de demarcação, inclusive aos processos em curso”, disse Mendes.

Esse estatuto é composto de 19 condições. Entre elas, o tribunal estabeleceu que áreas já demarcadas não serão mais revisadas, independentemente de o processo ter ocorrido antes ou depois da Constituição de 1988. Os ministros concluíram também que o usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras pode ser relativizado sempre que houver relevante interesse da União.

Multas a arroteiros já somam R\$ 40 milhões - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 30/04/2009

Autuações na terça-feira foram por desrespeito a normas ambientais

Com o fim do prazo hoje para a saída voluntária dos não-índios da reserva Raposa Serra do Sol, começa na madrugada de amanhã a Operação Upatakon 3, que consiste na retirada forçada dos que permanecerem na área. A ordem recebida é para retiraras pessoas e, mais tarde, as benfeitorias e animais.

Deverão ser mobilizados cerca de 400 homens da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança.

Caminhões e vans serão enviados hoje a diversos pontos daquele território, fazer o transporte dos chamados intrusos (daí o nome de operação de desintrusão). Apesar de o Tribunal Regional Federal estimarem 23 as famílias que terão de deixar a reserva, pelas contas da Fundação Nacional do Índio (Funai) elas são 47.

O superintendente da Polícia Federal em Roraima, delegado José Maria Fonseca, também planejou montagem de três bases policiais dentro da área indígena, para evitar conflitos. Logo atrás dos policiais, grupos de fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Agência Nacional de Águas (Ana) também adentrarão o território da Raposa Serra do Sol.

Sua missão será intensificar os levantamentos sobre danos ambientais, especialmente nas fazendas mantidas pelos sete grandes produtores de arroz que ali mantinham plantações.

As multas aplicadas pelos órgãos ambientais aos arroteiros já atingem níveis astronômicos.

Na terça-feira, três deles foram autuados em R\$ 40,8 milhões por desrespeito a normas de preservação do meio ambiente.

Em maio do ano passado, a mesma instituição havia lançado outros R\$ 30,6 milhões em multas, pelos mesmos motivos.

O mais atingido foi o fazendeiro Paulo César Quartiero, maior produtor de arroz do Estado: suas multas chegama quase R\$ 50 milhões.

RECURSO

Apesar do alto valor, nenhum real foi pago até agora.

Os rizicultores recorreram à Justiça no ano passado e vão recorrer agora, segundo o seu advogado, Luiz Valdemar Albrecht. “Todas as lavouras tinham licenciamento ambiental, concedido pelo órgão estadual de fiscalização do meio ambiente”, explica ele. O coordenador de operações do Ibama em Roraima, Benjamin da Luz, contesta o advogado.

Segundo ele, os arroteiros avançaram sobre terras para as quais não dispunham de autorização ambiental. “Ainda existem fazendas que precisam ser fiscalizadas.”

A disputa sobre danos ambientais é uma pequena parte do problema. Até ontem continuava sem solução a questão da colheita de quase 500 hectares de arroz que estão na fase final de maturação. Seria necessário estender por mais 20 dias, pelo menos, o prazo de saída da terra indígena para que pudesse ser colhido.

Segundo o deputado Marcio Junqueira (DEM-RR), que se opôs à demarcação e márea contínua e hoje pede mais prazo para a retirada dos não-indígenas, o prazo dado pelo STF foi curto demais. “Isso mostra o desconhecimento da realidade daqueles produtores”, afirma.

Juiz vai acompanhar saída de não índios da Raposa – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 30/04/2009

Magistrado poderá autorizar eventual pedido de prisão de quem descumprir ordem do STF

Líder dos arroteiros afirma que só sai da terra indígena com uma ordem judicial; PF comandará a operação ao lado do presidente do TRF-1

O presidente do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), Jirair Meguerian, vai acompanhar, em Pacaraima (RR), a saída de não índios da terra indígena Raposa/Serra do Sol. Hoje termina o prazo dado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para que arroteiros e não índios deixem a reserva. Segundo a Polícia Federal, Meguerian pode até analisar pedidos de prisão contra quem desrespeitar a ordem de saída do local. O plano é agilizar o processo de retirada. Responsável pela operação de saída dos não índios, a PF diz que, se for necessário, mandará pedidos de prisão ao juiz, que imediatamente irá analisar os casos. O presidente do TRF deve ficar no Estado até o dia 8. Em março, o Supremo confirmou a decisão do governo federal que, em 2005, homologou a reserva indígena de forma contínua -sem permitir dentro dela terras de não índios. O delegado José Maria Fonseca, da PF de Roraima, afirmou que "tudo será feito com critério". "Mas, se necessário, haverá uso da força policial", disse ele. O líder dos arroteiros que permanecem na terra indígena, Paulo César Quartiero, declarou que não haverá resistência armada, mas ele afirmou que vai ficar em sua propriedade amanhã e só vai sair quando receber uma ordem judicial. Ontem, Quartiero, ex-prefeito de Pacaraima, disse que recebeu uma oferta para plantar arroz na Guiana. Durante a tarde, caminhões vindos da Raposa/Serra do Sol com pertences do arroteiro continuavam a chegar à fábrica de beneficiamento de arroz do produtor em Boa Vista. O pátio já estava repleto de maquinário trazido de sua fazenda na terra indígena. Quartiero afirmou que ainda há muitos não índios na Raposa/Serra do Sol porque eles não receberam nenhum tipo de auxílio do governo federal para deixar a área. Na sede da Funai (Fundação Nacional do Índio) em Boa Vista, o funcionário de uma transportadora tentava ontem obter uma verba prometida para custear a retirada de não índios da terra indígena. A direção da Funai no Estado afirmou que não poderia conversar com a reportagem da **Folha.**

A Polícia Federal e os arrozeiros disseram que o clima era de tranquilidade ontem na vila Surumu, na entrada da Raposa/Serra do Sol.

MST invade e governo da Bahia paga a viagem - Lília de Souza e Tássia Correia – O Globo – O País – 30/04/2009

Militantes que ocuparam Secretaria de Agricultura voltaram ao interior em ônibus custeados com verba estadual

SALVADOR. O governo baiano pagou R\$ 161,3 mil em aluguel de ônibus para transportar de volta ao interior do estado integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que tinham ocupado a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária da Bahia (Seagri), entre 13 de 18, no “abril vermelho”.

Os 39 veículos foram alugados da empresa Atlântico Transportes e Turismo, com dispensa de licitação, segundo publicação da Casa Militar do governo da Bahia na edição do Diário Oficial do estado. O texto explica que o aluguel se refere ao retorno, para o interior, dos representantes do MST que participaram do “abril vermelho”.

A coordenadora estadual do MST, Vera Lúcia Barbosa, disse não ver problemas no fato de um governo estadual pagar as despesas de transporte de um grupo de pessoas que ocupou instalações de um prédio do próprio governo. Segundo ela, o patrocínio do estado para o retorno de trabalhadores rurais é mais frequente do que parece, e não haveria motivo para tanto “alarde”.

— É comum que prefeituras do interior, inclusive de direita, e que o governo do estado nos ajudem nesse sentido — disse Vera Lúcia.

A coordenadora disse que a volta dos manifestantes também era patrocinada com verba pública no governo de Paulo Souto, na época representante do PFL (hoje DEM), e não só no atual, de Jaques Wagner (PT).

— Trabalhador rural não tem dinheiro para voltar sozinho.

Se não fosse assim, como seria? — indaga.

O procurador-geral do estado, Rui Moraes Cruz, defendeu a legitimidade do pagamento: — A contratação (das empresas de ônibus) foi autorizada devido à urgência da desocupação dos prédios públicos invadidos por mais de dois mil sem-terra, com mulheres e crianças, para evitar maiores danos ao equipamento público e preservar a integridade física das pessoas — argumentou.

Com essa justificativa, o procurador afirmou que o fato encontra amparo nos artigos 24 e 26 da Lei Geral de Licitações e nos artigos 59 e 65 da Lei 9.433/05. Ambas tratam dos critérios de urgência que autorizam a dispensa de licitação. Segundo Cruz, o financiamento de transporte para manifestantes desocuparem os órgãos públicos “tradicionalmente ocorre nos governos para se resolver emergencialmente a questão”.

Apesar disso, o procurador não soube precisar se isso já aconteceu outras vezes no governo Wagner. — Não se trata de financiar movimento social, até porque nem cabe ao

governo essa tarefa, mas de restabelecer a plena utilização do equipamento público — enfatizou.

Grito da Terra tem 200 reivindicações em pauta – Paulo de Tarso Lyra - Valor
Econômico – Política – 30/04/2009

A nova diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) apresentou ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva os 200 pontos da pauta de reivindicações do Grito da Terra 2009. O evento está marcado para os dias 26 e 27 de maio. Entre os principais pedidos, os trabalhadores rurais querem R\$ 22 bilhões para o plano safra 2009 e a agricultura familiar; a aceleração no projeto de assentamentos rurais; a transformação em projeto de lei da medida provisória que trata da regularização fundiária; e a criação do índice de produtividade, para dar a certeza ao movimento de quais fazendas poderão ser desapropriadas para fins de reforma agrária.

O novo presidente da Contag, Alberto Broch, disse que muitos avanços foram conquistados durante o governo Lula, mas insuficientes para esgotar as pautas de reivindicações. Ao pedir R\$ 22 bilhões de financiamento para o setor, Broch acrescentou que a medida não visa apenas garantir investimentos para o plantio mas, especialmente, garantir a renda para o agricultor familiar. "Temos problema para assegurar a renda destes trabalhadores. Precisamos também melhorar a assistência técnica em nossos assentamentos", defendeu Broch.

O presidente da Contag afirmou ainda que o governo precisa avançar em um planejamento global para a reforma agrária no país e promover reformulações ambientais que facilitem o processo de assentamento. "Concordamos com algumas áreas que hoje são definidas como áreas de preservação ambiental. Mas o setor tem algumas legislações que datam de dez anos atrás, completamente inadequadas à nova realidade do campo", declarou Broch. Os trabalhadores rurais também querem a revogação da MP que impede a reforma agrária em áreas invadidas por trabalhadores rurais.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, presente na audiência, declarou que a intenção do governo é apresentar respostas ao movimento no final do mês de maio, quando está prevista a realização do Grito da Terra, em Brasília. Cassel foi cauteloso em relação ao montante financeiro solicitado pela Contag, alegando que qualquer previsão orçamentária precisa ser debatida também com os ministérios do Planejamento e da Fazenda.

O ministro descartou a possibilidade de revogação da medida provisória que estabelece novas regras para a Regularização Fundiária. Não aceitou também sua respectiva

transformação em projeto de lei. Cassel encontrou-se novamente, na tarde de ontem, com os diretores do movimento para dirimir dúvidas e resolver pendências. "Encaminhamos este assunto em formato de medida provisória justamente para que ele tramite em regime de urgência", justificou o ministro. Para Cassel, transformar a MP em Projeto de Lei atrasaria o processo de reforma agrária no país e estimularia a grilagem de terras.

"Não podemos esperar dois, três anos para os parlamentares aprovarem um projeto de lei. O que acredito é que há um processo de desinformação sobre o assunto", espera o ministro do Desenvolvimento Agrário.

Países discutem ética na compra de terras – Javier Blas – Valor Econômico – Internacional – 30/04/2009

Os investidores estrangeiros em terras agrícolas no exterior "não deveriam ter direito a exportar" durante uma crise alimentar no país anfitrião, é o que deverá propor hoje um instituto de pesquisas e planejamento com apoio de governos de todo o mundo, sendo esse o primeiro código de conduta tendo por alvo a tendência da denominada "conquista de terras".

Para o Instituto Internacional de Pesquisa sobre Política Alimentar (Ifpri, na sigla em inglês), embora "aquisições de terras possam injetar investimentos extremamente necessários na agricultura", geram preocupações devido a seu impacto sobre populações locais, que correm o risco de perder acesso a "terras das quais dependem".

A entidade defende "transparência" durante as negociações de acordos; "respeito pelos direitos fundiários existentes, inclusive direitos consuetudinários"; "compartilhamento de benefícios" resultantes de acordos; arrendamento, em vez de compras de terras agrícolas, e "sustentabilidade ambiental".

O código de conduta proposto surge num momento em que países alimentariamente deficitários - os que consomem mais alimentos do que produzem, como a Coreia do Sul e a Arábia Saudita - deflagraram, nos últimos meses, enormes programas de investimento para controlar terras cultiváveis no exterior e exportar de volta para casa colheitas para alimentar suas próprias populações.

O Banco Mundial pretende publicar já no próximo mês normas para assegurar que acordos agrícolas beneficiem tanto os investidores como os países anfitriões.

Joachim von Braun, diretor do Ifpri, disse em entrevista ao "Financial Times" que os atuais investimentos em terras agrícolas, inclusive aqueles aguardando que seja firmado

um acordo, poderão envolver de 15 a 20 milhões de hectares - mais que o dobro da área de terras cultiváveis na Alemanha.

"A tendência no sentido de controlar terras é forte e continua sigilosa", disse ele. "A comunidade internacional necessita um código de conduta para regulamentar os investimentos."

A tendência de "corrida às terras" alarmou alguns diplomatas e autoridades responsáveis pela área alimentícia, especialmente porque alguns países pretendem exportar suas colheitas de países que sofrem escassez alimentar - como a Etiópia - independente da situação alimentar no país hospedeiro. Quando os Emirados Árabes Unidos negociaram, no ano passado, acordos agrícolas com o Paquistão, Abu Dhabi pediu uma garantia absoluta de poder exportar a colheita inteira. Islamabad recusou-se a conceder tal carta branca e os acordos fracassaram.

"Mas, se a aquisição de terras em larga escala resultar em expropriação de terras ou uso insustentável, os investimentos estrangeiros em terras agrícolas poderão tornar-se politicamente inaceitáveis", diz a entidade. "É, portanto, de interesse de longo prazo dos investidores, do governo anfitrião e das populações locais envolvidas assegurar que esses acordos sejam negociados adequadamente, que as práticas sejam sustentáveis e que os benefícios sejam compartilhados".

A onda de investimentos estrangeiros na agricultura sinaliza como os países estão tentando aumentar a segurança alimentar depois da brusca alta, no ano passado, nos preços das commodities agrícolas, e as barreiras comerciais os levaram a crer que não poderiam confiar no mercado mundial de alimentos.

Jacques Diouf, principal diplomata agrícola da ONU, advertiu para os sinais de "neocolonialismo" em acordos envolvendo terras no exterior, apesar de ser um vigoroso defensor do investimento estrangeiro na agricultura, especialmente na África. "Estamos fazendo mau uso de uma boa ideia", disse Diouf ao Financial Times em intervalo entre reuniões ministeriais do G-8, sobre agricultura, na semana passada.

Governo do Japão fomenta agricultura de emergentes - Michiyo Nakamoto e Javier Blas – Valor econômico – agronegócios - 30/04/2009

O governo do Japão prepara um plano para financiar investimentos na produção agrícola em países em desenvolvimento, dando mais um sinal do nervosismo entre os países importadores de commodities agrícolas com a segurança de abastecimento alimentar.

As autoridades buscam identificar regiões que poderiam beneficiar-se dos investimentos e assistência do Japão para elevar a produção de alimentos, segundo o Ministério de Agricultura do país.

Os investimentos são de natureza diferente dos da Coreia do Sul e Arábia Saudita, que investem em terras cultiváveis para exportar de volta as colheitas e alimentar sua própria população. Tóquio planeja que as colheitas sejam vendidas no mercado mundial, segundo fontes a par da política agrícola japonesa.

O diretor de negociações de política de comércio internacional do Ministério da Agricultura, Munemitsu Hirano, afirmou que o Japão poderia não receber a garantia de um fornecimento estável de alimentos como resultado de seus esforços de investimento. "Se a produção aumentar mundialmente isso ajudará o Japão a importar".

Tóquio apoia há muito tempo empreendimentos das empresas de comércio exterior na agricultura - sobretudo na produção de soja na América Latina, após assustar-se com a dependência em relação aos EUA na esteira do breve embargo aos grãos determinado pelo país em 1973. Itochu e Marubeni, duas das maiores traders japonesas, pretendem elevar a produção agrícola e assinaram acordos com a China para fornecer commodities aos chineses, como a soja. O Japão não considera investir na África, onde o alimento é escasso, mas na América Central e do Sul e no Leste Europeu.

Há "áreas de alto potencial que podem elevar as exportações de alimentos com alguma ajuda - áreas que possuem capacidade de produção, mas não têm sistema de distribuição ou infraestrutura ou tecnologia para melhorar a qualidade da colheita", disse Hirano.

Depois do último repique nos preços das commodities e das restrições comerciais que se seguiram, mais países passaram a buscar melhorar a segurança alimentar. A prática de financiar a produção no exterior para depois importá-la, conhecida como "tomada de terras", alarmou alguns diplomatas, especialmente porque alguns países almejam assegurar a provisão agrícola para atender suas próprias populações.

O Instituto Internacional de Pesquisa de Políticas Alimentares (IFPRI), órgão sustentado por vários governos, defenderá um "código de conduta" para regulamentar os investimentos em terras cultiváveis no exterior. Os atuais investimentos em terras cultiváveis, incluindo os pendentes de aprovação final, poderiam abranger algo entre 15 milhões e 20 milhões de hectares - mais do que o dobro da terra cultivada na Alemanha.

País financia pesquisa da Embrapa com transgênicos – Bettina Barros – Valor econômico – Agronegócios – 30/04/2009

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) receberá ao longo dos próximos cinco anos R\$ 6 milhões do Japan International Research Center for Agricultural Sciences (Jircas), empresa de pesquisa vinculada ao governo japonês, para impulsionar as pesquisas com soja transgênica tolerante à seca no Brasil.

A autarquia é uma das 21 selecionadas no edital da Agência de Ciência e Tecnologia do Japão para projetos relacionados às mudanças climáticas - outros quatro selecionados são da América Latina.

A parceria para pesquisa com soja geneticamente modificada tolerante à seca teve início em 2003, quando as duas instituições uniram forças para um objetivo comum: o Jircas entrava com o "mapa da mina" - a transferência do gene DREB (Dehydration Responsive Element Binding Protein ou Proteína de Resposta à Desidratação Celular) - e a Embrapa Soja com sua expertise e uma tecnologia conhecida por biobalística, desenvolvida e patenteada pela autarquia brasileira, na qual "dá-se um tiro com o gene modificado na planta", explica o pesquisador Alexandre Lima Nepomuceno.

Desde então, os testes em laboratório e estufas apresentaram sucessos. "A planta geneticamente modificada já mostra tolerância maior à seca que a planta convencional", diz Nepomuceno, PhD em biologia molecular e fisiologia vegetal, e há 20 anos na Embrapa.

Resultados tão bons, diz ele, que nos próximos dias a Embrapa entrará com pedido na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para liberação de testes a campo já na safra 2009/10. A ideia é testar a soja transgênica em seu ambiente natural para ver como ela se comporta - a chamada "prova de conceito", na qual averigua-se o que funciona ou não.

Uma segunda pesquisa também desenvolvida em parceria com os japoneses utiliza o mesmo gene - com algumas diferenças no DNA - para tolerância à seca e ao calor.

Segundo o pesquisador da Embrapa Soja, o aporte de R\$ 6 milhões é importante porque vai permitir a aquisição de novos equipamentos de biotecnologia, material de laboratório e a contratação de pessoal especializado. "Com os recursos disponíveis poderemos aumentar o número de linhagens de soja nos testes; conduzir os testes a campo, iniciar as avaliações de biossegurança e também iniciar a introdução deste gene em cultivares de soja comerciais", destaca.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

